

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – CFCH  
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA E MUSEOLOGIA - DAM  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA  
CURSO DE MESTRADO**

*Guerra na terra e no mar: um conflito socioambiental entre pescadores de lagosta em  
Icapuí - CE*

Recife  
2013

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – CFCH  
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA E MUSEOLOGIA - DAM  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA  
CURSO DE MESTRADO**

*Guerra na terra e no mar: um conflito socioambiental entre pescadores de lagosta em  
Icapuí - CE*

**Eduardo do Prado Brasil**

**Dissertação apresentada à banca examinadora do  
processo de defesa para obtenção do título de  
Mestre em Antropologia**

**Orientador: Prof. Dr. Peter Schröder**

**Linha de pesquisa: Poder, desenvolvimento e  
desigualdade**

**Recife  
Abril/2013**

Catálogo na fonte  
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva CRB-4 1291

B823g Brasil, Eduardo do Prado.  
Guerra na terra e no mar: um conflito socioambiental entre pescadores de lagosta em Icapuí - CE / Eduardo do Prado Brasil. – Recife: O autor, 2013.  
88 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Peter Schöder.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Antropologia, 2013.  
Inclui referências.

1. Antropologia. 2. Desenvolvimento econômico - Aspectos ambientais. 3. Indústria pesqueira. 4. Pesca artesanal - Icapuí (CE). 5. Lagosta - Pesca. 6. Pescadores. I. Schöder, Peter (Orientador). II. Título.

301 CDD (22.ed.) UFPE (CFCH2014-31)

**EDUARDO DO PRADO BRASIL**

**Guerra na terra e no mar: Um conflito socioambiental entre pescadores de lagosta  
em Icapuí – CE.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Antropologia.

Aprovado em: 24/03/2013.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup> Peter Schröder (Orientador)  
Programa de Pós-Graduação em Antropologia - UFPE

---

Prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup> Russell Parry Scott (Examinador Titular Interno)  
Programa de Pós-Graduação em Antropologia - UFPE

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Léa Carvalho Rodrigues (Examinadora Titular Externa)  
Universidade Federal do Ceará - UFC

## **AGRADECIMENTOS**

Ao povo de Icapuí. E a todos que participaram direta ou indiretamente dessa pesquisa.

**GUERRA NA TERRA E NO MAR**  
**Um conflito socioambiental entre pescadores de lagosta em Icapuí – CE**

**RESUMO**

Uma verdadeira guerra na terra e no mar, entre pescadores de lagosta, vem se desenrolando nas praias do município cearense de Icapuí. Artesanais contra industriais. Então me proponho através desse trabalho, mostrar o choque de sistemas produtivos que ocasiona esse conflito socioambiental, através de um estudo etnográfico, onde o modo artesanal pode desaparecer, atingindo várias comunidades artesanais de pesca de lagosta. E ainda como acontecimentos do contexto político, social e cultural da atualidade, que se tornaram globais, fortemente influenciam a experiência da localidade, são chaves essenciais para o entendimento desse conflito. Além disso, refletir sobre o conhecimento local produzido pelas comunidades artesanais de pesca de lagosta fornece elementos para uma crítica ao desenvolvimento capitalista industrial, para assim podermos pensar na construção de novos tipos de sistemas, no contexto de um mundo onde isso não parece possível.

Palavras chave: conflito socioambiental; desenvolvimento econômico; indústria pesqueira; pesca artesanal

**WAR ON LAND AND SEA**  
**An Socioenvironmental Conflict Between Lobster Fishermen in Icapuí - CE**

A true war, on land and sea, between lobster fishermen is happening on the beaches of Icapuí, a city located in Ceará. Handmade against industrial. Therefore, the purpose of this work is to show the collision of production systems that lead to this socioenvironmental conflict, through an ethnographic study, where the handmade method may disappear, harming several handmade lobster fishing communities. Also, how events in the present cultural, social and political contexts, which became global, strongly influence the local experience and are keys to the understanding of this conflict. Furthermore, I intend to reflect about the local knowledge developed by the handmade lobster fishing communities gives elements for a review in the industrial capitalist development. This way we will be able to think about the construction of new kinds of systems, in a world where this perspective is not possible.

**Keywords:** environmental conflict; economic development; fishing industry; artisanal fisheries.

**Não há uma «catástrofe ambiental». Há, sim, esta catástrofe que é o ambiente. O ambiente é o que resta ao homem quando ele já perdeu tudo o resto .**

**A Insurreição que vem**

## Governados pelos mortos

(“fala com um descamponês”)

-“Estamos aqui sentados debaixo da árvore sagrada da sua família. Pode-me dizer qual o nome dessa árvore?”

- Porquê?

- “Porque gosto de conhecer os nomes das árvores”.

- O senhor devia saber era o nome que a árvore lhe dá a si.

- “Depois de tanta guerra: como vos sobreviveu a esperança?”

- Mastigámo-la. Foi da fome. Veja os pássaros: foram comidos pela paisagem.

- “E o que aconteceu com as casas?”-

- As casas foram fumadas pela terra. Falta de tabaco, falta de suruma. Agora só me entristonho de lembrança prematura. A memória do cajueiro me faz crescer cheiros nos olhos.

- “Como interpreta tanta sofrência?”

- Maldição. Muita e muito má maldição. Faltava só a cobra ser canhota.

- “E porquê?”- Não aceitamos a mandança dos mortos. Mas são eles que nos governam.

- “E eles se zangaram?”

- Os mortos perderam acesso a Deus. Porque eles mesmos se tornaram deuses. E têm medo de admitir isso. Querem voltar a ser vivos. Só para poderem pedir a alguém.

- “E estes campos, tradicionalmente vossos, foram-vos retirados?”

- Foram. Nós só ficámos com o descampado.

- “E agora?”- Agora somos descamponeses.

- “E bichos, ainda há aqui bichos?”- Agora, aqui só há inorganismos. Só mais lá, no mato, é que ainda abundam.

- “Nós ainda ontem vimos flamingos”...

- Esses se inflamam no crepúsculo: são os inflamingsos.

- “E outras aves da região. Pode falar delas?”

- Antes de haver deserto, a avestruz pousava em árvore, voava de galho em flor. Se chamava de arvorestruz. Agora, há nomes que eu acho que estão desencostados. . .

- “Por exemplo?”- Caso do beija-flor. É um nome que deveria ser consertado. A flor é que levaria o título de beija-pássaros.

- “Mas outros animais não há?”

- A bichagem vai acabando. O mabeco, dito o cão-selvagem, vai sofrendo as humanas selvajarias. Antes de acabar a lição, ele já terá aprendido a não existir.

- “Parece desiludido com os homens”.

- O vaticínio da toupeira é que tem razão: um dia, os restantes bichos lhe farão companhia em suas subterraneidades. Eu acredito é na sabedoria do que não existe. Afinal, nem tudo que luz é besouro. É o caso do pirilampo. Pirilampo morre? Ou funde? Suas réstias mortais aumentam o escuro.

- “Tanta certeza na bicharada”...

- Você não olhou bem esse mundo de cá. Já viu pássaro canhoto? Camaleão vesgo? Papagaio gago?

- “Acredita em ensinamento de bichos?”

- Todo o caranguejo é um engenheiro de buracos. Ele sabe tudo de nada. Há outros, demais. O mais idoso é o escaravelhinho. Mas, de todos, quem anda sempre de janela é o cágado.

- “Você não sofre de um certo isolamento?”- Sou homem abastecido de solidões. Uns me chamam de bicho-do-mato. Em vez de me diminuir eu me incho com tal distinção. Como antedisse: a gente aprende do bicho a não desperdiçar. Como a vespa que do cuspe faz a casa.

- “Mas a sua mulher não lhe faz companhia?”

- Ela é minha patrã. De vez em quando a gente dedilha uma conversa. É uma companhia, faz conta uma estação das chuvas. Mas a tradição nos manda: com mulher agente não pode intimizar. Caso senão acabamos enfeitados.

- “Uma última mensagem”.

-Não sei. Feliz é a vaca que não pressente que, um dia, vai ser sapato. Mais feliz é ainda o sapato que trabalha deitado na terra. Tão rasteiro que nem dá conta quando morre. (Mia Couto)

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	01
CAPÍTULO I: PESCANDO TEORIAS E CONCEITOS.....	05
CAPÍTULO II: METODOLOGIA E CAMPO.....	27
CAPÍTULO III: CENÁRIO DO CONFLITO.....	31
CAPÍTULO IV: EM MAR DE ARTESANAL.....	43
CAPÍTULO V: EM MAR DE INDUSTRIAL.....	61
CAPÍTULO VI: CONFRONTO DE PERSPECTIVAS.....	67
CAPÍTULO VII: APONTAMENTOS PARA POSSÍVEIS TARTAMENTOS DO CONFLITO.....	77
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	80
BIBLIOGRAFIA .....	87

## INTRODUÇÃO

Pretendo nesse trabalho realizar um estudo etnográfico sobre um conflito socioambiental entre comunidades de pescadores de lagosta em Icapuí-CE, para mostrar um choque de sistemas produtivos, onde o modo artesanal pode acabar, atingindo várias comunidades de pescadores de lagosta.

A pesquisa se foca na análise dos atores em interação entre si, com seu meio biofísico e com seu meio social, para um melhor entendimento do conflito, e o que o legitima, para levantar as reivindicações de cada grupo, e indicar possíveis soluções através dos relatos dos atores envolvidos, e trazer à tona o conhecimento local produzido pelas comunidades artesanais de pesca de lagosta, apresentando elementos para uma crítica ao desenvolvimento capitalista industrial, para assim podermos pensar na construção de novos tipos de sistemas alternativos, no contexto de um mundo onde

O capitalismo neoliberal, em sua fase totalmente englobante e triunfal, não oferece alternativas ao *laissez-faire*; não há qualquer outra coisa que pareça sequer plausível – nenhuma outra ideologia, nenhum outro sistema econômico político. A principal questão então que as políticas públicas devem esclarecer é como suceder na “nova” ordem mundial. Por quê? Porque esta nova ordem esconde a sua plataforma ideológica nos ditames da eficiência econômica e do crescimento do capital, no fetichismo do mercado livre, nas exigências da ciência e da tecnologia (CAMAROFF, 2001, p.73).

Conflito socioambiental é posto nesse trabalho como Little o define: “Conflitos socioambientais referem-se a um conjunto complexo de embates entre grupos sociais em função de seus distintos modos de inter-relacionamento ecológico” (Little, 2006, p. 91). E conhecimento local a partir do entendimento de Escobar: “As mentes se despertam num mundo, mas também em lugares concretos, e o conhecimento local é um modo de consciência baseado no lugar, uma maneira lugar-específica de outorgar sentido ao mundo” (Escobar, 2005, p. 147).

Antes de tudo, acho importante falar um pouco sobre minha relação com o mar, a pesca, Icapuí e o conflito. Toda minha vida foi entrelaçada com o mar. Nasci, passei a infância e parte da adolescência em uma ilha. Ilha do Governador, um bairro situado na zona norte da cidade do Rio de Janeiro, uma ilha na Baía de Guanabara.

Desde criança vivo cercado pelo mar e pelas histórias contadas pela minha avó sobre como ela, meu avô e vizinhos se divertiam pescando, fazendo fogueira, comendo, bebendo e contando “causos”, nas noites não tão perigosas do Rio de Janeiro e nas ainda não tão poluídas águas da Baía de Guanabara da década de 1970.

Já em Fortaleza, na adolescência sem amigos, compartilhava momentos com o mar da Praia do Futuro. Depois com amigos, explorando o bellissimo litoral cearense, conhecendo outra realidade de vivência e de pesca, chegando a Icapuí, lugar onde comecei a conviver com pescadores de lagosta, e onde surgiu a vontade de desenvolver essa pesquisa que me proponho.

Uma verdadeira guerra na terra e no mar vem se desenrolando no litoral leste do Ceará entre comunidades que pescam lagosta para sobreviver. Matérias de jornais expõem a insegurança presente na fala de pescadores na região: “Estamos parados. Já teve troca de tiros na água. Fomos recebidos com tiros pelos pescadores que fazem a pesca predatória com compressores e não sabemos o que será daqui para diante<sup>1</sup>”.

Artesanais contra industriais. Ou seja, comunidades que pescam artesanalmente usando manzuás e comunidades que praticam a pesca predatória com marambaias e compressores. Artesanais acusam os industriais de contaminarem a lagosta e o oceano com materiais tóxicos, e de não respeitarem o período de desova, nem o tamanho mínimo da lagosta, ocasionando o gradual desaparecimento desse crustáceo do litoral de Icapuí. Industriais argumentam que a pesca artesanal não é lucrativa, e nem aceitam que os artesanais interfiram na sua maneira de pescar.

Esse conflito já saiu da terra e foi para o mar. Pescadores artesanais não satisfeitos com a fiscalização da pesca predatória resolveram sair e fiscalizar por eles mesmos, proporcionando confrontos, mortes e apreensões de barcos feitas pelos próprios pescadores, noticiadas em manchetes dos principais jornais do Ceará, e também pela imprensa nacional. Essa guerra que já dura mais de uma década vem nos últimos anos tomando proporções cada vez mais violentas.

Uma pesquisa nessa área se faz necessária, não só pela quantidade de empregos ameaçados, ou a falta de lagosta nos cardápios de restaurantes no Brasil. Com a continuidade da pesca predatória, a pesca artesanal tende a desaparecer, desaparecendo assim um conjunto de práticas culturais, políticas e de organização autônoma.

Colocar em evidência essa luta que os pescadores artesanais de Icapuí travam contra a pesca predatória através de uma pesquisa etnográfica, traz elementos para uma crítica ao modelo de desenvolvimento capitalista industrial. Ou seja, atribuir visibilidade ao conhecimento produzido por comunidades de pescadores artesanais em um mundo globalizado, que pesca para sobreviver; que não tem o lucro como prioridade; que pensa nas

---

<sup>1</sup> Relato do pescador Francisco Pereira da Silva, em entrevista ao o jornal *Diário do Nordeste*. 26/09/2009.

gerações futuras; dando margem para pensarmos em outra relação com a natureza, o capital e o desenvolvimento, nos ajuda no exercício de poder pensar na construção de um mundo composto por sistemas não capitalistas, e de imaginar economias alternativas.

Escobar (2005) indica leituras sobre modelos de natureza baseados no lugar, que acompanham práticas e racionalidades culturais, ecológicas e econômicas diferenciadas, como saídas essenciais a qualquer debate que envolva o local e os processos globais. Então essa é também a importância de entender como questões contemporâneas globais fortemente influenciam a experiência da localidade, através do conflito entre pescadores de Icapuí, a alterando ao ponto de ameaçar sua própria existência.

Através de etnografias de conflitos socioambientais, grupos e atores sociais em conflito são evidenciados e problemas sociais podem ser transformados em análise científica que pode servir de argumento para uma possível política pública solicitada por esse grupo de atores, como coloca Little:

A mesma escolha de “etnografar” um conflito determinado representa uma decisão política e, no processo, transforma um problema social num tema de análise científica. Na exploração das implicações conceituais de problemas sociais, a pesquisa na ecologia política não somente contribui para sua compreensão, mas “visibiliza” atores socioambientais marginalizados e revela conexões e relações de poder antes ignoradas. Esse conhecimento, por sua vez, contém o potencial de ser apropriado pelos próprios atores sociais e pode provocar um questionamento de políticas públicas vigentes e propostas de novos tipos de ação e controle público (LITTLE, 2006, p. 98).

Nesse contexto, lugares devem ser vistos como criações históricas que devem ser explicadas e não assumidas, e essas explicações devem, como sugere Escobar (2005), levar em conta a circulação global do capital, o conhecimento e os meios que configuram a experiência da localidade. E ainda, acontecimentos do contexto político, social e cultural da atualidade, como modelos de gestão do Estado, processos econômicos mundiais, os meios de comunicação que se tornaram globais e fazem parte desse processo, têm não só a ver com esse conflito socioambiental que se desenrola em Icapuí, mas são chaves essenciais para entendê-lo, para, a partir desse entendimento, emergir algum tipo de intervenção que possa ser interessante para ambas as partes envolvidas, e minimize os danos causados na natureza.

Desta maneira, proponho discutir tais processos, como parte central nesse conflito, e como esses processos, que hoje são globais, influenciam a experiência da localidade, a partir da sugestão de Tambiah sobre os conflitos etnonacionalistas no sul da Ásia:

Muitos conflitos comunais focalizados em minha pesquisa, conflitos que envolvem grandes coletividades e culminam em uma explosão de violência estruturada por técnicas e estratégias específicas, têm estreita relação com as questões das últimas

fases da colônia e do período pós-independência. Quaisquer que sejam suas justificativas posteriores e suas raízes históricas, esses conflitos têm a ver com os interesses e objetivos do presente - a democracia representativa, a política de massas, as políticas distributivas do welfare state, os processos econômicos mundiais, as potencialidades e usos dos velhos e novos meios de comunicação para a mobilização de pessoas e os interesses que dividem os grupos em sociedades plurais (TAMBIAH, 1997, p.10).

É importante entender esses processos numa mão de via dupla, enxergando os processos locais também como chaves para entender os processos sociais, políticos e culturais da atualidade, como mostra Lima:

Nesse sentido, entender essas questões, portanto, requer compreender, em suas diferentes escalas, a crise do estado moderno, a ação dos empresários cearenses no poder e as estratégias políticas adotadas em defesa de condições socioeconômicas e culturais essenciais à permanência do modo de vida e à superação da subalternização (LIMA, 2002, p.16).

Então a questão central desse trabalho seria a de mostrar como os processos citados acima, principalmente através do discurso de desenvolvimento, influenciam fortemente o pescador artesanal a apelar para a pesca industrial predatória, transformando sua cosmologia, seus rituais específicos, sua maneira de fazer política diária, suas relações interpessoais e com a natureza. E ainda têm seu caráter corroído através da relação industrial de trabalho no contexto atual do capitalismo, no sentido que essa relação não oferece condições para a construção de uma narrativa linear de vida apoiada na experiência (SENNET, 1998); tudo isso ocasionando o conflito com os pescadores que, apesar dessa influência, escolhem manter a forma artesanal de pesca, mostrando uma resistência ativa contra o modelo de desenvolvimento imposto pelo capitalismo industrial.

## CAPÍTULO I: PESCANDO TEORIAS E CONCEITOS

Para uma melhor problematização das várias dimensões que envolvem o conflito em Icapuí, conhecer o cenário do surgimento e do processo de industrialização da pesca no Brasil, e mais especificamente da pesca da lagosta no Ceará, se mostra como uma interessante ferramenta analítica.

Diegues (1999), ao falar do surgimento da pesca no Brasil, começa pela pesca praticada pelos indígenas, lembrando que antes dos navegadores portugueses, essa atividade já era praticada, e que peixes, crustáceos e moluscos faziam parte importante de sua dieta alimentar.

Junto com a pesca de subsistência indígena, Diegues aponta que ainda na colônia, a pesca da baleia era organizada e monopolizada pela Coroa Portuguesa, que emitia concessões para Portugueses e Bascos. A mão de obra utilizada nesse tipo de pescaria era basicamente de escravos africanos, sendo que parte de escravos libertos. A pesca da baleia tinha grande importância principalmente no litoral da Bahia, litoral sul de São Paulo e litoral de Santa Catarina, onde, segundo o autor, ainda hoje existem vestígios de diversas armações. Apesar de todas as armações baleeiras que existiam no litoral brasileiro terem fechado em meados do século XIX, a pesca da baleia apenas termina na década de 1970 com o encerramento das atividades de uma empresa japonesa na Paraíba.

Muitas culturas litorâneas, segundo Diegues, surgiram através da atividade pesqueira. A dos Jangadeiros, presente do litoral do Ceará até o da Bahia, dependente totalmente da pesca costeira. A dos caiçaras, presente entre o litoral do Rio de Janeiro e São Paulo, e a dos açorianos no litoral catarinense, ambas também ligadas a atividades agrícolas. O autor pontua que a atividade pesqueira, que antes era associada à pequena produção, a partir do século XX atinge uma importante escala comercial em algumas regiões, como no caso da pesca da sardinha no Rio de Janeiro.

Segundo Diegues, o governo brasileiro, na década de 1960, através de incentivos fiscais subsidiados pela recém-criada Superintendência do Desenvolvimento da Pesca – SUDEPE – cria uma indústria pesqueira com base empresarial. Nessa leva, no Ceará algumas empresas de pesca da lagosta são criadas. A partir desse contexto surge o proletariado relacionado à pesca, e de seus benefícios, se contrapondo a pesca artesanal.

Ainda segundo o autor, o auge da pesca industrial/empresarial se deu na década de 1970, acompanhada de uma grave crise na década de 1980, quando a maioria das empresas

encerrou seu funcionamento. Uma das principais causas dessa crise, segundo o autor, foi a rápida sobrepesca dos bancos de camarão e de algumas espécies de peixes, aliada à recessão econômica que acabou prejudicando o recebimento dos incentivos financeiros, antes facilmente obtido pelas empresas pesqueiras. Algumas dessas empresas pesqueiras do sul se transferiram para litoral norte, se fixando principalmente no Maranhão e no Pará, continuando a exploração de bancos de camarão.

Segundo Muniz (2005), é consenso entre pesquisadores afirmar que a pesca comercial de lagostas no Ceará data de 1955, utilizando embarcações simples, de pequeno alcance, covos e gererés (instrumentos para a pesca artesanal de lagosta usado antes do manzuá). E que, em sua pesquisa, é recorrente o nome de um estadunidense chamado Davis Morgan como o responsável por introdução de técnicas que desencadearam a pesca industrial com fins de exportação.

Muniz ainda destaca que Davis Morgan era um homem misterioso e pouco se sabe sobre ele. Uma das poucas informações referentes a ele é a de que era um militar reformado e empresário de pesca nos Estados Unidos e Caribe. Não foi possível identificar sua chegada ao Brasil, mas logo ao chegar ao Ceará percebeu a potencialidade, até então inexplorada, da pesca da lagosta nesse estado brasileiro, como coloca o autor:

Esse “sujeito misterioso” foi personagem central da História que modificou não somente um segmento do mercado, mas também a vida e o cotidiano de milhares de trabalhadores e de suas famílias. Inicialmente Morgan incentivou pescadores das localidades de Cponga (Cascavel-CE) e Morro Branco (Beberibe-CE) a capturarem lagosta, estendendo suas atividades rapidamente para outros municípios vizinhos, sobretudo Aracati (que na época encampava o distrito de Icapuí, município emancipado somente em 1985). O americano incentivou a utilização de um equipamento de pesca tradicional (o gereré) na captura de lagosta, e abastecia de gelo as praias que se dedicavam à pesca de lagosta, recolhendo o produto num intervalo máximo de dois dias. Na época não havia energia elétrica nas praias do interior do Ceará e, segundo Antônio Madureira, morador da Redonda (Icapuí-CE), o gelo era conservado em caixas de madeira, sendo coberto com serragem para que resistisse por mais tempo sem descongelar (MUNIZ, 2005, p. 33).

Até esse momento, a pesca da lagosta, segundo Muniz, não tinha importância econômica para o Ceará, sendo comercializada na rua principalmente para ser usada como isca. Situação que mudaria anos depois como o autor coloca:

Muito diferente do que aconteceria nas décadas seguintes. Pouco mais de 30 anos depois, “em 1988, entre as 25 maiores empresas do Ceará (...) destacaram-se três empresas de pesca ocupando respectivamente o 6º, o 18º e o 23º lugares. Tem-se ainda que, no ramo de produção de alimentos, das 48 maiores empresas, 11 se relacionam com a pesca”. Os pescadores passaram então a lucrar mais do que o costume, o que gerava novos ganhos. A lagosta ganha definitivamente a denominação de “ouro do mar”. Também seria pretexto para exploração dos trabalhadores, por parte de empresários, e de certas extravagâncias por parte dos pescadores (MUNIZ,

2005, p. 33-34).

Um fato curioso e interessante que aconteceu na história da pesca da lagosta no Ceará foi a “Guerra da lagosta”, ou como intitulou Muniz em seu trabalho, “A guerra que não houve”. “A guerra da lagosta” foi um conflito entre Brasil e França, conhecido como o último conflito envolvendo o Estado brasileiro antes do início da ditadura militar. Esse conflito teve início quando barcos franceses insistiram em pescar na plataforma continental nordestina, como mostra Muniz:

A “Guerra da Lagosta” foi além do que diz o lacônico documento da SUDENE. Tratou-se sim de um conflito econômico, diplomático e militar sem precedentes na relação do Brasil com a França. Como se viu antes, poucos anos após o início das atividades de Davis Morgan foi crescente o número de empresas capitalistas voltadas à pesca da lagosta. Também passou a ser significativo o capital gerado a partir da exportação da quase totalidade da produção do crustáceo, visto que o consumo interno era praticamente inexistente. Isso não só significou o ingresso do Brasil num nicho do mercado capitalista internacional onde antes o país não figurava como também atraiu atenção de países produtores de lagosta, sobretudo a França (MUNIZ, 2005, p. 48).

Já a França nessa época vivia o começo do declínio de uma era colonial, e, segundo Muniz, em 1963, no auge da “Guerra da lagosta”, esse país já havia perdido muitas colônias na África, e, por consequência, áreas de exploração marítimas, fazendo com que procurasse novas zonas de pesca. E continua:

No início de 1961 o governo Francês solicita formalmente ao governo brasileiro permissão para que três barcos franceses (Gotte, Lopnk Ael e La Tramontaine) pesquisassem as reservas lagosteiras do nordeste do Brasil. O Itamaraty apoiou o pedido e conseguiu do governo brasileiro a autorização, desde que o Comando Naval do Recife incluísse controladores de pesca da Marinha na tripulação de cada um dos barcos franceses, condição que foi prontamente aceita. Porém apenas dois barcos se apresentaram (La Tramontine e Olympic, sendo que este não constava na lista original) e, paralelamente às atividades dos dois autorizados, vários outros eram vistos pescando em águas nacionais, o que gerou protestos de políticos do Nordeste e Federações de Pesca e dos Sindicatos de Armadores. Eles alegavam que, além de estarem pescando sem autorização, os franceses saqueavam barcos brasileiros e roubavam materiais e produtos da pesca (MUNIZ, 2005, p. 49).

Nessa época, segundo Muniz, a marinha passa a patrulhar o litoral do nordeste, quando acontece a primeira apreensão de barcos franceses com o uso da força. Com a apreensão, fica nítida a diferença entre a tecnologia de pesca usada entre os dois países. Enquanto os barcos brasileiros tinham apenas câmara de refrigeração, manzuás, e guinchos para o recolhimento das armadilhas, os dos franceses eram na verdade navios que além da câmara de refrigeração, tinham viveiros para que as lagostas chegassem vivas até o consumidor final em seu país.

Após esse acontecimento, de diplomático o conflito vira militar, como mostra Muniz:

A pedido do Quaid'Orsay (chancelaria francesa), os barcos são liberados dois dias depois, sob a condição de que a França impedisse a vinda de novas embarcações até que “uma fórmula de compromisso fosse acertada”. Nos meses seguintes a França insistiu que a exploração de lagosta no Brasil fosse arbitrada por uma Corte Internacional, proposta rechaçada pelo Brasil, que por fim cassou a licença dos barcos de pesquisa. Ao receber o comunicado oficial do governo brasileiro sobre a cassação da licença, o governo francês reage energicamente e decide enviar um navio de guerra (o contratorpedeiro ‘Tartu’) para resguardar as atividades de seus lagosteiros no nordeste brasileiro. De econômico e diplomático, o conflito ganha uma nova dimensão, a militar. O comunicado oficial do governo francês sobre o envio do ‘Tartu’ chega ao Itamaraty em 21-02-1963, quinta-feira da semana do Carnaval daquele ano. O embaixador do Brasil em Paris, Carlos Alves de Souza Filho, é orientado a manter audiência com o presidente francês, general Charles De Gaulle, e tentar demovê-lo da intenção de se enviar uma belonave ao Brasil. Souza Filho é prontamente recebido por De Gaulle, que não determina o retorno do navio de guerra, mas promete “ocupar-se pessoalmente do assunto” (MUNIZ, 2005, p. 52).

Como resposta, as Forças Armadas Brasileiras rapidamente se mobilizaram. O Governo brasileiro enviou navios de guerra ao porto do Mucuripe em Fortaleza, e aviões da base aérea da cidade faziam o monitoramento no litoral.

Segundo Muniz, apesar da mobilização das forças armadas brasileiras, o governo francês não retira seu efetivo militar, que na época escoltava seis navios lagosteiros a 120 milhas da costa, fora de águas brasileiras, e apresenta duas propostas a fim de sanar o conflito. A primeira sugeria que empresários brasileiros alugassem navios Bretões e comprassem sua produção a preço reduzido; e a segunda que se criassem companhias de capital misto franco-brasileiro, para assim explorarem os recursos no litoral brasileiro.

O governo brasileiro não aceitou as propostas, segundo Muniz, por considerar que seria dar aval para que o governo francês explorasse os recursos naturais nacionais. Principalmente a lagosta, que já nessa época aparecia como um recurso de suma importância para o Ceará.

Depois de muita mobilização diplomática, quando o conflito já se mostrava no final, com notícias nos jornais sobre a desmobilização do efetivo militar de ambas as partes, Muniz relata que o governo francês depois de uma semana de aparente trégua, recrudesce seu posicionamento e reforça sua frota que guardava os lagosteiros. Inclusive nessa época, como coloca o autor, surge uma misteriosa notícia nos jornais (nas edições de 02 e 03/03/1963 do jornal O POVO) de um suposto barco pesqueiro no Rio Grande do Norte que teria sido afundado por um submarino de nacionalidade desconhecida. Apesar de notícias de jornais reforçarem a eminente guerra, e de supostos reforços de efetivos militares franceses, mostrando que o conflito estava no auge, o episódio da “Guerra da lagosta”, segundo Muniz, se encerrava no mês de março de 1963, como noticiava o jornal O POVO de 12/03/1963.

Esse conflito entre Brasil e França, ponderando todas as diferenças do conflito entre pescadores artesanais e industriais em Icapuí, ilustra o conflito atual, principalmente no sentido de denúncia de pesca ilegal, destruição de material proporcionado pelos ilegais, grande diferença entre tecnologia de pesca, fatores capitalistas de produção e lucro, e abuso de poder. Mostra ainda como questões políticas contemporâneas fortemente geram e influenciam os conflitos. Ilustra também como o pequeno produtor de lagosta, historicamente está subjugado ao grande produtor capitalista, sempre atrás de maximizar seus lucros.

É também de grande relevância conhecer algumas importantes pesquisas sobre pesca e comunidades de pescadores no Brasil, fazendo uma leitura histórica sobre o material que foi produzido pelas ciências sociais tanto no Brasil, quanto em outros países. Explorar essa produção, através das referências de Diegues, e de outras pesquisas acrescentadas por mim, se mostra como uma valerosa ferramenta para uma melhor contextualização, e um melhor entendimento das práticas de pesca no litoral de Icapuí, e por consequência do conflito socioambiental, envolvendo pescadores artesanais e industriais nesse município cearense, e objeto principal dessa pesquisa.

Segundo Diegues, até a década de 1960, pouco material oriundo de estudos e publicações sobre comunidades de pescadores no Brasil foi produzido, e entre esses destaca o de dois antropólogos. O trabalho de Pierson e Teixeira (1947), “Survey de Icapara, uma Vila de Pescadores do Litoral Sul de São Paulo”, e os de Gioconda Mussolini, “O cerco da tainha na Ilha de São Sebastião” (1945) e “O cerco Flutuante: uma rede de pesca japonesa que teve a ilha de São Sebastião como centro de difusão no Brasil” (1946). Ambos os trabalhos, segundo Diegues, descreveram o modo de vida e as técnicas de pesca utilizadas pelos pescadores-caiçaras do litoral do Estado de São Paulo.

No primeiro artigo, para falar do cerco da tainha, Mussolini se dedica especialmente ao pequeno pescador, como ela própria escreve:

Considerando nesse artigo o cerco da tainha, não é aos barcos de pesca pertencentes, quer a uns poucos proprietários da própria Ilha, quer a companhias santenses, que me voltarei. Essa organização ultrapassou os limites da organização local e difere grandemente do pequeno pescador, a qual me atarei (MUSSOLINI, 1945, p. 261).

A autora descreve o material utilizado pelo pequeno pescador como aparelhos rudimentares produzidos no local, e salienta a falta de meios para a conservação dos pescados. Em ambos os trabalhos a antropóloga descreve o modo de vida e as técnicas de pesca dos pescadores-caiçaras. No segundo artigo, Mussolini (1946) analisa o processo de introdução de uma técnica de pesca japonesa, o cerco flutuante, entre os caiçaras.

Um importante ponto na etnografia de Mussolini, também ressaltado por Diegues, é a possibilidade de um maior entendimento da relação dos caiçaras como o mar, os estuários e a mata atlântica.

Entre 1950 e 1960, segundo Diegues, geógrafos humanos deram uma grande contribuição ao descreverem vários aspectos da vida dos pescadores entre Rio de Janeiro e Santa Catarina. Entre eles, o autor destaca o trabalho de Brito Soeiro (1960) “Agricultores e Pescadores Portugueses na Cidade do Rio de Janeiro”, que analisa a introdução da pesca de linha de fundo com caíques, introduzida por pescadores portugueses.

Outro trabalho dessa época é “Jangadeiros” (1957), do folclorista Câmara Cascudo, que, segundo Diegues, fez o primeiro estudo sistemático sobre as comunidades de jangadeiros e a pesca de jangada no nordeste. A pesca de jangada faz parte da cultura dos povos litorâneos cearenses, sendo ainda um forte símbolo representativo do Ceará.

Em 2002, outra obra de Câmara Cascudo é reeditada: “Jangada. Uma pesquisa etnográfica”. Esse autor começa sua descrição dizendo que jangadeiro é filho de um jangadeiro que escolhe a jangada pra viver. E continua: “O comum é ter nascido à beira-mar e ajudado, desde menino, a jangada a trepar nos rolos, empurrá-la para a maré, puxar o cabo da rede, pescar moré nas locas, nadar com a mesma naturalidade de um ato respiratório” (CASCUDO, 2002, p. 15).

Cascudo resalta a vida dura do jangadeiro, e mostra o diferencial da sua relação com a natureza.

A vida difícil e áspera prende-os no mesmo elo invisível de amizade natural. O jangadeiro é um mistério psicológico em sua transparente simplicidade. Não há mistério algum. Nós é que perdemos a faculdade de aproximação às forças espontâneas e naturais. Estamos longe do sabor vivo da água das fontes porque entendemos que o conhecimento dela é através da análise química. Para nossa pressa, consagrada e sacudida pela cultura em condensação, pelas antologias que nos afastam da verificação integral e direta dos textos, pelas reportagens e televisão que popularizam o aspecto exterior e vistoso das coisas, pelo rápido cansaço mental ante a resistência confidencial do elemento pesquisado, esbarramos no jangadeiro como um remanescente neolítico a quem perguntássemos impressões atômicas ou fotos da superfície de planetas perdidos (CASCUDO, 2002, p. 23).

Segundo Diegues, esses trabalhos eram até então mais descritivos e empíricos, salvo algumas poucas exceções. No final da década de 1970 aparecem alguns trabalhos sociológicos e antropológicos com maior rigor e densidade metodológica e teórica, voltados principalmente para questões relacionadas ao processo de mudança social, que esses pescadores vinham passando. Diegues ainda resalta que, nessa época, a pesca e as comunidades de pescadores passaram a ser percebidas dentro de um contexto maior na

sociedade nacional. Trabalhos focados na penetração capitalista nesse setor, e dos conflitos entre a pesca tradicional e capitalista surgem pela primeira vez nessa época.

Do material produzido nesse período destaque o de três autores. Em “Pesca e Marginalização no Litoral Paulista” (1973) e “Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar” (1983), Antônio Carlos Diegues, através da antropologia econômica, analisa os conflitos provenientes da relação entre pesca artesanal e industrial em termos de modo de produção, destacando as características sócio-políticas do surgimento das empresas de pesca brasileiras.

Em *The Raft Fishermen* (1970), Shepard Forman analisa a tradição e a mudança social em uma comunidade de jangadeiros em Coqueiral, Alagoas. Nesse trabalho, segundo Diegues, Forman mostra como os pescadores de Coqueiral eram inventivos, e que eram abertos a inovações desde que os beneficiasse diretamente. Essas mudanças, segundo o autor, aconteciam vagarosamente, acompanhadas de novas relações econômicas. Outro aspecto destacado por Diegues da obra de Forman era o fato de os senhores locais manipularem o ambiente local e natural de acordo com seus interesses próprios, e que intensificavam as tensões na comunidade para assim controlarem a força-de-trabalho. Os senhores locais controlavam o mercado da pesca e ainda estabeleciam os códigos de conduta.

Em “The Structure of Equality in a Brazilian Fishing Community” (1986), e “Assault on Paradise” (1983), Kottak, segundo Diegues, realiza uma análise diacrônica dos processos de mudança na comunidade de Arembepe, na Bahia. Lá, o autor chega em 1965, e constata que a comunidade era relativamente isolada, com um grande grau de homogeneidade social. Uma forte característica da comunidade era a solidariedade familiar no trabalho da pesca e em outros aspectos e dimensões da vida social. O autor ainda destaca a autossuficiência da comunidade na produção de alimentos e a ausência de estratificação social.

Diegues relata que Kottak ao retornar a Arembepe em 1973, percebeu uma grande transformação na comunidade, causada em grande parte pela instalação de uma indústria química chamada Tilbras, que, segundo o autor, passou a degradar o ambiente litorâneo. O aumento do fluxo turístico, e a introdução de barcos a motor que beneficiavam especialmente pessoas que não atuavam no setor pesqueiro, também são destacados pelo autor.

Kottak volta a Arembepe pela última vez em 1980, e segundo Diegues, mais transformações são percebidas, principalmente pela construção de uma estrada que ligava Salvador a Arembepe, que intensificou ainda mais o fluxo turístico, transformando o turismo na principal atividade da comunidade. O autor ressalta que nesse ano o número de pescadores tinha caído pela metade em relação a sua última visita a comunidade. A introdução da pesca

empresarial-capitalista tinha, segundo o autor, proporcionado grandes transformações, e um grande número de famílias passaram a trabalhar no setor turístico.

Diegues ainda destaca que a partir da década de 1980, as produções nas ciências sociais sobre pesca e comunidades de pescadores, passaram por uma maior distribuição geográfica, que antes eram concentradas em institutos de pesquisa situados no sul do país, ressaltando uma crescente produção do tema no Museu Emílio Goeldi, em Belém, e na Universidade Federal do Pará – UFPA.

Para esta pesquisa se faz necessário entender o que seria um pescador artesanal e um industrial, em termos de conceito e legislação. No segundo capítulo de seu livro *Os pescadores do mar* (1986), Simone Maldonado, classifica os pescadores marítimos em três classes: Pescadores-agricultores, pescadores artesanais e pescadores industriais.

A autora define pescadores artesanais pela simplicidade da tecnologia, e pelo baixo custo da produção, mesmo pontuando o processo de modernização que esses pescadores vêm passando. Para ela, o pescador artesanal tem na pesca sua principal fonte de renda, e a sua produção voltada para o mercado, sem perder seu caráter alternativo, pois sua produção além do comércio, também se destina ao consumo doméstico. Os pescadores artesanais são também chamados de autônomos, como a pesquisadora coloca, e é dessa maneira que alguns pescadores de Icapuí se denominam.

A legislação brasileira através da lei [Nº 11.959, de 29 de junho de 2009](#), classifica a pesca, no oitavo parágrafo, da primeira seção, do capítulo quatro, em comercial e não comercial, estando a pesca artesanal e industrial, incluídas na primeira classificação. A legislação define a pesca artesanal como: “Quando praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte”.

Como se pode perceber, simplicidade na tecnologia e baixo custo na produção, alguns dos critérios usados pela autora para definir a pesca artesanal, não são mencionados na legislação brasileira, que usa a autonomia do pescador em relação ao mercado e aos meios de produção para definir esse tipo de pesca.

A pesca artesanal pode ainda ser definida pela sua arte, como sugere Ramalho:

*A Arte dos pescadores resulta de sua criatividade, de seu sentimento de liberdade e resistência, pois a pesca artesanal sempre se caracterizou, para seus profissionais, como uma não subordinação à sociedade canavieira e nem a sociedade urbana de consumo, que fizeram com que seu trabalho e seu modo de vida (para eles livres) permitissem o surgimento de uma arte (a arte da pesca) repleta de códigos próprios*

(RAMALHO, 2004, p. 3).

A pesca industrial, ou empresarial-capitalista, como Maldonado (1986) coloca, se divide em três atividades básicas: captura, industrialização e comercialização do pescado; e cada atividade específica seria desempenhada por grupos de trabalho diferentes.

Nesse caso, o pescador assalariado, participaria apenas da captura do pescado, não participando de nenhum tipo de decisão, seja sobre a equipe de trabalho, rota de pesca, ou duração da jornada de trabalho. Esse pescador trabalha em unidades de empresas pesqueiras, onde a relação seria exclusivamente patronal, podendo esse pescador receber salário fixo, ou em alguns casos, uma pequena participação na produção.

Maldonado pontua ainda que, diferentemente da pesca artesanal, a pesca industrial é caracterizada pela dissociação entre pescador e pescado. A atividade industrial teria apenas a produção de mercadoria como finalidade.

Pela legislação brasileira, através da mesma lei que define a pesca artesanal, pesca industrial é definida como: “quando praticada por pessoa física ou jurídica e envolver pescadores profissionais, empregados ou em regime de parceria por cotas-partes, utilizando embarcações de pequeno, médio ou grande porte, com finalidade comercial”. Aqui a relação de autonomia, relacionada ao pescador artesanal desaparece, dando lugar à pesca profissionalizante e a relação patronal.

Os pescadores industriais são também chamados de alternativos – por usarem métodos de pesca alternativos ao manzuá – e de piratas, pelos pescadores artesanais.

Para os pescadores de Icapuí, a primeira vista, o que os diferencia entre artesanal e industrial, autônomos e alternativos, seria a maneira como a lagosta é pescada, e o tipo de embarcação usado na pescaria. O manzuá e o bote a vela são usados pelos artesanais, e os barcos a motor, marambaias e compressores são usados pelos industriais.

- Apareceu a rede, mas ninguém adotou a rede na comunidade, os barcos a vela sempre adotaram o manzuá. Mesmo tendo a rede, o compressor de mergulho, eles não adotaram por conta própria, porque eles tinham a consciência formada, né, de muito tempo de trabalho, de muito tempo de luta, de movimento, deles, que a pesca com rede ou com compressor não garantia a preservação da espécie (Entrevista com Segundo, realizada em 12 abr. 2012)<sup>2</sup>.

O uso de determinadas ferramentas de trabalho pelos artesanais, são acompanhadas de práticas e habilidades específicas que configuram o trabalho desses pescadores, e são passados de geração para geração, fato esse que decisivamente diferencia estes dos pescadores

---

<sup>2</sup> Segundo é pescador artesanal, e na época da pesquisa (2012), presidente do sindicato dos pescadores.

industriais. Diegues já sinalizava, nesse sentido, que se trata de: “Um conjunto de práticas cognitivas e culturais, habilidades práticas e saber fazer transmitidas oralmente nas comunidades de pescadores artesanais com a função de assegurar a reprodução do seu modo de vida” (Diegues, 2004, p. 32).

O uso do GPS é um caso à parte, sendo usado originalmente pelos industriais, e hoje adotado por alguns pescadores artesanais, apesar de muitos o culparem por ser o desencadeador da pesca com marambaias. O uso do GPS por pescadores artesanais já sinaliza o processo de modernização pelo qual esses pescadores vêm passando no decorrer do tempo.

Para esses pescadores, apenas o fato de produzirem o instrumento de trabalho não necessariamente os define como artesanais, pois os industriais que pescam com compressores e marambaias, também os fabricam manualmente, amassando os tambores de ferro e os amarrando, fazendo uma verdadeira gambiarra, e usando botijões de gás e mangueira com o auxílio do compressor para mergulhar.

Para os pescadores artesanais, o que os diferencia dos industriais é a relação predatória ou não com a natureza, principalmente no que diz respeito à preocupação com o estoque de lagostas (através dos instrumentos de trabalho, tipo de embarcações e respeito ao defeso), e sua relação com o trabalho. Existem outros elementos que orientam o tempo no trabalho na pesca artesanal, diferente do tempo de trabalho do sistema capitalista, o ‘tempo do ponto’. Elementos como sol, vento, lua, maré, chuva, e o tempo das espécies pescadas atingirem a idade adulta ou a fase de reprodução está totalmente entrelaçado com o tempo do pescador artesanal, orientando sua jornada de trabalho com o tempo da natureza.

A rotina de trabalho também diferencia os pescadores. A rotina dos pescadores artesanais pode ser vista como positiva, como uma forma de aprendizagem por repetição, “como o ator ou atriz explora as profundezas de um papel repetindo as falas sem parar” (SENNETT, 2005, p. 38). Apesar do trabalho ser repetitivo ele não é mecânico, pelo contrário, mostra o autodomínio desses pescadores. Já a rotina do pescador industrial é a rotina do trabalhador industrial, a qual descreve Sennett:

O trabalhador industrial, assim, nada conhece do autodomínio e da plástica expressividade do ator que memoriza mil falas... O fazedor de alfinetes torna-se uma criatura “estúpida e ignorante” no correr da divisão do trabalho; a natureza repetitiva de seu trabalho o apaziguou. Por esses motivos, a rotina industrial ameaça degradar o caráter humano em suas próprias profundezas (SENNETT, 2005, p. 41).

Outra diferenciação óbvia feita entre esses pescadores seria o fato de os pescadores artesanais não trabalharem diretamente para nenhuma empresa, mesmo dependendo diretamente de um intermediário para comercializar seu pescado com grandes empresas e

restaurantes, e a relação entre mestre e tripulação ir além das relações patronais existentes na pesca industrial. Na pesca artesanal entram elementos como confiança, solidariedade, amizade e respeito mútuo. Além disso, é “acima de tudo, um saber especializado e, por isso, um fazer parcial não são compatíveis com o trabalho da pesca artesanal, situação revelada por vários estudos (Diegues, 1983; Maldonado, 1994; Ramalho, 2006)” (RAMALHO, 2011, p. 320).

É a partir dos elementos que os próprios pescadores usam para se diferenciarem, que uso os termos, pescador artesanal, e industrial nesse trabalho.

Outro conceito usado nesta pesquisa, que merece mais reflexão é o de conflitos socioambientais. O campo de estudos dos conflitos socioambientais é recente, e para uma melhor problematização do conflito, me reservo a discussão feita pelo pesquisador da Universidade de Brasília (UNB), Paul Little<sup>3</sup>.

Little, como já foi colocado anteriormente nesta dissertação, define conflitos socioambientais como “um conjunto complexo de embates entre grupos sociais em função de seus distintos modos de inter-relacionamento ecológico” (Little, 2006 p. 91). Esse autor coloca que o conceito socioambiental engloba três dimensões básicas: o meio biofísico e seus múltiplos ciclos naturais, o mundo humano e suas estruturas sociais, e o relacionamento dinâmico e interdependente entre esses mundos. Para esse autor, a escolha de etnografar um conflito socioambiental é também uma escolha política.

No intuito de estabelecer parâmetros mais precisos para a compreensão e possível tratamento dos conflitos socioambientais, o autor classifica os conflitos em três tipos: conflitos em torno do controle sobre os recursos naturais, conflitos em torno dos impactos ambientais e sociais gerados pela ação humana e natural, e os conflitos em torno do uso dos conhecimentos ambientais. O autor salienta que essas classificações não devem ser entendidas como um sistema rígido, mas como uma ferramenta útil para a análise dos conflitos socioambientais, a ser usada de forma flexível. O próprio conflito em Icapuí pode ser entendido como um embate entre pescadores por controle da pesca da lagosta, ou pelo impacto ambiental e social sofrido pelos pescadores artesanais causados pela pesca industrial, causando o conflito.

Para ilustrar o conflito expresso pela disputa sobre o acesso aos recursos naturais, Little usa o exemplo dos pescadores tradicionais, que reivindicam acesso aos peixes em uma

---

<sup>3</sup> Para um melhor entendimento do conceito de “conflitos socioambientais”, ver: BRITO, D. M. C.; BASTOS, C. M. C. B.; FARIAS, R. T. S. *Conflitos socioambientais no século XXI*. Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP, v. 4, p. 51-58, 2011. E também: JESUS, N. B. De; GOMES, L. J. *Conflitos socioambientais no extrativismo da aroeira (Schinus terebinthifolius Raddi)*, Baixo São Francisco - Sergipe/Alagoas. Ambiente & Sociedade, v. 15, p. 55-73, 2012.

área histórica de sua pescaria. Então quando alguma empresa de pesca industrial chega a uma dessas áreas para realização de suas atividades, ocorre o conflito com os pescadores artesanais, que ainda pode ser agravado se o estoque de peixes diminuir de maneira súbita.

Reivindicação de uma área onde só se possa pescar de modo artesanal, o agravamento do conflito por falta de lagostas – ocasionando um estado de miséria na pesca artesanal –, somado a outros fatores agravantes, como poluição, pesca em momento de defeso e de uma fiscalização ineficaz são características que envolvem o conflito socioambiental que se desenrola em Icapuí, Ceará.

Little coloca com uma premissa básica da negociação dos conflitos socioambientais, o fato de não existirem receitas uniformes que possam ser aplicadas: “Cada conflito tem seus ambientes naturais particulares, seus atores sociais e seus nós próprios de conflito. Portanto, uma compreensão básica de cada conflito particular representa um passo prévio e necessário para tratá-lo” (LITTLE, 2001, p. 115). Se colocando em uma posição mais realista, em relação à negociação/mediação do conflito, o autor dá preferência à palavra *tratamento* ao invés de *resolução*. Tratamento que se daria por meio de diálogo/cooperação.

Acselrad (2004) analisa os conflitos socioambientais sob a perspectiva econômica, e afirma, assim como Little, que aspectos estruturais não podem ser evidenciados separadamente dos aspectos simbólicos que envolvem os conflitos. Sua noção de conflito socioambiental é também análoga a de Little, o definindo como conflitos envolvendo grupos sociais que se distinguem pelo modo como se apropriam, usam e significam o meio ambiente. Para esse autor, os conflitos acontecem quando determinadas práticas de um grupo social ameaçam a continuidade de apropriação do meio por outro grupo. Característica do conflito presente em Icapuí, onde a pesca industrial ameaça a continuidade da pesca artesanal, e que além do impacto material traz impactos na percepção, significação e representação do meio ambiente, vinculando um projeto de sociedade específico.

O campo de análise dos conflitos socioambientais é ainda muito recente. Muitos autores e abordagens contribuem nesse debate. Acredito que para um melhor entendimento desse tipo de conflito um debate interdisciplinar se faz necessário. Pois como afirma Little em relação à ecologia política:

Esse campo é fruto de um diálogo intenso entre as disciplinas da biologia, da antropologia, da geografia, da história e da ciência política, criando um espaço transdisciplinar próprio dentro das ciências naturais e sociais. Na contramão de muita da literatura sobre transdisciplinaridade, afirmo que esse espaço não elimina as diferenças entre as distintas disciplinas e pode, até, realçá-las. Cada matriz disciplinar emprega seus conceitos e técnicas dentro do campo da ecologia política

na procura de iluminar diferentes aspectos das relações ecológicas frente a novas realidades (LITTLE, 2005, p. 86).

Do que pude absorver sobre teoria e metodologia para a análise de conflitos socioambientais, as contribuições de Little me parecem valiosas para a pesquisa e análise do conflito entre pescadores artesanais e industriais em Icapuí-CE.

Se em Icapuí, acredito que é principalmente através do discurso de desenvolvimento que questões globais contemporâneas influenciam a experiência da localidade, alterando-a de maneira destrutiva, precisamos refletir sobre esse conceito. Muitos teóricos se abrem à esse debate, possibilitando assim o surgimento de várias perspectivas diferentes relacionadas sobre o que seria desenvolvimento. Duas delas me parecem bem importantes de serem debatidas. Uma relacionada ao conceito de desenvolvimento sustentável, e outra relacionada ao pós-desenvolvimento.

Na perspectiva de Veiga (2005), nos dias de hoje, desenvolvimento vem sendo abordado como crescimento econômico, ou seja, quanto mais industrializado mais desenvolvido. Esse autor nos mostra que o crescimento econômico sozinho não seria o suficiente para ter desenvolvimento, pois “o crescimento econômico só se metamorfoseia em desenvolvimento quando o projeto social prioriza a efetiva melhoria das condições de vida da população” (VEIGA, 2005, p. 3). O desenvolvimento teria que ser humano, e para mostrar isso Veiga nos remete ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que publica relatórios sobre o desenvolvimento humano anualmente desde 1990:

Na verdade, o objetivo básico do desenvolvimento é alargar as liberdades humanas. O processo de desenvolvimento pode expandir as capacidades humanas, expandindo as escolhas que as pessoas têm para viver vidas plenas e criativas. E as pessoas são tanto beneficiárias desse desenvolvimento, como agentes do progresso e da mudança que provocam. Este processo deve beneficiar todos os indivíduos equitativamente e basear-se na participação de cada um deles. Esta é a abordagem do desenvolvimento que tem sido defendida por todos os Relatórios sobre o Desenvolvimento Humano, desde o primeiro, em 1990 (VEIGA, 2005, p.7-8).

Segundo Veiga, os Relatórios do PNUD incidem em quatro capacidades que as políticas públicas têm que priorizar para um desenvolvimento humano: vida longa e saudável, conhecimento, acesso aos recursos necessários para um padrão de vida digno e participação na vida da comunidade.

Para um desenvolvimento humano é preciso de expansão da liberdade. Veiga nos mostra que para Amartya Sen, premiado com Nobel de Economia em 1998, esse é o principal fim e o principal meio do desenvolvimento, e tudo que limite escolhas e oportunidades das pessoas deve ser eliminado, e continua:

O crescimento econômico obviamente pode ser muito importante como um meio de expandir as liberdades desfrutadas pelos membros de uma sociedade. Mas as liberdades também dependem de muitos outros determinantes, como os serviços de educação e saúde, ou os direitos civis. A industrialização, o progresso tecnológico ou a modernização social podem contribuir substancialmente para a expansão da liberdade humana, mas esta depende também de outras influências (VEIGA, 2005, p. 8-9).

Então, para um desenvolvimento humano não bastaria um crescimento econômico, ou um elevado PIB, ou uma boa distribuição de renda, ou um grande investimento em tecnologia. Isso ajudaria na expansão das liberdades, mas não seria o suficiente para ter desenvolvimento. A pobreza apesar de estar intrinsecamente vinculada a questões econômicas, não pode ser entendida sem sua dimensão cultural. Tudo o que priva a liberdade humana precisa ser eliminado, como Veiga coloca:

Se a liberdade é o que o desenvolvimento promove, então existe um argumento fundamental em favor da concentração dos esforços de análise nesse objetivo abrangente, e não em algum meio específico ou alguma lista de instrumentos especialmente escolhida. O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência de Estados repressivos (VEIGA, 2005, p. 9).

Veiga, em sua teoria, não parece reconhecer contradições mais profundas. Parece-me que para esse pensador a contradição central se daria entre o capitalismo liberal de Adam Smith e o capitalismo real, que priva o homem de liberdade. A questão seria a de fazer o capitalismo real funcionar, expandindo as liberdades humana. O próprio sistema como agente de privação de diversidade e liberdade não é questionado.

Veiga acredita que o desenvolvimento não pode estar desatrelado da dimensão cultural. Na sua visão não se pode reduzir esse conceito a apenas questões econômicas, como PIB, ou distribuição e renda. A partir dessa perspectiva ele endossa a ideia de “desenvolvimento como liberdade” de Amartya Sen, que está vinculada à ideia de sustentabilidade.

A ideia de sustentabilidade, para Veiga, não pode ser entendida como um conceito científico de natureza precisa, na verdade não poderia nem ser entendida como um conceito, e sim como um valor.

Sendo uma questão primordialmente ética, só se pode louvar o fato da ideia de sustentabilidade ter adquirido tanta importância nos últimos vinte anos, mesmo que ela não possa ser entendida como um conceito científico. A sustentabilidade não é, nunca será, uma noção de natureza precisa, discreta, analítica ou aritmética, como qualquer positivista gostaria que fosse. Tanto quanto a ideia de democracia – entre muitas outras ideias tão fundamentais para a evolução da humanidade, ela sempre

será contraditória, pois nunca poderá ser encontrada em estado puro (VEIGA, 2008, p. 165).

Sem conceituar, o autor explica em entrevista<sup>4</sup> que existem definições para sustentabilidade, e que para ele, a mais comum seria a do Relatório Brundtland<sup>5</sup>, que diz que a sustentabilidade atende às necessidades do presente sem comprometer as do futuro. Veiga, apesar de se aproximar dessa definição, a critica, por tratar de necessidades. Para esse autor, garantir o futuro depende muito mais das oportunidades e escolhas do que o atendimento a supostas necessidades.

Veiga nega a ideia de o desenvolvimento ser mensurado pelo PIB, mas não descarta outros indicadores. Ele acredita que o que teria de melhor nessa discussão, seria proveniente do relatório Stiglitz-Sen-Fitoussi, organizado pelos economistas Joseph Stiglitz, Armatya Sen e Jean-Paul Fitoussi. Segundo o autor, este relatório propõe três indicadores que estabeleceriam uma relação entre consumo e disponibilidade de recursos: renda líquida familiar ajustada, perspectiva que segundo o autor, não é usada na maioria dos países para coleta de dados estatísticos, incluindo o Brasil; em segundo lugar, eles avaliam que é preciso ter um índice de qualidade de vida ou de bem-estar, abordando saúde e segurança em várias dimensões; e o terceiro indicador mediria a sustentabilidade.

O autor pondera ao esbarrar nas questões de valores, e do que seria universalmente aceito, mas acredita que pela negação (de valores que frustrem o desenvolvimento humano) um entendimento poderia ser encontrado. Então, através desses indicadores, poderíamos ter ideia da contribuição que cada país ofereceria para a “insustentabilidade global”. Desta maneira, regulamentações poderiam surgir para que a natureza continuasse a ser explorada, em nome do desenvolvimento, sem prejudicar gerações futuras. Será isso possível?

Pensar que todos os grupos humanos do planeta, universalmente, precisam percorrer o caminho do desenvolvimento, traçado pela Europa e EUA, me deixa incomodado. Muito conhecimento pode ser intercambiado com populações que estão fora de tal perspectiva, e não as incluir no debate me parece desqualificá-las. O conhecimento local produzido pelos pescadores artesanais de Icapuí, visto desta perspectiva parece obsoleto, atrasado, um entrave para o desenvolvimento capitalista, um obstáculo a ser superado no rumo do progresso e da civilização. Acredito que muito preconceito e distorções são usados na definição de conhecimento. O que não é entendido como conhecimento ocidental rapidamente é taxado

---

<sup>4</sup> Entrevista disponível no endereço: <https://www.ufmg.br/diversa/19/entrevista.html>. Acesso em 13 out. 2012.

<sup>5</sup> Documento intitulado Nosso Futuro Comum, publicado em 1987 pela Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da Organização das nações Unidas (ONU), faz parte de uma série de iniciativas, anteriores à Agenda 21.

como não científico. Sistemas que fogem ao padrão ocidental têm suas próprias fundamentações científicas e metodológicas. Escobar sinaliza nesse sentido:

Por essa razão, é preciso que a racionalidade ocidental torne-se mais receptiva à pluralidade de tipos de conhecimento e de concepções de mudança social que existem no mundo e reconheça que o conhecimento científico objetivo e imparcial é apenas uma das formas possíveis entre muitas delas. Tudo isso pode ser coligido de uma antropologia da Razão que examina, de forma crítica, os discursos e práticas essenciais das sociedades modernas ocidentais, e descobre na Razão e nas práticas principais a ela associadas – tais como planejamento – formas de ser bastante específicas, e até mesmo ou pouco estranhas, ou pelo menos peculiares, e não as esperadas verdades universais (ESCOBAR, 2000, p. 226).

Colocar a cosmovisão de uma diversidade de populações humanas espalhadas ao redor do mundo, sob a mesma perspectiva, mesmo sendo pela via da negação, seria um projeto viável ou interessante? Será que alguma forma de controle sobre essas populações, ou até mesmo de imperialismo não estaria mesclada nesse discurso?

A meu ver, essa perspectiva de desenvolvimento marginaliza os pescadores artesanais de Icapuí, legítima e incentiva a pesca industrial, como meio de potencializar os lucros e aumentar o poder de consumo desses pescadores, acreditando que dessa maneira sua liberdade será expandida, mas ao mesmo tempo transforma sua percepção da realidade, acabando com práticas culturais e de organização política, buscando uma humanidade cada vez mais homogênea.

Apesar do discurso da sustentabilidade estar em voga, e se fazer presente em todos os discursos a favor de um mundo mais ecológico, seja oficial ou não, acredito que esse conceito traga mais danos do que benefícios, pois como escreveu Shiva (2000):

Atribuiu-se também um outro significado a sustentabilidade, um significado aliás muito perigoso. Nesse novo significado, sustentabilidade é associada com o próprio desenvolvimento, e não com a natureza. Não envolve, portanto, um reconhecimento dos limites da natureza ou a necessidade de aceitá-los e mantê-los. Ao contrário, simplesmente significa assegurar o abastecimento contínuo de matérias-primas para a produção industrial, o fluxo constante de um número cada vez maior de mercadorias, uma acumulação de capital infinita – e tudo isso através da imposição de limites arbitrários que regulem a natureza. Assim, aquela perigosa mudança igualmente desastrosa do significado de “sustentabilidade”. O conceito original refere-se à capacidade que a natureza tem de dar sustento à vida. A sustentabilidade da natureza implica manter a integridade dos processos, ciclos e ritmos naturais. Envolve reconhecer que a crise da sustentabilidade é uma crise cuja raízes são a negligência das necessidades e processos da natureza e o dano causado à sua capacidade de “ressurgir”. Em um mundo finito, ecologicamente interligado e limitado pela entropia, é essencial que sejam também respeitados os limites da natureza; limites esses que não podem ser simplesmente determinados pelos caprichos e conveniências do capital e das forças de mercado, seja qual for a eficácia das tecnologias que esses últimos convocam para auxiliá-los (SHIVA, 2000, p. 314-315).

Em 1991, num colóquio internacional que aconteceu em Genebra (ESCOBAR, 2006)

muitos questionamentos sobre desenvolvimento apareceram, e junto a estes aparece pela primeira vez o conceito de pós-desenvolvimento. Muitos estudiosos de várias disciplinas e campos das ciências sociais debateram o assunto. Nesse contexto, uma coletânea de artigos, chamada “Dicionário do Desenvolvimento” é editada por Wolfgang Sachs, tendo vários pensadores de diferentes áreas e regiões do mundo, colaborando com artigos e ensaios, tendo referência na discussão pós-desenvolvimentista.

O pós-desenvolvimento, apesar de não ser considerado como uma corrente teórica pode ser definido pela ruptura com o conceito de desenvolvimento e todo o imaginário que o acompanha. Acredito que a partir dessa perspectiva muitos elementos possam contribuir para um possível tratamento no conflito de Icapuí.

Sachs (2000) usa o farol com metáfora para falar sobre a construção do conceito de desenvolvimento e de sua proposta de iluminar o mundo nos últimos cinquenta anos.

O farol do desenvolvimento foi construído pouco depois da segunda guerra mundial. Com o colapso dos poderes coloniais europeus, os Estados Unidos encontraram oportunidade de dar dimensões globais à missão que lhes havia sido legada por seus fundadores: ser “a luz no cimo do monte”. Lançaram o conceito de desenvolvimento com um apelo para que todas as nações seguissem seus passos. A partir desse momento, as relações entre o Norte e o Sul passaram a ser formuladas segundo esse modelo: o “desenvolvimento” o marco de referência fundamental para aquela mistura de generosidade, chantagem e opressão que caracterizou as políticas dirigidas ao Sul. Durante quase meio século, a política de boa vizinhança no planeta foi formulada à luz do “desenvolvimento” (SACHS, 2000, p.11).

Para esse autor, esse farol apresenta rupturas e começa a desmoronar. Ilusões e reveses, fracasso e crime foram assíduos companheiros desse conceito, e é enfático em afirmar que o desenvolvimento não deu certo, e ficou obsoleto, chegando até mesmo a dizer que os autores desse livro “conscientemente dizem adeus a esse conceito defunto, para esvaziando suas mentes, desocupá-las para novas descobertas” (SACHS, 2000, p. 12). O conhecimento produzido através da pesca artesanal pode vigorar entre essas novas descobertas.

O desenvolvimento, para Sachs (2000), é muito mais que um empreendimento socioeconômico, é uma percepção que molda a realidade, um mito que conforta sociedades, e uma fantasia que desencadeia paixões, e por mais de quarenta anos foi uma arma na competição entre sistemas políticos. O resultado disso seria então uma enorme perda de diversidade, proporcionada pela padronização de desejos e de sonhos que ocorrem em camadas mais profundas do subconsciente das sociedades. O “outro” teria desaparecido com o desenvolvimento. O “outro”, no caso dessa pesquisa, é o pescador artesanal, que está ameaçado de desaparecer em nome de uma padronização exigida pelo modelo de

desenvolvimento capitalista industrial. Para Sachs, é impossível falar de desenvolvimento e não referir-se a conceitos como pobreza, produção, noção de Estado, e igualdade. Seria impossível tentar entender o conflito socioambiental em Icapuí sem abordar esses conceitos.

Os autores do livro chegaram a um consenso de chamar de “era do desenvolvimento”, o período que começa a partir do histórico pronunciamento do presidente dos Estados Unidos Harry S. Truman, em 20 de janeiro de 1949, e pensam “desenvolvimento” como um conceito que nasceu em algum ponto do tempo e pode morrer em algum outro. Segundo Sachs:

Nossa proposta é dar nome de era do desenvolvimento ao período histórico específico que se iniciou em 20 de janeiro de 1949, quando Harry S. Truman, em seu discurso de posse, referiu-se pela primeira vez ao hemisfério sul como “áreas subdesenvolvidas”. A rubrica pegou e subsequentemente forneceu a base cognitiva tanto para o intervencionismo arrogante do Norte, como para a autocompaixão do Sul. No entanto, o que nasce em um determinado momento pode também morrer em outro posterior; a era do desenvolvimento entrou em declínio porque as quatro premissas que lhe serviam de base foram superadas pela história (SACHS, 200, p. 12).

Também para Esteva (2000), o subdesenvolvimento começou assim, e a partir desse dia, dois bilhões de pessoas passaram a ser subdesenvolvidas. Para ele, daquele momento em diante, essas pessoas deixaram de ser o que eram antes em sua diversidade, e magicamente foram transformadas em uma imagem inversa a realidade alheia. Esteva pontua que Truman não foi o primeiro a usar essa expressão, mas que na época ela ainda não teria encontrado eco nem com o público, nem com os “experts”. A metáfora do desenvolvimento, para esse autor, “deu hegemonia global a uma genealogia da história autenticamente ocidental, roubando de povos com culturas diferentes a oportunidade de definir as formas de sua vida social” (ESTEVA, 2000, p. 63).

Esteva continua, afirmando que os assalariados são lançados contra os pobres, em nome da modernização, e sob a bandeira da guerra à pobreza, e re-desenvolver o sul significaria desfechar o ataque último e definitivo contra a resistência organizada ao desenvolvimento e à economia. Resistência que continua ativa nas praias de Icapuí, apesar dos feridos, mortos e da crescente miséria que o pescador artesanal vem passando com a contínua falta de lagosta nos mares, e da contaminação causada pelas marambaias.

O autor, faz ainda uma crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável, contido no relatório Brundtland, anteriormente citado nesse trabalho. E assim coloca:

Em termos conceituais e políticos, o re-desenvolvimento adota hoje a forma de *desenvolvimento sustentado*, para “nosso futuro comum”, segundo a prescrição da comissão Brundtland. Ou então, é ativamente encorajado como um re-desenvolvimento verde e democrático, para aqueles que acreditam que a luta contra o comunismo, o *leitmotiv* do discurso de Truman, acabou. Mas, na interpretação

oficial, o desenvolvimento sustentado foi elaborado explicitamente como uma estratégia para sustentar o “desenvolvimento”, não para dar apoio ao florescimento ou a manutenção de uma vida natural e social infinitamente variada (ESTEVA, 2000, p. 72).

Esteva (2000) mostra como o discurso de desenvolvimento capitalista industrial, desvaloriza outras formas de vivência que não estejam na sua lógica.

O estabelecimento de valores econômicos exige a desvalorização de todas as outras formas de vida social. Essa desvalorização transforma, em um passe de mágica, habilidades em carências, bens públicos em recursos, homens e mulheres em trabalho que se compra e vende como um bem qualquer, tradições em um fardo, sabedoria em ignorância, autonomia em dependência. Transforma as atividades autônomas e pessoais, que incorporam desejos, habilidades, esperança e interação social ou com a natureza, em necessidades cuja satisfação exige a mediação do mercado (ESTEVA, 2000, p. 74).

Com a introdução da pesca industrial, e de todo o imaginário que a acompanha, o conhecimento produzido pela pesca artesanal se transforma no que Esteva chama de fardo. As práticas autônomas e coletivas, que acompanham esse conhecimento, que estão envolvidas com os seus desejos e habilidades, dão lugar a possibilidade de maior lucro que se reverterá na satisfação de necessidades que precisam do mercado como mediador.

A capacidade de abolir a pobreza seria a proposta mais importante da ideologia desenvolvimentista, e, segundo Sachs (2000), a pobreza foi considerada por muito tempo como dissociada da degradação ambiental, atribuída somente ao impacto do homem industrial. Mas com a crescente constatação de desmatamentos e desertificações pelo mundo, logo os pobres foram denunciados como agentes de destruição. Campanhas de “conscientização ambiental” foram desenvolvidas, tendo, os pobres como principal alvo. Sachs cita novamente o Relatório Brundtland, para mostrar como o caminho ficou livre para o casamento entre “meio ambiente” e “desenvolvimento”, e continua, mostrando as consequências desse recém-criado vínculo:

Não há desenvolvimento sem sustentabilidade; não há sustentabilidade sem desenvolvimento é a fórmula que institui o recém-criado vínculo. “Desenvolvimento” emerge rejuvenescido desta ligação, o conceito agonizante recebendo outro sopro de vida. Isto nada mais é que repetir um estratagema comprovado: sempre que nos últimos 30 anos, os efeitos destrutivos do desenvolvimento eram reconhecidos, o conceito era esticado de maneira que englobasse a lesão e a terapia. Por exemplo, quando ficou óbvio, por volta de 1970, que a corrida pelo desenvolvimento realmente intensificava a pobreza, inventou-se a noção de “desenvolvimento equitativo”, para reconciliar o irreconciliável: a criação da pobreza com a abolição da pobreza. Na mesma trilha, o Relatório Brundtland incorporou a preocupação como meio ambiente para dentro do conceito de desenvolvimento, erigindo o “desenvolvimento sustentável” como abrigo conceitual tanto para agredir como para sanar o meio ambiente (SACHS, 2000, p. 121).

Quando a natureza se torna objeto de política e planejamento, segundo afirma Sachs,

ela se transforma em “meio ambiente”. Segundo o autor, raramente houve um conceito que representasse a natureza de uma maneira mais abstrata, passiva e vazia de qualidade do que o de “meio ambiente”. É como se a natureza estivesse sem vida, simplesmente esperando sofrer ação externa. Sachs ainda pontua que o conceito de “meio ambiente” nada tem em comum com a perspectiva de comunidades que enxergam a natureza como um ser vivo, e que, com muito cuidado, delimitam a intervenção humana sobre a natureza, evitando uma resposta hostil, quando essas intervenções alcançam um estado crítico, ou exagerado. Para o autor, essa diferença de abordagem seria o suficiente pra não chamar economias tradicionais de ecológicas. Essa maneira de enxergar a natureza definitivamente diferencia a relação de trabalho (entre outras), entre os industriais e artesanais.

Sachs, na sequência de seu artigo, fala do discurso ecocrático, que para ele estava prestes a se desenvolver na década de 1990. Previsão que deu certo, pois é o discurso que tomou forma na década de 1990 e que ainda sustenta a ideia de desenvolvimento atrelado à ideia de sustentabilidade. Discurso este que dá força ao casamento do conceito de “desenvolvimento” com o de “meio ambiente”, fazendo-nos acreditar que um não sobrevive sem o outro, e que como coloca o autor, “encontra sua base cognitiva na teoria dos ecossistemas, e almeja novos níveis de monitoramento e controle administrativo” (SACHS, 2000, p. 129). Como pensou Sachs no começo da década de 1990, a ecocracia permanece nos dias de hoje desprezando toda a diversidade que não se encontra circunscrita na sociedade econômica ocidental. Esse discurso, que vem se tornando dominante, para Sachs, exige uma gestão ampla, mas não seria inteligente na sua autolimitação.

Conforme os efeitos do industrialismo, ameaçadores na visão do autor, novos procedimentos, produtos e programas são inventados para conter esse perigoso avanço e manter o sistema funcionando a todo vapor, com o indispensável suporte do que Sachs chama da “venerável tríade da modernização ocidental”, ou seja: capital, burocracia e ciência. Para esse pensador, por mais bem intencionados que sejam esses procedimentos, eles se findam em duas hipóteses em comum: “primeiro que a sociedade sempre vai ser levada a testar a natureza até o seu limite, e segundo, que a exploração da natureza não deveria ser maximizada nem minimizada, mas sim otimizada” (SACHS, 2000, p. 128).

A situação de miséria em que a pesca artesanal se encontra atualmente, é um claro sinal de que esse limite chegou e, como afirma Shiva, “o reconhecimento dos limites da natureza implica a aceitação de limites para a sociedade; e acreditar que não são necessários limites na sociedade implica uma ruptura nos limites naturais” (SHIVA, 200, p. 313).

Esses procedimentos criados para manter o sistema funcionando, e que acabam

“esticando” o conceito de desenvolvimento, como colocou o autor anteriormente, não existem sem um custo social, pois exigem uma maior regulamentação, exigindo um Estado cada vez mais centralizado e forte. Nesse sentido, Sachs pontua e lança um desafio:

Soluções intensivas baseadas no capital, burocracia e ciência relativas ao declínio ambiental, além disso, não existem sem um custo social. A tarefa prometeica de manter a máquina industrial global operando numa velocidade cada vez maior, e resguardar ao mesmo tempo a biosfera do planeta, vai demandar um salto quântico em matéria de vigilância e regulamentação. De que outras maneiras seriam aliadas as milhares de decisões, do nível individual ao nacional e ao mundial? ... O que importa é que todas essas estratégias suscitam mais centralismo, em especial um Estado mais forte. Uma vez que os ecocratas raramente questionam o modelo de vida industrial a fim de reduzir a carga sobre a natureza, são deixados com a tarefa de sincronizar as incontáveis atividades da sociedade com todas as qualificações, prognósticos e ferramentas de tecnologia avançada que pode reunir – um empreendimento que teria inspirado Orwell a mais uma obra. O verdadeiro desafio histórico, portanto, deve ser lançado em algo diferente dos termos ecocráticos: como é possível construir sociedades ecológicas com menos governo e menos predominância profissional? (SACHS, 2000, p. 128).

O modelo de desenvolvimento proposto pelo sistema capitalista e seguido pela maioria dos países, inclusive os chamados de terceiro mundo, não se sustenta. A desigualdade social só aumenta, como mostra Stanley Tambiah:

O Human Development Report 1995 (elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) faz uma acusação demolidora à maneira como o desenvolvimento perpetua as desigualdades atuais, especialmente nos chamados países em desenvolvimento, afirmando que o desenvolvimento "não é nem sustentável nem merece ser sustentado". O Relatório arrola determinadas consequências assimétricas do crescimento econômico - e, eu poderia acrescentar da construção forçada do Estado-nação - que exigem uma pronta ação corretiva (TAMBIAH, 1997, p. 7).

Para Escobar (2006), os debates sobre desenvolvimento que tomam forma a partir da década de 1990, têm como resultado parcial a identificação, feita principalmente por liberais e marxistas, da “escola pós-desenvolvimentista” de orientação pós-estruturalista. As críticas a essa escola, mesmo não tendo um corpo unificado de trabalho, sugere três eixos principais que acompanhariam a proposta pós-desenvolvimentista, e que seriam:

(1) With their focus on discourse, the post-development proponent overlooked poverty and capitalism, which are the real problems of development; (2) they presented an over generalized and essentialised view of development, while in reality there are vast differences among development strategies and institutions; they also failed to notice the ongoing contestation of development on the ground; and (3) they romanticised local tradition and social movements, ignoring that the local is also embedded in power relations (ESCOBAR, 2006, p. 448).

Seria impossível, para Escobar, entender a crítica feita à escola pós-desenvolvimentista sem entender o contexto no qual esta está inserida. Esse contexto, segundo o autor, vê a

consolidação de novas tendências e campos, em ascendência desde 1980, como o pós-estruturalismo, estudos culturais, teorias feministas, e estudos étnicos e de meio ambiente, que possibilitaram um entendimento diferente sobre como o desenvolvimento opera, e tendo o pós-estruturalismo como nova ferramenta de análise.

Aproveito aqui as críticas ao pós-desenvolvimentismo para esclarecer alguns pontos. O primeiro diz respeito a entender o discurso como prática nesta pesquisa. Pois como afirma Peirano (2000, p. 14) “em outras palavras: falas e ritos - esses fenômenos que podem ser recortados na sequência dos atos sociais - são bons para revelar mecanismos também existentes no dia-a-dia e, até mesmo, para se examinar, detectar e confrontar as estruturas elementares da vida social”. Não procuro aqui uma visão geral nem essencializada do desenvolvimento. Mas acredito que há um discurso dominante, que serve como filtro para outros tipos de estratégias de desenvolvimento. O que for destoante não passa. É esse discurso dominante que serve de referência para pensar as questões desse trabalho.

Também tento fugir do que chamam de visão romântica do conhecimento local. Não entendo a localidade desconectada do mundo global, mas sim numa interação onde um a todo o momento um influencia o outro. Nesse trabalho investigo as relações de poder que existem nas relações artesanais de pesca, mostrando como muitas vezes essas relações podem ser autoritárias e violentas, como nos casos de denúncia de violência e tortura nas fiscalizações feitas pelos artesanais. Perceber a existência desses tipos de relação não anula a contribuição que o conhecimento local produzido pode dar, no exercício de imaginar e de tentar construir sociedades com perspectivas fora da lógica de desenvolvimento capitalista industrial.

## CAPÍTULO II: METODOLOGIA E CAMPO

Como já foi colocado anteriormente, para uma análise mais rica dos conflitos socioambientais, busco a aliança antropologia com a ecologia política.

Como nos mostra Little (2006), a análise dos conflitos socioambientais é uma parte quase intrínseca de uma abordagem da ecologia política. Então, trago a discussão da ecologia política para aliá-la ao campo da antropologia, pois “um conceito propriamente antropológico do conflito vai além de um foco restrito nos embates políticos e econômicos para incorporar elementos cosmológicos, rituais, identitários e morais que não sempre são claramente visíveis desde a ótica de outras disciplinas” (LITTLE, 2006, p. 91).

Devemos entender o surgimento da ecologia política, como aponta Little (2006), em um contexto das novas realidades políticas e ambientais que as sociedades hoje se deparam. No plano político Little destaca o crescente e acelerado processo de globalização, desde o último meio século, que acontece em plena expansão do sistema capitalista, sob o prisma da ideologia neoliberal, em situações de neoimperialismo político e cultural. E no plano ambiental, Little mostra não só problemas planetários como o aquecimento da atmosfera, o crescimento no buraco na camada de ozônio e as mudanças nas correntes marítimas, mas também destaca problemas regionais, como desertificações, inundações, esgotamento de recursos (como no caso da crescente falta de lagosta nos mares de Icapuí), contaminação da água, ar e solo (no caso específico, marambais poluindo o oceano), modificações climáticas e perda da diversidade (no caso de Icapuí não somente a perda ambiental, como também política e cultural, podendo o modo de pesca artesanal acabar, e assim acabando também toda uma forma de organização política, econômica e cultural).

A ecologia política como ferramenta de análise do conflito socioambiental que se desenrola em Icapuí é fundamental para colocar em evidência o inter-relacionamento entre os atores sociais e seu meio natural, “em resumo, os desafios para a ecologia política consistem, pelo menos, em identificar os distintos níveis em que os atores sociais e naturais funcionam e descrever a maneira com que se inter-relacionam transversalmente no complexo processo de luta sociopolítica e ambiental” (LITTLE, 2006, p. 96).

O choque entre sistemas produtivos que ocasiona o conflito socioambiental em Icapuí tem raízes nas questões econômicas contemporâneas, relacionadas com a poluição do mar e a contaminação da lagosta. Artesanais se transformam em industriais para obter mais lucro, mesmo causando poluição e contaminação. Então introduzir a economia política como ferramenta de análise do conflito socioambiental, mais que auxilia, esclarece com detalhes

essa relação, como aponta Little: “A introdução da economia política dentro do paradigma ecológico, porém, teve o impacto singular de colocar à vista os choques entre sistemas produtivos, e assim detalhar melhor os vínculos entre as mudanças econômicas e a crise ambiental” (LITTLE, 2006, p. 87).

Mas para entender o que gera esse conflito, e como ele afeta a vida das pessoas de Icapuí, tanto na mudança de percepção de vida, expressa no trabalho que até então era intrínseco com as outras dimensões das suas vidas, como na maneira que o conflito em si afeta suas vidas, precisamos ir além de questões relacionadas aos estoques, e responder algumas perguntas, como sugere Little: “A análise desses conflitos não fica restrita ao comportamento dos estoques dos recursos naturais e tenta responder a perguntas como: quem usa os recursos? quando? por quais razões? a que preço? com quais impactos?” (LITTLE, 2006, p. 88).

Fiz algumas viagens pontuais no decorrer do ano de 2011 a Icapuí, e duas no ano de 2012, quando pude dedicar um tempo maior. A primeira foi no mês de abril do ano de 2012. Ao chegar a Icapuí me dirigi à praia de Peroba e aluguei um quarto na pousada de Dona Fátima e seu Antônio. Seu Antônio, que pescou durante quarenta anos, e parou por conta de problemas de saúde, foi o contato que me deu o primeiro relato histórico do conflito. Essa escolha foi feita por uma questão estratégica. Essa é uma praia pequena, com pouca movimentação e não se localiza no foco do conflito, apesar dos pescadores se identificarem com a pesca artesanal. A praia de Redonda, reduto dos pescadores artesanais e a sede de Icapuí, onde ficam as praias que são reduto dos pescadores industriais ficam de fácil acesso partindo de Peroba. Dessa maneira fico em um lugar menos agitado em relação ao conflito, e no retorno da pesquisa me baseio em um lugar tranquilo para a análise dos dados coletados.

Nesse período fiz entrevistas narrativas com pescadores mais velhos, que me narraram o histórico do conflito, e da própria pesca da lagosta no município. Procurei a Associação de Moradores, onde me indicaram o Sindicato dos Pescadores Artesanais. Lá fui recebido por Segundo, pescador e presidente do sindicato. Ele me concedeu entrevista filmada. Segundo me apresentou a outros pescadores e suas famílias. Também me dediquei a conversar com pescadores mais velhos para entender o histórico do conflito e viver o cotidiano das praias em que pescam artesanalmente. Como estava no período de defeso da lagosta não embarquei, mas tive a oportunidade de vivenciar práticas cotidianas de um período onde a pesca é proibida. Não consegui nenhuma entrevista com pescadores industriais nesse período, mas presenciei denúncias de que barcos industriais não paravam no defeso. Esse período de defeso se mostrou particularmente muito difícil para entrar em contato com pescadores industriais.

Na segunda incursão do ano de 2012, cheguei a Icapuí em agosto. A pesca de lagosta tinha começado em 01 de junho. Voltei à pousada de Dona Fátima e o mesmo quarto estava a minha espera. Logo nos meus primeiros dias fui ao encontro de Segundo. Tivemos uma breve conversa e fui apresentado ao pescador que primeiro me levaria ao alto mar. Durante este período pude sair de jangada para acompanhar a pesca em alto mar, e a pesca beirando as praias de Peroba e Barrinha. Mas só os pescadores artesanais me permitiram embarcar.

Alguns pescadores industriais conversaram comigo, inclusive me deixando gravar o áudio, mas nenhum deles, com argumentos diferentes, me permitiram acompanhar sua jornada de pesca. Tive também a oportunidade de ter na mesma conversa um pescador artesanal, um industrial e uma senhora da comunidade, mostrando diferentes pontos de vista do conflito na mesma conversa. Conversei também com algumas pessoas da comunidade que não pescam, mas de alguma forma estão envolvidas no conflito e são afetadas de diversas maneiras.

Pude perceber nesse período que o conflito que se desenrola em Icapuí, por mais que no momento atual já tenha passado seu ápice, é sempre assunto recorrente. Por esse motivo não encontrei dificuldades em conseguir entrevistas. Tanto dos artesanais, quanto de não pescadores. Com industriais foi um pouco mais difícil. O conflito em Icapuí chegou a um ponto onde todos querem falar, como forma de denunciar o que está se passando por lá, ou como uma mulher que ao me encaminhar ao presidente do sindicato, disse que o chamaria para conversar comigo, pois além dele saber tudo o que se passa, ele desabafa.

Encarar a fala como um evento foi de extrema importância no desenrolar da pesquisa. Então tentei valorizar ao máximo o “aspecto comunicativo”, como escreveu Marisa Peirano:

Outro ponto merece destaque: a fala é um evento comunicativo e deve ser colocada em contexto para que seu sentido seja compreendido. Não é possível, portanto, separar o dito e o feito, porque o dito é também feito. Considerando-se esta dimensão básica, é preciso então ressaltar que a etnografia é bem mais que um mero descrever de atos presenciados ou (re) contados - a boa etnografia leva em conta o aspecto comunicativo essencial que se dá entre o pesquisador e nativo, o “contexto da situação”, que revela os múltiplos sentidos dos encontros sociais. A ênfase na dimensão vivida como meio de acesso a visões de mundo está marcada no livro pela própria natureza dos ensaios: exceto dois deles, todos são análises de materiais etnográficos específicos. Aqui temos a teoria em ação nas análises (PEIRANO, 2001, p. 8).

A facilidade de comunicação que encontrei com os moradores de Icapuí me fez falta quando precisei conversar com funcionários de órgãos do Estado. A primeira dificuldade encontrada foi na sede do IBAMA em Fortaleza, Ceará. Tentei três vezes conversar como o

chefe de fiscalização Rolfran Ribeiro, que não me recebeu nenhuma das vezes. Talvez por minha insistência e pela boa vontade do funcionário da portaria, fui recebido por Wagner Soares, responsável pela fiscalização do litoral leste, onde o município de Icapuí está localizado. Por ele fui bem recebido, mas consegui apenas dados oficiais de apreensões feitas nas fiscalizações, suas rotas e o funcionamento básico das operações. Poucos dados sobre produção me foram disponibilizados, sendo posteriormente encontrados em anuários e boletins do IBAMA sobre a pesca da lagosta, aleatoriamente na internet. No ministério da Pesca e Aquicultura também não consegui ir além de dados oficiais sobre embarcações e licenças de pesca. Jornais do Ceará, como o Diário do Nordeste e O Povo, além de sites, tanto de órgãos oficiais quanto de pessoas comuns, serviram de fonte de pesquisa.

Para esta pesquisa, refletir sobre o papel do pesquisador que se propõe a fazer uma etnografia de um conflito socioambiental específico, se fez muito necessário. A cada etapa da pesquisa esse questionamento se fez presente, e sempre me entendendo como parte ativa no conflito, mas não da mesma maneira dos que estão diretamente envolvidos, mas nunca fora e nem imparcial. Acredito, como Little, que realizar um estudo etnográfico de um conflito específico é uma decisão política, e necessariamente algumas metas devem ser alcançadas para uma análise mais consistente, como colocou o autor.

Para o etnógrafo não há um lugar indefinido fora do conflito, onde possa ter uma visão “imparcial” do conflito. Pelo contrário, se situa intencionalmente nos interstícios do conflito para indagar sobre a natureza das conexões entre os grupos em conflito e constrói seu próprio lugar para 'produzir conhecimento socioambiental sobre o conflito. Sua meta consiste em realizar uma análise ecológica do conflito que: 1) identifica e diferencia os variados agentes socioambientais envolvidos; 2) incorpora seus múltiplos pontos de vista e interesses; 3) mapeia suas relações transníveis; e 4) documenta etnograficamente a história do conflito, com suas alianças políticas ad hoc, suas acomodações mútuas, suas negociações e suas rupturas políticas. A mesma escolha de “etnografar” um conflito determinado representa uma decisão política e, no processo, transforma um problema social num tema de análise científica (LITTLE, 2006, pág. 98).



Duas espécies de lagosta são as mais exploradas em escala comercial no Brasil: a lagosta vermelha (*Panulirus argus*) e a lagosta verde (*Panulirus laevicauda*). O tamanho mínimo para a pesca da lagosta cabo verde é de 11 cm, medida mínima da cauda e 6,5 cm medida mínima quando da lagosta inteira; e da lagosta vermelha, 13 cm medida mínima de cauda e 7,5cm medida mínima quando da lagosta inteira, segundo o artigo primeiro da instrução normativa 138 do IBAMA de 06 de dezembro de 2006.

A espécie *Panulirus argus*, mas conhecida como lagosta vermelha é descrita como:

Carapaça com fortes espinhos longitudinais mais ou menos regulares, espinhos supraorbitais grandes, comprimidos e curvados para cima e para a frente. Olhos grandes e proeminentes. Antênlulas quase 2/3 do comprimento do corpo, com flagelo externo mais curto e grosso do que o interno, ciliado distalmente. Segmento antenal com par de espinhos na frente. Antenas grandes e pesadas, pedúnculos com vários espinhos fortes e com pequena sub-quela na quinta pata. Abdome liso, com somitos cruzados por sulcos interrompidos no meio. Pleópodos ausentes no primeiro somito abdominal. Divisão proximal do télson com alguns fortes espinhos. Abdome com manchas ocelares amareladas<sup>8</sup>.

Sua distribuição geográfica vai desde o Atlântico Ocidental – Carolina do Norte até a Flórida, Bermudas, Golfo do México, América Central, Antilhas, norte da América do Sul e Brasil (Fernando de Noronha, Rocas e do Pará até São Paulo) – até o Atlântico Oriental – África (Costa do Marfim). Vivem em recifes, entre as rochas, esponjas em crescimento ou entre coisas que lhe ofereçam proteção, por isso se acumulam facilmente nas marambaias. Do entre-marés até 90 metros de profundidade, e é uma espécie gregária, vivendo em grupos.

Já a espécie *Panulirus laevicauda*, é descrita como:

Antennular plate with 4 spines. Third maxilliped without exopod. Abdominal somites smooth, without transverse groove. Colour: abdominal somites 1 to 6 without transverse whitish bands. Line of very small spots along posterior margin of abdominal somites, rest of upper surface of abdomen not spotted. Pleura and hard part of tail fan with numerous very distinct spots in addition to larger eye spot near base of pleura. Frontal horns spotted<sup>9</sup>.

Essa espécie é encontrada no Atlântico ocidental: De Bermudas e Flórida até o Brasil, passando por Yucatán e mar do Caribe. Vive na costa em até 50 m de profundidade, em rochas e corais. Atinge o tamanho máximo de 31cm.

<sup>8</sup> <http://www.labec.com.br/biodigital/fauna/arthropoda/classificacao/crustacea/decapoda/panulirus-argus>. Acesso em 27 jul. 2012.

<sup>9</sup> [http://species-identification.org/species.php?species\\_group=lobsters&id=156](http://species-identification.org/species.php?species_group=lobsters&id=156). Acesso em 27 jul. 2012.



Fonte: [www.guiadapesca.com.br](http://www.guiadapesca.com.br)

Para a sua captura, dois métodos hoje são usados em Icapuí. Um artesanal e um industrial. A pesca artesanal é feita com manzuás, e é praticada por algumas comunidades, como Retiro Grande, Redonda, Peroba e Picos.



*Manzuá.* Fonte: Arquivo pessoal

Os manzuás são armadilhas fixas de formato hexagonal e estrutura de madeira, revestida com tela de arame galvanizado N. 18, conhecido como arame lagosteiro. Na parte lateral possuem uma abertura quadrada denominada de sanga, de aproximadamente 10 cm de lado, revestida com malha de nylon multifilamento R-TEX 210/18. O tamanho da malha é legalmente estabelecido em 5 cm, medidos entre nós. Existem variações de dimensões e formatos, tendo em consideração os hábitos das diversas regiões (CASTRO E SILVA: LIRA CAVALCANTE, 1994).

O Tamanho da malha proporciona a pesca somente de lagostas adultas. Essa é a única maneira permitida por lei para a pesca das lagostas vermelha e cabo verde.

A pesca industrial e predatória é feita com caçoeiras, que são

Redes de esperas confeccionadas com nylon multifilamento, referência R-TEX 210/10 a 210/18, com 15 malhas de altura e comprimento, variando entre 75 e 150 metros. O tamanho das malhas é de 140 mm nós opostos e coeficiente de matação ou entralhe de 50%. A panagem é entalhada na parte superior e inferior, com cordas de nylon de poliamida ou polietileno de 5 a 6 mm de diâmetro. A tralha superior recebe em torno de 35 boias, enquanto que na inferior são colocados  $\pm$  4 kg de chumbo, distribuídos ao longo da tralha (CASTRO E SILVA: LIRA CAVALCANTE, 1994).

A caçoeira é proibida pelo artigo sexto da Instrução Normativa Nº- 138, de 6 de dezembro de 2006.



*Caçoeiras.* Fonte: IBAMA

Outra técnica de pesca predatória é feita com marambais e compressores. A marambaia é um tipo de pescaria onde o pescador leva para o mar tambores de ferro, amassados, podendo conter restos de materiais tóxicos, depois os fixando no fundo do mar em posições marcadas, como se fossem corais artificiais, facilmente encontrados por GPS. Esses tambores atraem lagostas com maior facilidade, e acabam proporcionando uma pesca

predatória. Por conter materiais tóxicos nos tambores, esse tipo de pesca acarreta poluição, pode provocar queimaduras e intoxicação nos pescadores, e ainda corre o risco de comercialização de lagosta contaminada.



Fonte: Diário do Nordeste

A pesca com marambaias é aliada com a pesca de compressor, pois o pescador precisa mergulhar para pegar as lagostas, usando o ar contido em um botijão de gás, que o compressor leva através de uma mangueira com cerca de 300 m de comprimento e 15 mm de espessura até o pescador. Para o mergulho, o pescador conta ainda com o auxílio de máscara, pé de pato e um cinto de chumbo. Essa é uma maneira muito perigosa de pescar, pois o compressor é uma gambiarra, e nenhuma regra de mergulho seguro é seguida. Outro malefício

é o fato do mergulhador não ultrapassar a profundidade de 30m, pescando onde se encontram as lagostas mais jovens. A pesca com compressor é proibida através da instrução normativa N.138 de 06 de dezembro de 2006, e a pesca com marambaias é proibida através da instrução normativa N. 170 de 25 de março de 2008.

Antes da marambaia, a pesca de mergulho com compressor já existia. Segundo o Plano de Gestão para o uso sustentável de lagostas no Brasil do IBAMA, a pesca de mergulho começou no litoral do Rio Grande do Norte no final da década de 1970, por mergulhadores amadores que praticavam a pesca submarina. O IBAMA estima que existam entre 50 e 100 mil marambaias em todo litoral cearense, sendo a maioria no município de Icapuí.

Essa técnica de pesca, que também surgiu no Rio Grande do Norte, vem no decorrer do tempo transformando as comunidades de pesca artesanal no litoral de Icapuí. Pescadores artesanais se transformando em industriais, causando conflito entre essas comunidades.

Em 1988 tem início os primeiros conflitos entre pescadores, com os artesanais se sentindo ameaçados pela pesca predatória e pela diminuição do estoque do crustáceo, e assim começam os primeiros protestos por uma fiscalização mais eficaz. Segundo o relato do pescador e atual presidente do sindicato dos pescadores, chamado Segundo. E ele continua:

- Em 93 eles (artesanais) passaram a fazer aquelas práticas de fazer justiça com as próprias mãos, vendo que o Estado não fazia a sua parte, vendo a negligência do Estado brasileiro de combater o problema, o mal, eles resolveram por si mesmo, fazer isso em 93, quando aconteceram os primeiros acidentes de morte, de ferimento. Eles se enfrentavam no mar, eles pegavam esses barcos motorizados que existiam na comunidade e juntavam um grupo de 30, 40, 50 homens e iam vigiar o mar. Eles mesmos faziam a monitoração do mar. Ai quando eles denominavam uma área deles, que é uma área que até hoje eles estão lutando para que essa área se torne preservada, que somente se pesque de manzuá e de barco a vela, aí eles saíam pro mar, e chegando lá ao avistar as primeiras navegações de mergulho com compressor, ai começavam os conflitos, as brigas no mar. Existia o uso de arma de fogo por ambas as partes, e gerou morte e muitos feridos né, ai até que em junho de 93, aconteceu a primeira apreensão pela comunidade de barco que pescava com compressor. Era um chamado Ana Cristina, e outro chamado Gustavo, que foram os primeiros barcos apreendidos, isso em 93 (Entrevista com Segundo, realizada em 12 abr. 2012).

Segundo o relato do pescador, no início do conflito, quando algum barco era apreendido, ele era queimado ou afundado, mas essas atitudes não tinham muita visibilidade para a sua luta. Então, os pescadores passaram a arrastar os barcos até um pequeno morro na praia, onde até março de 2012 existiam mais de 10 deles.

- No começo de 2010 começaram os conflitos acirrados mesmo. E o maior pico de revolução foi 2009, 2010 e o comecinho de 2011. Ai começou os conflitos pra valer né. E esses conflitos, os pescadores da comunidade de redonda e região, apreenderam ainda 17 embarcações piratas né. Como vocês podem ver aqui na comunidade ainda algumas embarcações dessas em cima do morro, e outras três foram queimadas, né. Ai eles achavam que queimar a navegação não surtia tanto efeito, que eles queriam

gerar um efeito para ver se as autoridades passassem a tomar alguma providência, a ideia seria essa. Eles deixavam em cima do morro pra elas irem se acabando com o tempo. Ai teve todos esses conflitos ai, e até hoje existe. Acalmaram-se mais os ânimos né, por conta da intervenção da justiça federal, né, com a apreensão dos dois barcos que foi apreendido durante oito meses pela Polícia Federal, e ficou apreendido lá no Mucuripe em Fortaleza (Entrevista com Segundo, realizada em 12 abr. 2012).

A ideia de não queimar mais os barcos está fortemente vinculada à ação das imagens. Dez barcos arrastados com todo esforço e colocados no topo do morro tem mais eficácia, pois como escreve Bachelard: “Ora, estamos num século da imagem. Para o bem ou para o mal, estamos mais do que nunca sujeitos a ação da imagem”. (Bachelard, 2001, p. 5).



Fonte: Luiz Almeida

Barcos são para estar no mar, navegando. Se estiverem na terra, ou estão em reparo ou fora de uso por outra questão. Isso corresponde à realidade, a uma imaginação reprodutora. Barcos em cima de morros é um acontecimento irreal, construído a partir da manipulação da imaginação dos pescadores por eles mesmos. Como artesãos, eles constroem uma irrealidade que cumpre uma função extraordinária na sua luta de resistência contra a pesca industrial e predatória, pois como coloca Bachelard (2001), a imaginação material dinâmica recupera o mundo como provocação concreta e como resistência, pois solicita a intervenção do homem artesão, manipulador, obreiro, criador. Imaginação que se alimenta da vontade transformadora da matéria. Vontade de poder e vontade de criar, manipular, transformar, modificar a matéria, pois, ao lidar com essas forças ativas o ser humano se encontra num permanente contato direto com as substâncias do mundo. E a imaginação criadora lhes dá a função do irreal. A

imaginação criadora é fruto tanto dos pescadores que manipulam a situação, criando o irreal, tanto para os espectadores que percebem a situação irreal, devaneando.



Fonte: Luiz Almeida

A cada saída para a pesca, o passado é invocado como um tempo em que a abundância de lagostas era uma realidade, diante da escassez do presente. Essa relação passado/presente acabou resultando nessa maneira de expor sua forma de resistir. Ao invés de queimar ou afundar as embarcações, a população resolveu colocá-los em cima do morro para servir de exemplo. Desta maneira, surgiu uma forma de resistência que se transformou em um evento que muda a rotina, transformando uma ação simples de afundar ou queimar um barco em uma dolorosa jornada de arrastar o barco do mar até o topo de um morro, ação essa que está diretamente ligada à relação do passado com o presente. Turner mostra nesse sentido que:

Essas experiências que interrompem o comportamento rotinizado e repetitivo – do qual elas irrompem –, iniciam-se com choques de dor ou prazer. Tais choques são evocativos: eles invocam precedentes e semelhanças de um passado consciente ou inconsciente – porque o incomum tem suas tradições, assim como o comum. Então, as emoções de experiências passadas dão cor às imagens e esboços revividos pelo choque no presente. Em seguida ocorre uma necessidade ansiosa de encontrar significado naquilo que se apresentou de modo desconcertante, seja através da dor ou do prazer, e que converteu a mera experiência em uma experiência. Tudo isso acontece quando tentamos juntar passado e presente (TURNER, 1986, p. 179).

Descrever e analisar cientificamente a estrutura significativa da experiência é uma tarefa difícil. Tentar captar a experiência vivida, quando um grupo de pescadores artesanais indignados com a falta de lagostas ocasionada pela pesca predatória industrial – o que

impossibilita o sustento de suas famílias –, e com a falta de uma fiscalização efetiva por parte das autoridades saem para fazer eles próprios essa fiscalização, entrando em uma verdadeira guerra no mar, não é fácil, mas é extremamente necessário. Não é fácil principalmente pela falta de uma metodologia específica, como nos mostra Geertz:

O que queremos, mas não temos ainda, é um método desenvolvido para descrever e analisar a estrutura significativa da experiência (aqui, a experiência das pessoas) conforme ela é apreendida por membros representativos de uma sociedade particular, num ponto do tempo particular – em suma, uma fenomenologia científica da cultura. (GEERTZ, 1973, pág. 151).

Tambiah também nos mostra um ponto de vista performativo do ritual. Esse pensador, com o conceito de valores indexais, adaptado de Sunders Peirce, joga luzes para entender essa forma subjetiva de mostrar resistência dos pescadores artesanais de Icapuí, em que o sentido de valores “indexicais”

[...] são transferidos para os atores e inferidos pelos mesmos, conferindo-lhes desse modo prestígio, legitimidade, autoridade, poder e outras formas de capital simbólico. Essa perspectiva semiótica e performática permite então compreender até que ponto os tumultos populares e outras formas semelhantes de violência coletiva são rotinizados, ritualizados e partem do repertório de formas e práticas da cultura pública. Ela também nos alerta para os aspectos dinâmicos, elaborados, criativos, construtivos e engenhosos dos eventos públicos, através dos quais os participantes se relacionam e lidam com problemas e causas de relevância (contextual) e com circunstâncias contingentes e emergentes, descobrindo, no processo, soluções inesperadas (TAMBIAH, 1997, p. 12).

Essa solução criativa e inesperada atribuiu mais visibilidade à luta dos pescadores artesanais, lhes conferindo, por algum período, mais legitimidade em relação à opinião pública, mais autoridade na fiscalização e, em consequência, mais poder nesse conflito.



Fonte: Luiz Almeida

Os conflitos foram se desenrolando até que em 2010 acontece outro ápice, com mais destruição e protestos, dessa vez por parte dos industriais, não legitimando a fiscalização dos artesanais, fechando a estrada, queimando carros e apedrejando a Câmara Municipal, pedindo o fim desse tipo de fiscalização. Como relata o jornal Diário do Nordeste,

Um protesto que pedia e, ao mesmo tempo, criticava a fiscalização, levou pânico e violência ao município de Icapuí, ontem. Pescadores de lagosta que usam compressores de mergulho reuniram-se no Centro para pedir encontro com o Instituto Brasileiro de Recursos Renováveis (Ibama) e a Prefeitura. Mas os ânimos se acirraram e um grupo de pescadores praticou atos de vandalismo. Dois carros da Prefeitura foram incendiados, janelas da Câmara quebradas, lançada bomba caseira e interditadas as principais ruas de acesso ao local. O comércio baixou as portas. O tumulto durou mais de cinco horas<sup>10</sup>.

Os pescadores industriais continuaram protestando até que, no início do ano de 2010, precisamente em uma manhã tranquila do dia 21 de setembro, quando a maioria dos pescadores estava no mar trabalhando, a Polícia Federal e a Marinha chegaram à comunidade de Redonda e apreenderam os barcos usados na fiscalização, como relata Segundo:

- A apreensão foi uma surpresa pra nós, pois nunca acreditávamos que a Polícia Federal iria fazer esse papel de apreender os barcos, porque até então a consciência do pescador achava que o que ele tava fazendo, a Justiça Federal ia ter a ideia totalmente diferente, ia agir através dos barcos que estavam pescando ilegal, não ia

<sup>10</sup>

*Diário do Nordeste*, 19/9/2009.

agir contra eles (artesanais), eles achavam isso, tinham plena certeza disso, mas foi uma surpresa a ação da Polícia Federal. Ai veio o efetivo de 117 policiais, sendo eles do Batalhão de Choque estadual, da Polícia Federal e da Polícia Especial do Estado do Ceará. Ai vieram e pegaram um dia que a maioria dos homens que pescam não estavam, só as mulheres, as crianças, e aconteceu o conflito com os policiais. Mas só que o aparato deles era muito maior e eficaz, e ai eles conseguiram apreender e levaram os dois barcos apreendidos pra Fortaleza. Jogaram bomba, bala de borracha, tiro pro alto. Crianças foram atingidas, mulheres grávidas (Entrevista com Segundo, realizada em 12 abr. 2012).

A intensa pesca predatória sustentada pela falta de fiscalização vem, no decorrer dos últimos anos, dificultando a vida do pescador artesanal, pois a pesca predatória além de ser poluente é desleal com o pescador que utiliza modos de pesca artesanal. E para complicar ainda mais essa situação, surgiram denúncias de que mergulhadores com compressores destruíram materias dos pescadores artesanais que estão colocados no fundo do mar, como me conta Seu Antônio, que é morador da praia de Peroba, e que pescou artesanalmente por quarenta anos:

- Você chega, vai num bote desse, leva 50, 60, 80, cangalha de manzuá, chega lá arreia no mar. Na hora que você arreia eles ficam lá, por lá longe mergulhando. Quando você sai eles correm, e vem mergulhar perto de onde estava a navegação. Ai você chega lá no dia seguinte tá só a isca dentro do manzuá. Às vezes eles quebram o manzuá, rasga, faz a maior esculhambação no manzuá. Ai rapaz a gente fica tão revoltado, que só pensa no que é ruim. A gente pensa que na hora se visse pulava pra cima do barco, e tinha coragem de se matar lá. É que faz raiva. Porque se eles pescassem da mesma pesca, eles não faziam isso (Entrevista com Seu Antônio, realizada em 10 ago. 2012).

Há ainda a recorrente denúncia de que o período do defeso, quando a pesca da lagosta é proibida por lei para fins de sua proteção no período da sua reprodução, não é respeitado por esses pescadores.

As eleições municipais desse ano (2012) ajudaram a acalmar o conflito, como muitos pescadores fizeram questão de ressaltar, pois em ano de eleição, o movimento se desarticula em nome dos interesses políticos partidários. A história que Segundo me contou sobre o desfecho da situação dos barcos empilhados em cima do morro, ilustra essa desarticulação.

Preocupados com a repercussão que os barcos apreendidos pelos artesanais, colocados em cima do morro para se desgastarem com o tempo, poderia gerar com a vinda do Ministro da Pesca Marcelo Crivella para a cerimônia do começo da pesca da lagosta de 2012, o vereador Cadá, que se coloca como representante dos pescadores artesanais, junto com o secretário de obras do município da época, resolveram tirar os barcos do morro da praia de Redonda e empilhá-los com um trator esteira mais acima, em um descampado na praia de Ponta Grossa, no dia quinze de abril. Como os barcos estavam longe da praia de Redonda, fora da vigilância dos pescadores artesanais, um dos pescadores industriais que teve seu barco

apreendido, em uma madrugada, com a ajuda de um caminhão Munck, conseguiu resgatar seu barco, causando a revolta dos pescadores artesanais e de grande parte da população de Redonda, que logo na sequência foram até Ponta Grossa e atearam fogo nos barcos remanescentes.

Toda uma forma de resistência e de conseguir alguma visibilidade para sua luta virou cinzas e carvão por conta de articulações político-partidárias. A descrença com políticos aparece na fala de Segundo: “Os políticos ficam em cima do muro, não tomam nenhum lado, só querem saber dos seus próprios interesses”. (Entrevista com Segundo, realizada em 09 ago. 2012).

## CAPÍTULO IV: EM MAR DE ARTESANAL

Nesse capítulo, trago a visão dos pescadores artesanais sobre o conflito, mostrando sua interação com a pesca, o impacto do conflito no seu cotidiano, e suas reivindicações.

Em Icapuí, segundo o relato de Segundo, os primeiros conflitos entre pescadores artesanais e industriais, datam de 1988, numa época que ainda não se praticava pesca com marambaia, apenas com o compressor. Mas em 1993 é quando começa a luta forte por uma pesca ambiental correta, segundo as palavras do pescador. A partir dessa data, a comunidade procura o IBAMA e inicia uma negociação para tratar a fiscalização contra a pesca predatória e ilegal.

- A partir de então o movimento pela uma pesca ambientalmente correta, né, começou forte mesmo em 93, e aí não foi só a praia de Redonda que aderiu a esse movimento. Outras praias como as de Aracati, Beberibe, Cascavel, também quiseram e participaram do movimento, né. Essas praias também pescavam artesanalmente de manzuá, e se sentiram agredidas para esses pescadores que pescavam piratamente, com o compressor no mar. Aí eles foram e fizeram várias manifestações na capital do Ceará, Fortaleza, foram no governo do Estado, foram no IBAMA, aí o IBAMA disseram a eles que o IBAMA não tinha como fiscalizar porque eles não tinham barco. O IBAMA não tinha barco. Aí eles chegaram, isso no ano de 95, no ano de março de 95, né, que a pesca ia começar em abril, eles começaram o movimento pra comprar o monsenhor Diomedes, com o dinheiro da comunidade e das comunidades que tavam também dentro do movimento. Na época a quantia de 25.000 reais. Eles juntaram a quantia de 25.000 reais, e aí o que aconteceu? O que aconteceu foi que era 35.000 reais o barco na época, aí eles começaram a vender alianças, coisas e tal pra poder adquirir os 35.000, só se que no final do ano eles conseguiram os 35.000 e compraram o barco e apariaram e cederam ele pro IBAMA, que a ideia era essa, já que o IBAMA não tinha barco, dizia que não fiscalizava porque não tinha barco, a comunidade ia comprar o barco e dar pro IBAMA. Aí isso em 2005, em 2005 começou a parceria comunidade e o IBAMA, né, a comunidade embarcava junto com o IBAMA, com os fiscais do IBAMA, com os policiais, e aí no histórico dele hoje, no monsenhor Diomedes, ele conseguiu apreender 48 barcos que pescavam predatoriamente no período em que ele teve na parceria entre comunidade e IBAMA (Entrevista com Segundo, realizada em 12 abr. 2012).

A parceria, que aparentemente estava dando certo, entre comunidade e IBAMA, tendo conseguido quarenta e oito apreensões de embarcações que pescavam ilegalmente, chega ao seu fim no final do ano de 2005, como relata Segundo:

- E esse período terminou no ano de 2005 pra 2006. O IBAMA não quis mais a parceria dele e a comunidade. O argumento que eles geraram foi que a ordem veio de cima, de Brasília, né. O IBAMA ia alugar outros barcos, queria outros barcos pra poder fazer o serviço no mar. Aí por conta disso, dessa quebra de parceria, aí surgiu mais conflitos. Os conflitos começaram porque o IBAMA não vinha realmente fazer a fiscalização, era dificultoso, só vinha uma vez, tal, e aí, começaram os conflitos que foi até agora o final de 2010 (Entrevista com Segundo, realizada em 12 abr. 2012).

Para muitos pescadores artesanais de Icapuí a fiscalização, ou a falta dela, intensifica os conflitos. A falta de fiscalização incentiva o pescador industrial a continuar pescando ilegalmente, e instiga o artesanal a fazer o papel de fiscalizador, causando muitos feridos e mortes.

- Agora rapaz, as autoridades sabem disso, porque aqui morreu gente por modo de pesca de lagosta. Morreu gente, pai de família, e tudo, ainda tem gente aleijado, baleado. E as autoridades sabem, sabiam e sabem, e nunca tomaram nenhuma providência, nenhuma. Que era pra eles barrarem esse tipo de pesca. Fazer a lei e fazer ela vigorar, não fazer a lei e a lei não vigora não é? A fiscalização passa pela praia e volta, num carro e pronto. Aquilo engole bola (propina) e vai simhora. Sei que as praias daqui do nosso Ceará que mais pescaram pescaria ilegal e continuam pescando é em Icapuí, Tremembé e Quitérias, as praias que mais tem pescado a pesca irregular. É essas três praias. Esse ano aqui (Peroba) foi uma negação a pesca. (Entrevista com Seu Antônio, realizada em 10 abr. 2012).

- Ou seja, tudo tava controlado, não tava o que tava hoje. Por exemplo, pra você ter ideia, há dois anos os pescadores que pescam dessa modalidade, de marambaia e compressor, não botava mais marambaia na nossa área. Não botava! Nos anos de 2009, 2010 e 2011, eles não botaram marambaia. Diferentemente depois da apreensão que eles tomaram fôlego, e aí nos pensava que a pressão vinha pra cima de nós, mas veio pra cima deles. Eles pensaram assim, imaginaram assim, pois então vamos encher de marambaia no mar. Aí encheram de marambaia no mar. Pra você ter ideia, só um proprietário de navegação tem 5.000 tambores, só um (Entrevista com Segundo, realizada em 12 abr. 2012).

Até meados de julho, o IBAMA tinha executado seis operações de fiscalização, segundo relatório da Divisão de Fiscalização – DIFISC –, da Superintendência Estadual do Ceará – SUPES/CE, ao qual tive acesso por meio de Wagner Soares, responsável do IBAMA pela fiscalização do litoral leste do Ceará.

As operações são chamadas de Operação Argus Mar e Argus Terra, sendo numeradas de acordo com o mês. Em Janeiro existiu a Operação Argus Mar I e Argus Terra I. As operações Argus Mar são realizadas utilizando-se a embarcação NAQUA 0103, de propriedade do IBAMA/SUPES-CE.

As operações que envolveram o litoral leste do Ceará, que chegaram até Icapuí, foram: Operação Argus Mar I, descrita no relatório como:

As operações Argus Mar I e Argus terra I foram idealizadas e operacionalizadas pelo IBAMA com o objetivo de combater a pesca ilegal de lagostas e pargos no período de defeso das espécies, bem como para acompanhar/fiscalizar os estoques de lagosta e pargos declarados por empresas, comércio de pescados, barracas de praia, restaurantes, etc., junto ao IBAMA, período estes compreendendo, anualmente, de 01 de dezembro a 31 de maio, para a captura das lagostas vermelhas e verdes, nas águas sob jurisdição brasileira e de 15 de dezembro a 30 de abril, para a captura de pargos, na faixa compreendida entre o litoral do Estado do Amapá até a divisa dos Estados de Alagoas e Sergipe. As referidas operações também terão continuidade após os períodos de defeso, possibilitando assim uma maior eficiência na fiscalização em mar (embarcações pesqueiras) e em terra (frigoríferos, entrepostos de pesca, barracas e

demais pontos de comercialização de pescados), das espécies de crustáceos, moluscos, peixes bem como de espécies proibidas e em risco de extinção, capturadas de forma ilegal pela frota existente. A Operação Argus Mar I, teve início em 20/01/2012 utilizando-se a embarcação do IBAMA denominada NAQUA 0103, tendo esta partido do Cais Pesqueiro do Porto do Mucuripe, Fortaleza/CE e navegado pelo mar do litoral leste do Estado do Ceará, bem como fiscalizando parte do litoral oeste do Estado do Rio Grande do Norte, realizando ação fiscalizatória nas embarcações pesqueiras que estavam em operação de pesca nessas áreas. Conjuntamente com a Operação Argus Mar I, teve continuidade a Operação Argus Terra I, também realizada no litoral leste do Estado do Ceará.

Segundo Wagner Soares, a operação era composta por três tripulantes, três fiscais e quatro policiais da Companhia de Polícia Militar Ambiental/CPMA- CE.

A operação passou pelas águas de Icapuí no dia 24 de janeiro, fiscalizando o mar de Retiro Grande e de Icapuí, tendo pernoitado no mar de Redonda. Além do mar, o relatório contém a passagem da operação por três empresas em terra. Nenhuma apreensão foi feita nesse dia. No dia 25/05, no mar de Barra Grande o barco Rosana Cristina foi multado em R\$1.000,00 por estar pescando peixe de linha sem licença de pesca, documentação do barco e sem o número de inscrição na Capitania dos Portos. Nesse mesmo dia duas barracas de praia em Ponta Grossa e uma empresa em Icapuí também foram fiscalizadas, mas sem apreensões. O pernoite do dia 25/01 foi no mar de Picos. No dia 26/01 duas empresas de Ponta Grossa e sete de Redonda foram fiscalizadas, também sem apreensões. O pernoite foi no mar de Quixaba- Aracati. No dia 27/01 dois barcos foram abordados, em Barreiras e Barra Grande, respectivamente, pescando peixe legalmente. O pernoite foi no mar de Tibau/RN. No dia 30/01, a operação passou pelo mar de Barreiras e Retiro Grande, sendo nessa última o barco de pesca Atenas foi multado em R\$500,00 por estar pescando peixes com licença vencida. O pernoite foi no mar de Uruaú – Beberibe.

As outras operações que passaram por Icapuí foram as Argus Mar e Terra IV e Argus Mar e Terra VI, que no relatório eram descritas quase da mesma maneira, mudando apenas as datas. Até a operação Argus Mar e Terra VI, que decorreram durante quase todo o defeso (de janeiro a junho), apenas uma infração relacionada à pesca da lagosta foi detectada, no dia 27 de junho de 2012, onde segundo o relatório, uma canoa não identificada estava pescando lagostas com redes caçoeiras, sem licença de pesca e sem documentação. O relatório não informava o número do auto de infração, nem o valor, nem o número da notificação, apenas descrevia que a apreensão de 3.000 metros de redes caçoeiras foram entregues ao Centro de Animais Silvestres/CETAS do IBAMA, sob o número 639362/C.

Apesar de nenhuma apreensão mostrada no relatório de fiscalização do IBAMA, pescadores artesanais me mostraram em abril de 2012, época em que estive lá, muitas movimentações suspeitas de embarcações a motor pelas praias de Icapuí, sempre denunciando

a pesca ilegal na época do defeso, e de uma fiscalização ineficaz, como a que faz Seu Antônio:

- Esse ano aqui foi uma negação a pesca. Não deu lagosta de jeito nenhum. Eles pescaram no paradeiro todinho e esse agora vai ser do mesmo jeito, que eles tiraram direto, não ligaram mais não, não teve fiscalização, aí pronto, eles invadem (Entrevista com Seu Antônio, realizada em 10 abr. 2012).

O *defeso* ou *paradeiro*, como muitos pescadores preferem chamar, segundo o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), é uma medida que visa proteger os organismos aquáticos durante as fases mais críticas de seus ciclos de vida, como a época de sua reprodução ou ainda de seu maior crescimento. Dessa forma, o período de defeso favorece a sustentabilidade do uso dos estoques pesqueiros e evita a pesca quando os peixes estão mais vulneráveis à captura, por estarem reunidos em cardumes.

O período de defeso foi instituído por ato normativo do IBAMA<sup>11</sup>, e é uma importante medida para a proteção da lagosta. Neste período o pescador ganha um salário mínimo. Para o Ministério da Pesca e Aquicultura, o defeso é uma política estratégica que protege as espécies e garante renda aos pescadores. Todo pescador profissional que exerce suas atividades de forma individual ou em regime de economia familiar fica impedido de pescar durante a reprodução das espécies. O calendário do defeso não é fixo, muda de acordo com a necessidade da reprodução do crustáceo, e pode ser consultado no site do Ministério da Pesca e Aquicultura ([www.mpa.gov.br](http://www.mpa.gov.br)).

A situação de miséria que se encontra o pescador artesanal fica nítida nas poucas e duras palavras de Seu Antônio ao se remeter ao seguro de um salário mínimo recebido pelo pescador na época do defeso. “Se não fosse o seguro tinha pescador aí que ‘tava’ comendo de esmola” (Entrevista com Seu Antônio, em 10 de abril de 2012).

O tempo do paradeiro é o tempo de se relacionar com outras questões da pesca. Arrumar os botes, consertar os manzuás quebrados e ordenar o material. Alguns pescadores saem para pegar peixe e camarão para o consumo e para a comercialização. É também um tempo de vivenciar questões mais lúdicas, como regatas.

Em tempos de conflito esse panorama muda. Por muito tempo foi um grande momento de tensões e privações. Recrutar pescadores para a fiscalização da pesca industrial, juntar e recolher dinheiro da comunidade para compra de barcos a motor e armas, reuniões para traçar estratégias de combate à pesca industrial, sucessivas viagens para fiscalizar, arrastar barcos

---

<sup>11</sup> Art. 1º, da Portaria do IBAMA nº 137 de 12 de dezembro de 1994.

pesados para o morro na praia, entre outras atividades relacionadas. Todos precisavam estar envolvidos, pois como coloca Segundo: “Quem se negasse a contribuir era proibido de pescar” (Entrevista com Segundo, em 12 de abril de 2012). Na situação atual, com o conflito esfriado, o período do defeso é aproveitado para ficar mais com a família, ajudar nos afazeres domésticos, e preparar o material para a futura temporada de pesca.

Muitos pescadores de Icapuí mostram que trocaram a vida artesanal pela industrial por desejarem alcançar um padrão de consumo mais elevado. Como na fala do pescador industrial Diogo: “Pra que passar mais tempo no mar, trabalhando mais, ganhando pouco, se posso ficar mais tempo com a minha família, comprar um carro grande, uma casa maior, e roupas mais bonitas pros meus filhos?” (Entrevista com pescador Diogo, em 14 de agosto de 2012). Como a relação entre os pescadores artesanais e industriais em grande parte é muito próxima, sendo na relação de parentesco ou de amigos de longa data, o contraste entre miséria e “sucesso” material também incentiva a migração do artesanal para pesca com marambaias, como relatou o pescador industrial Cássio:

- Porque de manzuá não tava dando, eu via só os ‘caba’ ganhar dinheiro, e eu com manzuá só despesa, só despesa, e nada de ter lucro, aí tive que investir igual os outros. Mas realmente eu comecei a investir em marambaia no ano passado, comecei o ano passado a pescar de marambaia, a botar marambaia, antes eu pescava de mestre nos barcos (Entrevista com Cássio, realizada em 16 ago. 2012).

Há também a denúncia de que mesmo que alguns pescadores continuem se autodenominando artesanais, de uma maneira velada, porém conhecida pela comunidade, saem para arriar marambaias. Algumas dessas histórias me foram contadas, como a de um pescador chamado Badin.

Segundo a história contada por um grupo de pescadores, Badin era o pescador que saía nas casas recrutando, principalmente jovens, para fazer a fiscalização por parte dos artesanais. Com um forte discurso contra a pesca industrial predatória, e em nome da pesca artesanal, ele recrutava mais de cinquenta homens para embarcar armados e fazer a fiscalização. Sendo que, logo após a apreensão dos barcos que faziam a fiscalização pela Polícia Federal, Badin foi surpreendido arriando marambaias, sendo ameaçado de morte pelos artesanais.

Tendo cada vez menos lagostas para pescar, tendo que ir cada vez mais longe e passar mais tempo no mar, com o preço da lagosta cada vez mais baixo, e com risco de contaminação do crustáceo pelas marambaias, o pescador artesanal se encontra numa situação de mal conseguir sua sobrevivência como coloca seu Antônio:

- O preço da lagosta tá barato e tudo é caro. Tinta, um prego, é uma estopa pra calafetar a navegação, tudo é caro, o caba tem que saber o que vai fazer, e o que tá

fazendo porque a pesca tá ruim. A lagosta que tem aqui no máximo é daquela miudinha, ai a lagosta miúda não tem valor e ninguém quer comprar, porque pra exportação não passa. Lagosta de vinte e cinco real, de vinte real não tem condição de se vender lagosta não, do preço que estão as coisas de jeito nenhum. O quilo de lagosta já deu aqui até de setenta real, hoje tá de vinte, vinte e dois, vinte e três e é assim dessa base. Isso lagosta bom, porque lagosta ruim eles vendem por aqui nos restaurantes de dez real, doze real. Aqui não falta lagosta no defeso, mas não é lagosta grande, é lagosta pequena (Entrevista com Seu Antônio, realizada em 10 abr. 2012).

E ainda é enfático ao afirmar: “Sei que pra nós aqui a pesca tá acabada. Eu não conto com mais nada”. Segundo complementa:

- É o medo porque nossa lagosta já tá com um valor muito baixo, não tá mais dando pra pagar as dívidas, por conta do valor muito baixo e da quantidade de lagosta que é tão pouca. Ai isso gera mais problema socioeconômico pra comunidade, e os conflitos continua, as lutas continua, através de reuniões de manifestações, de denúncia, né (Entrevista com Segundo, realizada em 12 abr. 2012).

Na minha primeira ida ao mar com os pescadores artesanais, ficaram claras as dificuldades e miséria que fazem parte do seu atual contexto, e da vontade de resistir, continuando com a pesca artesanal.

Por meio de Segundo conheci um pescador apelidado de Cocói, Cói para os mais chegados. No dia seguinte ao nosso primeiro encontro, Cói comentou que iria sair para arriar manzuá no mar e puxar outros. Perguntei se ele me levaria nessa viagem, ele respondeu com outra pergunta: “E você vai aguentar”? Prontamente respondi que sim. O dia seguinte começou cedo.

Acordei às quatro e meia da manhã. O tempo de tomar um banho, colocar o que achava necessário na mochila, e sair caminhado, ainda no escuro, pela areia, em direção à praia de Redonda. Lá iria encontrar Cocói, o capitão do bote, e sua tripulação, que até então pra mim era desconhecida.

A caminhada durou trinta minutos, o vento estava frio. As falésias e o mar formavam uma paisagem incrível, iluminados apenas pela luz do primeiro dia de lua crescente.



**Fonte: Arquivo pessoal**

Cheguei por volta das cinco da manhã, no lugar previamente combinado com Cói. Alguns pescadores já se encontravam no local. Cumprimentei-os, e pelos olhares, imaginei que eles não faziam ideia do que eu fazia ali. Sentei-me, e em dez minutos Cocói chega, e me apresenta, para Vicente e Ciço, sua tripulação, e para os demais pescadores que iriam sair em outro bote. Depois de conversas, piadas e muita risada, saímos para o mar. Antes ganhei um boné para me proteger do futuro sol, que segundo os pescadores seria forte, o que ficava difícil de imaginar, com o frio que eu estava sentindo naquele momento.

Subimos no pequeno barco, chamado catraia, que nos levaria até o bote, ancorado a alguns metros adiante. No caminho até o bote, escutei algumas piadinhas sobre se eu aguentaria a viagem, e de como era engraçado como “esses pesquisadores” se comportavam em alto mar. Provavelmente, eles falavam de enjoos e pedidos para voltar para terra firme.

Ao chegarmos ao bote, me indicaram um lugar para sentar, subiram a vela, organizaram o material, subiram a âncora, nos despedimos do outro bote e partimos em direção ao alto mar. Fazia muito frio. O vento estava forte, ventos de agosto. Antes, segundo Cói, os pescadores eram mais receosos com o mês de agosto, por causa dos fortes ventos, deixando muitas vezes de ir ao mar, por segurança. Mas de uns tempos pra cá, os ventos já não sopravam mais tão forte, segundo ele, ajudando assim a pesca. As ondas iam de encontro com o bote, balançando muito, exigindo destreza para se equilibrar em pé, e se movimentar

pelo barco. Fiquei muito impressionado com a destreza dos pescadores, e tive que ser realista com a falta da minha, permanecendo sentado e segurando na borda. Percebi logo que sentado estava em desvantagem, pois quando as ondas quebravam no bote, molhavam o convés e respingava. Os pescadores apenas molhavam as pernas, do joelho para baixo, enquanto eu me molhava por inteiro. Em uns vinte minutos de viagem eu já estava completamente encharcado, como se eu tivesse dado um mergulho de roupa, ou estivesse caindo um temporal. O frio que senti é indescritível, e eu só desejava que o sol nascesse logo.

Cocói consultou o GPS, novidade na pesca artesanal, e para alguns pescadores, um dos vilões que propiciaram o alastramento da pesca industrial, e apontou o bote para a direção dos manzuás. Vicente e Ciço se revezavam nas tarefas de manter a vela molhada e o barco equilibrado, mudando os sacos de areia de lugar, que pesavam por volta de 80 kg cada, entre outras tarefas. Viajamos por cerca de 28 km em direção ao alto mar, e a paisagem mudou radicalmente. O frio foi aos poucos dando lugar a um sol forte. Minha roupa já estava completamente seca e o boné na cabeça era essencial. No céu as nuvens estavam compostas de uma maneira que me lembrava o chão rachado e seco do sertão, mas num pano de fundo azul claro. A água do mar foi cada vez ficando mais transparente e de um azul que se confundia com o do céu. Nada mais se avistava a não ser o céu, o mar e alguns pontos ao longe, que eram outros botes pescando. Cói amarrou uma linha com anzol na popa do barco e logo um peixe serra grande foi fígado.

O caminho foi de conversa e muita risada. Os pescadores não paravam de implicar uns com os outros e fazer piadas de situações cotidianas vividas na praia e em alto mar. “Só vai se for dessa maneira, porque vida de pescador é difícil”, me explica Ciço. Muitas histórias, desde um encontro com uma baleia, aos conflitos armados desenrolados no mar, foram contadas e debatidas, e o acompanhamento das atividades relacionadas ao trabalho da pesca, foram bastante reveladoras das práticas desses homens do mar. A posição que nos encontrávamos em alto mar era de risco, me revelou Cói, pois era rota de navios grandes, e se a Marinha nos pegasse ali nos mandaria voltar. Essa revelação pouco me preocupou, pois estava confiante no sentido desses pescadores.



Fonte: Arquivo Pessoal

Ao chegarmos ao ponto onde os manzuás estavam afundados, por volta das nove da manhã, o aparente respeito que eu havia ganhado por não ter enjoado nem reclamado, e ter mostrado grande interesse pelas atividades do bote, quase foi por água abaixo. Um crescente enjoo começava a aparecer. A sensação é muito parecida com a da embriaguez. Tontura, enjoo e sono. Entre risadas, me advertiram a não abaixar a cabeça, o que era muito difícil naquele momento. Vomitei um pouco e me deitei no convés. A essa altura as ondas não quebravam mais no bote, mas o balanço ainda era grande, pois as ondas eram altas, mas não quebravam, só elevavam o barco e depois declinavam, num vai e vêm constantes. Devo ter cochilado por cerca de vinte minutos, o suficiente para me sentir melhor. Quando acordei, o trabalho de puxar os manzuás já havia começado. Enquanto Cói alinhava o barco com as boias que marcavam os manzuás com uma destreza incrível, Vicente e Ciço, com o auxílio de um instrumento parecido com uma foice recolhiam a corda que estava presa no manzuá, os puxando para o bote. Cada manzuá estava a cerca de 18 braças de profundidade. Ou seja, um pouco mais de 32 metros de profundidade. Tive a experiência de puxar um manzuá, e a certeza de que não é um trabalho fácil.

Ao recolher os manzuás, era verificada a existência de lagostas, a necessidade de reparo e a reposição de iscas. Se existirem lagostas, elas são armazenadas no compartimento no fundo do barco, onde o material da pesca está estocado, e o manzuá é empilhado para possíveis reparos e reposição de iscas. Além do peixe bagre, coco seco e couro de boi também são usados como isca.

O trabalho é árduo e exige rapidez, pois o barco não para totalmente, e é executado por horas seguidas. Ao todo cinquenta manzuás foram retirados do mar. Desses cinquenta, poucos continham lagostas, totalizando cinco no final e um polvo. O que me chocou muito. Praticamente doze horas no mar, para um saldo de cinco lagostas.

Depois de todos os manzuás puxados, devidamente reparados e renovados de iscas, eles são arriados novamente. Todo o caminho percorrido é feito ao inverso, arriando os manzuás amarrados nas boias, em pontos marcados no GPS. Apesar do uso do GPS por Cói, a maioria dos pescadores artesanais arriam os manzuás usando pontos determinados, marcados apenas pela memória desses pescadores.

Acabado esse trabalho, nos dirigimos para uma área já conhecida e previamente marcada, onde existe abundância de peixes. Ao chegarmos, cada pescador pegou sua linha de náilon, chumbo, anzol e iscas, dando início a pescaria de linha. Mal a linha era arriada e um peixe era fisgado. Cói demonstrou uma grande habilidade, e logo encheu um balde com variadas espécies de peixes, deixando a tripulação um tanto constrangida. Uma linha me foi oferecida e peguei alguns, o que me aproximou mais ainda dos pescadores. A fome e o cansaço já demonstravam sinais, então o mestre do barco em concordância com a tripulação, resolveu partir e preparar a refeição.

Uma panela foi preenchida com água até a metade, e um pouco de sal adicionado. Uma lata, parecida com uma lata de tinta, com buracos nas laterais, foi preenchida com madeira recolhida em terra, e o fogo foi aceso usando uma bucha de coco e fósforo. Rapidamente o fogo pegou na bucha, que foi colocada na lata, queimando a madeira, para na sequência a panela ser colocada dentro da lata, em cima da madeira em chamas. O serra pescado foi tratado e cortado em postas e depois colocado na panela com outros peixes recém-pescados. Ciço me disse com orgulho que a força do pescador vem dali, o peixe recém-pescado, ainda sangrando, cozido apenas com sal. “Por isso o sangue do pescador é forte!”, exclamou. Nos pratos foi colocada farinha, que foi misturada com o caldo do peixe cozido, fazendo um pirão. Comemos. O sabor é delicioso. Forte. Uma experiência degustativa apenas experienciada pelos pescadores, pois o peixe foi recentemente abatido, garantindo uma carne mais fresca e macia, e o pirão feito com o caldo do peixe fresco garante a força para a volta.

Não comemos lagostas pois as poucas que foram pescadas iriam garantir a comercialização em terra.



**Fonte: Arquivo pessoal**

O momento da refeição me pareceu um momento de reafirmação da vontade de continuar pescando. As conversas narravam um orgulho da vida de pescador, de se alimentar e tirar a força do mar. A refeição era uma recompensa pelo árduo trabalho. Apesar de a preocupação de cada vez estarem indo mais longe para pescar, e pescando cada vez menos lagosta, uma tímida satisfação aparecia, por estarem levando alimento para casa e algumas lagostas para comercializar e garantir algum dinheiro para produtos básicos. Mas um forte consenso entre eles apontava para a situação de miséria da pesca artesanal, “dessa maneira fica difícil pagar as contas” completou Vicente. A situação aponta para que em pouco tempo a viagem até alto mar não compense mais.

O caminho de volta foi tranquilo, o cansaço não permitiu muitas conversas nem muitas risadas. Cada um foi contemplando a paisagem, entretidos com seus pensamentos íntimos. Chegamos em terra por volta das 17h. Despedi-me, agradei por terem me deixado ir com eles, combinei com Cói de no dia seguinte comer o polvo assistindo a final do futebol olímpico contra o México, e conversar mais sobre os conflitos entre os artesanais e os industriais. Caminhei de volta a praia de Peroba, onde estava instalado, me sentindo muito satisfeito e com um sorriso que não deixava meus lábios pela magia da minha primeira

experiência em alto mar.



**Fonte: Arquivo pessoal**

A pesca de marambaias e compressores são os grandes vilões dos pescadores artesanais. Eles são unânimes ao culpar a pesca industrial predatória pela situação de miséria da pesca artesanal. O aparecimento da marambaia é denunciado como o começo da falta de lagostas e por consequência das dificuldades hoje encontrada pelos artesanais. Segundo relata o surgimento dessa modalidade de pesca.

- A marambaia apareceu em 2002. As primeiras marambaias era feita de pneu, depois eles começaram a jogar tronco de árvore, essas coisas assim, mas o que é mais impactante pro meio ambiente, e pra espécie lagosta, é o tambor. Os latões que é usado, de 200 litros, o fundo e a boca deles são arrancados, eles são amassado ao meio, e gera um diâmetro de aproximadamente uns 25cm, e ai são jogados no mar e marcados no GPS aleatoriamente, ai as lagostas, vêm e se abrigam nesses tambores, e ele facilmente captura a lagosta, por conta de ela estar concentrada ali nesses tambores. Ai eles pescam indiscriminadamente. Eles não têm o limite de pescar. Pra você ter ideia hoje nós estamos parado, né já faz quatro meses. Eles não param nunca (Entrevista com Segundo, realizada em 12 abr. 2012).

Seu Antônio também concorda:

- Isso quando a gente começou era lagosta demais. Só daquele lagosta vermelho grandão Ai depois o mergulhador começou a invadir, ai ficou mas difícil, o lagosta foi ficando miúdo. Ai começou a ficar uma bagunça danada. Ficou só não mão deles, do mergulhador. Dentro desse mar aqui, de areia branca (RN) pra cima até no mar aqui

perto de fortaleza. Perto de fortaleza mesmo tem marambaia arriada. E é muita marambaia, não é pouquinho não. Muita marambaia, muita mesmo. Eles têm pegado muita lagosta nesse paradeiro. Eles não param não. Ai eles vendem a preço de bolo. Acabou rapaz, o valor do lagosta por causa disso. Eles pescam no defeso, vendem o lagosta barato, e o pior, que o lagosta naquela marambaia de tambor, tem um produto, eles arriam o tambor e o lagosta fica dentro daquele tambor e corroí aquele lodozinho que vai ficando no tambor. Você come a carne do lagosta tem o gosto direitinho daquele óleo do tambor. Contamina o lagosta. Ai já foi lagosta pra lá e voltou (Exportada). Teve um ano ai, não me lembro qual o ano, que voltou muito lagosta e eles rebolaram uma ruma de lagosta nos meio dos matos ali em Tremembé. Rebolaram de carrada. O cara me disse que tava indo de Tremembé pra mata pra aquelas regiões acolá, ai ele sentiu aquela catinga de podre no caminho, ai ele pensou será que tem um bicho morto por ai. Ai ele desceu do animal que ele vinha, ou era de uma moto, não sei o que era, ai era uma ruma de lagosta medonho que tinham rebolado nos mato. Pega lagosta miúda, a ovada e ainda faz um estrago desses, tudo é espedição (desperdício) (Entrevista com Seu Antônio, realizada em 10 abr. 2012).

Segundo continua expondo os perigos da marambaia:

- Não sei se você conhece, mas esses tambores vêm com resíduo tóxico, né, que se pegar nos seus olhos pode cegar, na sua pele pode queimar, a sua pele. E esses tambores são jogados no mar, e o medo nosso não é só o impacto ambiental que esses tambores jogados no mar gera, mas o medo nosso é poluir a lagosta, né, que essa lagosta venha a se contaminar, e ai um turista, ou uma autoridade que venha pro nosso país, ou até mesmo pra nossa região, possa comer essa lagosta e se sentir mal, por exemplo, ai esse é o medo porque nossa lagosta já tá com um valor muito baixo, não tá mais dando pra pagar as dívidas por conta do valor muito baixo e da quantidade de lagosta que é tão pouca. Ai isso gera mais problema socioeconômico pra comunidade (Entrevista com Segundo, realizada em 12 abr. 2012).

Seu Antônio não vacila em culpar o pescador que mergulha para pegar lagostas nas marambais como agente das dificuldades que os pescadores artesanais vêm passando na atualidade.

- Eles só gostam de mergulhar perto de onde os botes tão botando (o manzuá) porque o lagosta vem por modo da isca do manzuá ai eles gostam e vem. Eles são ruim. Escafandrista é ruim. Já teve deles que levou tiro ali na Redonda. Teve uma época que foi uma guerra pesada (Entrevista com Seu Antônio, realizada em 10 abr. 2012).

Dos relatos da época dessa “guerra pesada”, um deles me pareceu emblemático, e apareceu em quase todas as conversas que tive em Icapuí. Essa briga narrada também ficou conhecida como a briga que fez com que uma trégua fosse dada no conflito. Segundo foi o primeiro a me relatar. Ele me conta que na época das fiscalizações a bordo do barco chamado Monsenhor Diomedes, uma embarcação que arriava marambais no mar foi surpreendida pelos artesanais. Armados, os pescadores artesanais invadiram o barco, onde pescavam um senhor e seus dois filhos. No calor da discussão tiros foram disparados por ambas as partes, ferindo o pescador industrial mais velho e seu barco foi apreendido, trazendo promessas de vingança dos seus filhos.

Alguns meses depois em um comício de um candidato a vereador, festa que mobiliza muitas pessoas do município (principalmente por falta de opções de lazer), que acontecia na sede de Icapuí, um dos pescadores artesanais de Redonda, jurado de vingança, mesmo com apelos de familiares e amigos, resolveu também ir participar da festa. Já no meio do comício esse jovem pescador parou em um bar para comprar bebida, e foi esfaqueado pelas costas, morrendo na hora. Essa história causou muita comoção e revolta por parte dos artesanais, principalmente pela vítima ser muito nova. Tinha apenas dezenove anos. Essa história, que retomarei no próximo capítulo tem outra versão, que a torna mais sinistra ainda.

Uma grande surpresa em minha outra saída ao mar quase me fez acreditar que nem tudo estava mal para os pescadores artesanais. Sem entrar muito mar adentro, apenas margeando a costa até a praia de Barreiras, lugar conhecido pelos artesanais como uma praia com forte presença de pescadores industriais, uma boa pescaria aconteceu. Muitos manzuás puxados tinham lagostas, apesar de alguns terem sido roubados ou destruídos. A experiência dessa pescaria vale ser contada.

No dia seguinte a minha volta ao mar de Redonda com Cói, em Peroba, me encontrei novamente com seu Antônio para uma entrevista. Almoçamos juntos peixe e baião preparados por Dona Fátima. Assim que nos encontramos, fui logo questionado porque fui até Redonda pra sair para o mar se o filho dele poderia muito bem me levar. Respondi que queria conversar com algum redondeiro e acompanhar o trabalho da pesca, mas o que não impedia eu ir com Marciano. Dois dias depois já estava no mar novamente.

Dessa vez como o bote iria sair da praia de Peroba, onde estava hospedado, pude acordar um pouco mais tarde, às cinco da manhã. Apesar de na noite anterior eu ter ido dormir muito cedo, o sono que sentia era muito grande. Quando já terminava de arrumar a mochila, ouvi batidas na porta e meu nome sendo chamado. Reconheci a voz de Marciano. Respondi, e em menos de cinco minutos já estava lá fora. É incrível como o vento da praia pode ser gelado de manhã cedo. E naquela manhã parecia que ele nunca esteve tão gelado. Sentia o frio nos ossos. Vesti uma camisa por cima da outra, e ainda levei uma de reserva na mochila. Sentamos na areia. Cinco pescadores já estavam ali, entre eles Negão, único da tripulação. Já começava a amanhecer, e Marciano demonstrava preocupação. No horizonte, ele me mostrou uma formação de nuvens que poderia se transformar em uma tempestade de ventos fortes. Todos ao redor concordaram, e desistimos de ir ao mar naquele dia. Senti-me aliviado, pois o sono e o frio estavam implacáveis naquele momento. Saímos, eu e Marciano, caminhando pela praia em direção a casa de seu tio, Seu Nô, um senhor de 60 anos, que passou mais de quarenta pescando.

No dia seguinte acordei às cinco da manhã de novo. Mais disposto, arrumei minhas coisas, e já estava na praia antes de Marciano. Encontramos Negão e o catraieiro, que nos levou até o bote. O bote de Marciano era menor do que outros que eu tinha navegado em Redonda. Marciano era o capitão e Negão sua tripulação. Negão tinha uma camisa amarrada na cabeça, e só seu rosto ficava a mostra. Era um homem de poucas palavras, pelo menos aparentemente. Dessa vez não estávamos indo em direção ao alto-mar. Iríamos margeando a costa, seguindo o leste, em direção à praia de Barrinha, onde os manzuás estavam arriados. Marciano não usava GPS. Suas marcações estavam memorizadas na cabeça. Negão me mostrou um pé de cajueiro em cima da falésia, e me explicou que as direções eram tomadas a partir desse referencial. Como das outras vezes, a viagem foi regada de muitas conversas e risadas. Mas como só havia Marciano e Negão dividindo as tarefas, o trabalho ficou mais árduo. Marciano alternava entre o leme e os sacos de areia, e Negão com os sacos, molhar a vela, organizar o material, entre outras tarefas. Tentei ajudar no que pude. O caminho transcorreu tranquilamente e logo chegamos ao local onde os manzuás estavam arriados. Marciano e Negão procuravam as boias a partir do referencial em terra. Logo as acharam. Marciano alinhava o bote com as boias, e Negão sozinho puxava os manzuás. Trabalho duro. Marciano quando conseguia, puxava alguns. A velocidade do bote e a quantidade de boias exigiam de Negão muita rapidez.

Algumas boias não foram encontradas, e os industriais logo culpados de roubar os manzuás. Muitas histórias desse tipo me foram contadas. Quando não era roubo, era manzuá quebrado ou lixo colocado no seu interior. O trabalho era frenético. Os pescadores não tinham tempo nem de respirar, mas logo nos primeiros manzuás veio a surpresa. Cerca de sete lagostas em um único manzuá. Mas que o total recolhido por Cói na minha primeira ida ao mar. Logo depois umas vinte em outro. Os manzuás eram alternados entre os pescadores, um pertencia a Marciano, outro a Negão. As lagostas eram armazenadas em compartimentos diferentes. Negão teve mais sorte. No final do trabalho o saldo final foi de cerca de quarenta lagostas, dois polvos e alguns peixes pescados na linha. Os pescadores estavam eufóricos, mas enfatizavam que esse era um bom número de lagostas apenas no contexto atual da pesca, pois antes pescavam muito mais e o preço de comercialização era bem mais alto. Já chegando a R\$ 70,00 o quilo contrastando com os R\$ 25,00 pagos nos dias de hoje.

Contrastando com a teoria de Seu Antônio de que os mergulhadores preferem as áreas onde estão os manzuás por causa das iscas que atraem as lagostas, nessa ida ao mar com Marciano, seu filho, outra apareceu. A teoria que surgiu, era a de que naquela região de Barreiras, existem muitas marambaias arriadas, atraindo as lagostas. Então, como os manzuás

foram arriados perto de onde as lagostas foram atraídas, algumas acabavam entrando na armadilha do pescador artesanal. O que aparentemente seria o prenúncio de que nem tudo ia mal, logo se transformou na confirmação de que a pesca predatória vai a todo vapor.

A situação atual do pescador artesanal é bastante complicada. Os dois barcos comprados com as economias de quem já não tem quase nada, estão apreendidos na Marinha. Além do estoque de lagostas estar diminuindo, há o risco da contaminação pela marambaia. O preço da lagosta no mercado diminuiu muito e não existem alternativas de trabalho, mesmo se o pescador quisesse deixar de ser pescador, como diz seu Antônio:

- Se não pescar lagosta não tem é o que fazer. Ganho não tem. As prefeituras não emprega, os povo tudo. Tão ai, agora entrou outro prefeito, tem tanta gente empregada que já saiu uma lista mandando botar gente pra fora. O Juiz já mandou a lista pra eles despejarem o pessoal. A cidade é pequena, a prefeitura é pequena, não tem ganho pra esse povo todo. Não sei o que eles vão fazer, e os governantes não estão nem ai. Quem quiser que se cuide (Entrevista com Seu Antônio, realizada em 11 abr. 2012).

O conflito entre pescadores teve um grande impacto na vida dos moradores de Icapuí, mudando de maneira radical suas rotina e percepções de vida. Esse impacto pode ser visto de dois ângulos. Primeiro, a partir do que gera o conflito: pescadores artesanais se transformando em industriais, e as influências dessa escolha.

É consenso que a pesca artesanal antecede a pesca industrial. Na década de 1950 a potencialidade da pesca da lagosta ainda não era conhecida, só mais tarde o “ouro do mar” foi descoberto, trazendo muitos interesses comerciais para esse setor. O caso da invasão de águas nacionais pelo Estado Francês, já abordada anteriormente, na busca desse valioso crustáceo, quase acabou em guerra, o que mostra a rentabilidade desse setor de mercado. Logo, técnicas de pesca predatória surgiram. Primeiro a rede, que traz junto consigo além de muitas lagostas, uma infinidade de seres marinhos que se enroscam nela. Depois o mergulho, técnica que permite que o pescador pegue lagostas indiscriminadamente. Na sequência, aparece a marambaia com sua contaminação e poluição.

A chegada da marambaia permitiu o alastramento da pesca predatória com a promessa de mais lucro em menos tempo, uma das máximas do capitalismo. Não é barato arriar marambais no mar. R\$ 4.000 por cem marambais como Cássio nos contou, é um alto investimento, mas com retorno garantido. E é muito difícil ter problemas com a fiscalização. A mudança no modo de produção parece sedutora.

O discurso do desenvolvimento impulsiona essa mudança. Esse discurso traz consigo toda uma mudança de perspectiva de vida. Um estilo que é ditado de cima para baixo, literalmente do norte para o sul. Necessidades de consumo são criadas para adequação ao

estilo de vida social que veladamente é imposto. Então, inconscientemente ao consumir essas necessidades, estamos antes aceitando um padrão de vida de uma determinada sociedade, pois como mostra Baudrillard (1995), as necessidades visam mais os valores do que os objetos e sua satisfação possui em primeiro lugar o sentido de adesão do consumidor aos valores daquela sociedade. Com isso é desmentida a teoria da autonomia e soberania do consumidor a partir do momento em que a primeira escolha do consumidor, inconsciente e automática, é aceitar o estilo de vida de determinada sociedade.

A publicidade é a maior arma desse discurso desenvolvimentista. Ela transforma os desejos em necessidades. Necessidades uniformizadas de um mundo em comum a ser alcançado. O mundo do consumo, da abundância. A publicidade transforma em verdadeiro aquilo que ela diz que é, pois como pensa Baudrillard (1995), a publicidade aparece como o mais notável meio de comunicação de massas de nossa época. Ao falar de qualquer objeto os glorifica virtualmente. A publicidade não orienta para objetos reais, para o mundo concreto, para outro ponto de referência, mas de signo para signo, de objeto para objeto, de consumidor para consumidor. A publicidade situa-se para além do verdadeiro e do falso por que seu discurso não se trata de dizer a mentira ou a verdade, mas sim de elaborar um enunciado persuasivo. A publicidade é profecia auto realizadora, ou seja, a arte de tornar verdadeiras as coisas ao afirmar que o são.

O estilo de vida da pesca artesanal não é compatível com esse discurso, e a possibilidade de ganhar mais em menos tempo aparece na pesca predatória. Com isso, a possibilidade de aumentar seu padrão de consumo e aceitar o estilo propagandeado como o que a sociedade espera de você. Uniforme e individualista, um consumidor de abundâncias a espera de satisfazer suas necessidades criadas, tal discurso se torna muito sedutor. Eis a força da publicidade.

O discurso de desenvolvimento vem acompanhado de todo um imaginário que se realiza em acontecimentos e sensações até então desconhecidos, como especulação imobiliária, miséria, consumo de drogas como o crack, roubo, assaltos, violência, medo. Praias que historicamente eram conhecidas pela sua tranquilidade, já não são mais recomendadas para passeios noturnos.

Assim, toda uma percepção de vida mais ligada à natureza, toda uma organização política mais autônoma e coletiva, todo um conjunto de conhecimentos e práticas, e de expressões culturais específicas dão lugar a uma uniformização de desejos, pois a diversidade não cabe num mundo regido pelo capital, progresso científico, tecnológico e industrial, que se coloca como único, e quem não se incluir fica na margem. Mas o que é estar na margem?

Neste caso é resistir. Querer ser diferente. E resistir na história dos pescadores artesanais é lutar para existir. Desse desejo de resistir surge o conflito, e a partir do conflito, podemos enxergar essa mudança pelo segundo ângulo.

Os conflitos armados mudaram por completo a rotina de vida do pescador artesanal, e das pessoas no seu entorno. Por algum tempo o leme foi trocado por armas, uma situação inimaginável. Uma comunidade de pescadores artesanais armadas com pistolas 38, espingardas 12, facões, machadinhas, entre outras. O medo e a insegurança se tornaram mais presentes nas vidas dessas pessoas do que qualquer outro tipo de sentimento, e por consequência suas relações interpessoais passaram a ser pautadas por eles. Sair da praia e ir fazer compras, ir ao banco, visitar um parente ou amigo, ir a uma festa, se tornou perigoso ou proibido. Encontrar algum pescador que tenha tido seu barco apreendido podia ser mortal. Alguns moradores de Redonda passaram a se sentir oprimidos. Mesmo quem não concordasse com as ações de fiscalização, era obrigado a contribuir através de um discurso autoritário e ameaçador. Quem defendesse um pescador industrial das apreensões sofria o risco de lixamento. Relações foram cortadas. Os únicos beneficiários dessas consequências foram os políticos em campanha, aproveitando a situação de fragilidade para manipular futuros eleitores com promessas de soluções que nunca vieram.

As consequências desse período de “conflito pesado” ainda são experienciadas pelos moradores de Icapuí.

## CAPÍTULO V: EM MAR DE INDUSTRIAL

Conseguir contato com algum tripulante de um barco que pesque de compressor e marambaia, não foi tarefa fácil. Consegui inicialmente algumas entrevistas, mas não me permitiram gravar, apenas anotar. Na maioria das vezes a conversa não fluía, recebendo respostas secas e de poucas palavras. Visitando a praia de Barreiras consegui um pouco mais de abertura, até que um primo de Marciano que identificarei como Cássio, passou um bom tempo conversando comigo, me permitindo gravar.

A primeira vista me pareceu que o fato de não ter tido tanta abertura entre os industriais estava apenas relacionado com a sua prática de pesca ser ilegal. Isso com certeza é verdade, mas ao longo da pesquisa tive outra percepção. Falar é prática comum do pescador artesanal. Contar histórias, “causos”, falar dos ancestrais, contar com orgulho da sua relação com o mar, sentar em rodas de conversa preparando o material de pesca, ou bebendo com os amigos. Um sentido forte de coletividade e solidariedade está presente no seu modo de ser, e experimentar a vida. O que não acontece na vida do pescador industrial, que vive uma vida de trabalho regida pelo ponto de trabalho, obrigado a atingir metas e cotas de produção, pois a maioria apenas trabalha nos barcos, não os têm. Sua relação de trabalho é patronal, o que minimiza a solidariedade, e exige mais individualismo do que coletividade. A pesca é apenas seu trabalho, e não está fortemente conectada com outras dimensões subjetivas das suas vidas. Então, conversar com um pesquisador é desperdiçar o tempo que está livre do trabalho.

Para esse capítulo priorizarei as narrativas do pescador Cássio. Cássio já foi pescador artesanal e hoje é dono de um barco que pesca de marambaia. Até agosto de 2012 ele contabilizava duzentas marambaias. Na época em que os redondeiros começaram a se articular pra comprar o barco e começar a fiscalização, ele ainda pescava de manzuá, como ele diz:

- Na época eu pescava na Redonda e até dei dinheiro pra comprara o barco, porque eu morava lá, ai nós compremo esse barco pra fiscalizar pra não mergulhar lá. Aí começaram a botar marambaia, ai foram se dando de bem, se dando de bem, e os outros passando necessidade ai foi que a lei não tomou de conta, ai eles queriam ser a lei e andaram tocando fogo nos barco, tocaram fogo no do meu irmão, o primeiro que tocaram foi do meu irmão (Entrevista com Cássio, realizada em 16 ago. 2012).

Segundo Marciano, pescador artesanal, os redondeiros tinham muita raiva do irmão de Cássio chamado Régis, pois ele tinha saído de Redonda para pescar de compressor na praia de Barrinha. Então, na primeira oportunidade que tiveram, apreenderam o barco dele, levaram-no pra Redonda e atearam fogo, quase os matando, como coloca Cássio:

- Quando queimaram o barco do meu irmão, eu fui dizer que eles tavam errados, ai se juntaram uns 10, 20 ai deram uma surra na gente, quebraram o braço do meu irmão. Iam me matando nesse dia na Redonda, só não mataram porque alguns conhecidos nosso tiraram a gente de lá. Queriam linchar a gente (Entrevista com Cássio, realizada em 16 ago. 2012).

Cássio continua contando que o primeiro conflito armado com morte foi o de um rapaz de Jaguaruana.

- O primeiro barco que (os redondeiros) pegaram foi o de Tremembé, que botaram de volta pra água, devolveram, que veio a Polícia e devolveram. Aquele barco ali foi o que mataram o cara, foi quando mataram o finado Nonato. Não era Nonato não, Nonato era o irmão dele. Ele era de Jaguaruana (Entrevista com Cássio, realizada em 16 ago. 2012).

Ainda segundo Cássio, depois dessa morte os pescadores industriais começaram a se armar por medo da repressão dos redondeiros. Neste contexto houve o assassinato de um pescador de Redonda, chamado Simeão. Segundo Cássio:

- Na época dos conflitos os 'cara' andava tudo armado, com medo, ai os mergulhadores só andava armado, ai eles foram passando, se encontraram como redondeiros, ai os 'cara' puxaram uma machadinha pra fazer medo ao barco de compressor e foi baleado e morreu (Entrevista com Cássio, realizada em 16 ago. 2012).

Antes disso houve uma tentativa de apreensão de barco pelos redondeiros, como conta uma comerciante de Barrinha chamada Dona Alice:

- O primeiro barco que eles pegaram e quiseram botar em cima do morro sabe qual foi? O barco do finado Renato. Ai Renato juntou um monte de gente, eu me lembro com se fosse hoje, tanto foi gente por terra como foi gente pelo mar buscar o barco de Renato. Foi a maior festa na Barrinha. Foi o primeiro barco que os redondeiros tentaram botar em cima da praia (Entrevista com Dona Alice, realizada em 18 ago. 2012).

E segue narrando a saga dos conflitos:

- Faziam tudo guerra por aqui, tocavam fogo, tocaram até fogo num carro de um menino da Redonda uma época. Foi no ano passado no centro, e numa moto aqui na estrada, porque eles tocavam fogo nos barcos e os caba daqui se injuriavam e fechavam as estradas com fogo (Entrevista com Dona Alice, realizada em 18 ago. 2012).

Retomo aqui a história abordada no capítulo anterior, sobre o senhor e seus dois filhos que foram abordados pelo barco dos redondeiros que fiscalizavam a pesca predatória. A versão contada pelos artesanais dizia que o barco tinha sido abordado, apreendido, e depois por vingança um dos filhos do senhor matou um redondeiro identificado como um dos participantes da ação. Essa história me foi contada por Marquinhos – e reforçada depois por outros pescadores – que é irmão de Marciano, não é pescador, mas mora em Peroba e tem

muitos amigos em Barrinha, lugar onde se concentram pescadores industriais.

Marquinho me conta que quando os redondeiros surpreenderam o barco, o invadiram, armados, e começaram a torturar o pai, que era o capitão do barco e estava desarmado, na frente dos filhos. Bateram no seu rosto com sandálias, o agrediram verbalmente, o balearam, e mandaram todos pular na água pra voltar nadando, mesmo com o apelo dos filhos, de que seu pai já era velho e não tinha condições físicas nem emocionais de nadar baleado até a praia. Nas palavras de Marquinhos, “o judiaram muito”. O capitão do barco após esse acontecimento ficou parálítico, causando a revolta dos filhos. Tempos depois, quando o rapaz de Redonda apareceu no comício e foi identificado, ligaram para o filho do senhor, que prontamente apareceu e esfaqueou o rapaz, vingando seu pai.

O que deixa essa história mais sinistra ainda, é que além de Marquinhos, outros moradores de Redonda me confirmaram que a tortura tinha sido gravada em vídeo, depois sendo exposta em praça pública pra quem quisesse ver. Tentei, sem sucesso, ter acesso a esse vídeo, mas apesar de não consegui-lo, em nenhum momento sua existência foi questionada por quem eu tenha perguntado.

Depois desse acontecido o conflito esfriou. Para alguns, diferentemente do que muitos acreditam, o conflito não esfriou porque os barcos que fiscalizavam foram apreendidos. Seu Antônio tem outra opinião: “Tá tranquilo porque os redondeiros esfriaram. Esfriaram porque perderam a razão”.

Apesar de todos os conflitos armados, Cássio ainda acha que vale mais apenas pescar de compressor e marambaias. O pescador é casado e tem um filho, e segundo ele com manzuá não conseguia os sustentar.

- Saí da pescaria de manzuá por causa disso, só morrer de trabalhar, de trabalhar, e resultado, não dá nem pra sustentar uma família. Se você for depender da pescaria de manzuá pra dar de comer a uma mulher e um filho, ela vai morrer de fome e você não dá não. Tem que se virar de outro jeito. Esse ano a pesca pra mim deu bom, melhor do que quando eu pescava de manzuá (Entrevista com Cássio, realizada em 16 ago. 2012).

O conflito que se desenrola em Icapuí não está apenas inserido no âmbito regional, nem é uma batalha do bem contra o mal. Dinâmicas e processos de escala nacional, e também internacional dialogam com o cotidiano dessas comunidades de pescadores fortemente influenciando sua experiência local, como mostrou Ramalho em sua pesquisa:

- Pensar nesses modos de usos das águas pelos pescadores é, antes de tudo, compreendê-los numa trama que está para além de questões e enredos puramente comunitários, locais, particulares, pois as dinâmicas e processos sociais – de escala nacional e/ou internacional – jogam um peso importante, ao dialogarem,

ininterruptamente, com o cotidiano dessa população, seu ambiente de trabalho, suas necessidades sociais e econômicas, numa totalidade societária que se encontra em constante movimento, em suas intermináveis atualizações, em suas determinações concretas, porque “o concreto é concreto por ser a síntese de múltiplas determinações, logo, unidade na diversidade” (MARX, 2003, p. 248). Seguindo essa linha de abordagem, Jean-Paul Sartre (2002, p. 36) afirmou: “os fatos particulares não significam nada, não são verdadeiros ou falsos enquanto não forem referidos pela mediação de diferentes totalidades parciais à totalização em andamento” (RAMALHO, 2012, p. 23).

Os pescadores industriais estão inseridos numa lógica de desenvolvimento capitalista industrial, que em escala global contamina a maioria dos Estados-Nação, inclusive o Brasil. Este modelo incentiva o consumo desenfreado, e é disseminado pelos meios de comunicação. Baudrillard (1995) destaca o papel dos meios de comunicação, e afirma que o meio é a mensagem, isto significa dizer que a verdadeira mensagem da TV, rádio e etc. não está situada no conteúdo, e sim no modelo estrutural. E é exatamente nesta forma de justaposição sistemática de conteúdos diversos que esses meios impõem uma determinada visão de mundo. A verdadeira função dos meios de massa consiste em neutralizar o caráter vivido, único e de evento do mundo para dar lugar ao universo múltiplo dos meios de massa se significando reciprocamente. Como coloca o autor, as imagens da TV pretendem ser a metalinguagem de um mundo ausente.

Como disse Cássio, contrariando todas as narrativas dos pescadores artesanais, a pesca desse ano foi boa. Não faltou lagosta pra quem pesca de compressor e marambaias. Por esse motivo, não só para Cássio, mas para outros pescadores industriais, fica difícil acreditar que a lagosta está acabando, e continuam pescando a todo vapor: “rapaz, eu não acho que a lagosta não tá diminuindo não, porque com a quantidade que pescam aí no paradeiro, e no ano inteiro tem pesca, eu acho que não diminuiu não” (Entrevista com Cássio, realizada em 16 ago. 2012).

Dona Alice, uma comerciante de Barrinha, compartilha da ideia de Cássio, de que a pesca com compressor e marambaias não está acabando com as lagostas, e aponta o culpado: “A pescaria aqui acabou porque nunca teve paradeiro. O paradeiro acabou, e o IBAMA só está no mar quando os pais de família tão no mar. Quando tá no paradeiro eles não vem fiscalizar”. E aproveita pra denunciar a venda de material de mergulho pelos artesanais e a pesca de lagosta miúda:

“Os redondeiros querem ser direito, mas eles são errado, eles pescam de manzuá mas pegam lagosta miúdo. Porque tem redondeiro que não pesca de mergulho mas vende material de mergulho?” (Entrevista com Dona Alice em 18 de agosto de 2012).

Para conseguir sair da vida do manzuá e iniciar a pesca de marambaias, um investimento alto precisa ser realizado. “Pra fazer 100 marambaia você gasta quase 4.000 contos”. Cássio tem 200, fora investimentos com embarcação e tripulação. Na tripulação de um barco industrial, figuram dois mangueireiros, que ganham 5% do valor da produção diária, o mestre do barco que ganha 10%, e o mergulhador que ganha 15% da produção. O restante, a maior parte, fica com o dono do barco. Por esses motivos, o dono de um barco de pesca industrial vive com medo de perder tudo para a fiscalização, seja a dos artesanais, seja a do IBAMA.

- Você pode perder seu barco. Tudo o que você investiu você pode perder. Tanto fazia se fosse pelos redondeiros ou pelos homens da lei, que é o IBAMA. Muitos perderam os barcos por causa disso. Os redondeiros levavam e tocavam fogo, ou IBAMA pegava e levava. O ano retrasado era igual a uma guerra no mar. Era barco tudo armado, ai eles pegavam os barco, ai os cara queria pegar de volta, mas daqui ninguém conseguiu pegar de volta (Entrevista com Cássio, realizada em 16 ago. 2012).

Até junho de 2012, nenhum barco tinha realmente sido resgatado de Redonda. Até a visita do Ministro da Pesca, quando os barcos foram deslocados e um pescador aproveitou pra recuperar sua embarcação. Depois disso, como em outras vezes passadas nesse conflito, o fogo consumiu as esperanças, transformando tudo em carvão e cinzas.

Apesar de ilegal, agora com o conflito estagnado, a situação do pescador industrial ainda é melhor do que a do pescador artesanal. O lucro da sua pesca é muito maior do que a artesanal, e eles ainda não sentem que o estoque de lagostas vem diminuindo. Os redondeiros, com os barcos apreendidos e alguns pescadores sendo processados, já não incomodam mais. A lei nesses anos todos de conflito não os parece incomodar, pois poucas apreensões foram feitas, e nenhum tipo de prevenção efetiva contra a esse tipo de pesca foi tomada. O estilo de vida do pescador industrial, apesar de ilegal, está muito mais alinhado com o sistema capitalista industrial. Seu ritmo de trabalho, marcado no ponto de trabalho e com relações patronais, é o ritmo do trabalho no capitalismo. Individualidade e competição também os aproximam desse sistema. A falta de fiscalização pelos órgãos federais são falhas, e nem no ápice do conflito atitudes enérgicas foram tomadas para combater a pesca predatória, trazendo alguma solução criativa que beneficiasse ambas as partes envolvidas no conflito.

As políticas, dos governos Estadual e Federal, ao entenderem o desenvolvimento como dependente de um maior PIB, incentivam a exploração dos recursos naturais em larga escala, como na opinião presente numa enquete no site da Assembleia Legislativa do Estado

do Ceará<sup>12</sup> em 2012, feita com o vice presidente da comissão de Desenvolvimento Regional, Recursos Hídricos, Minas e Pesca da Assembleia Legislativa, na época, deputado Roberto Mesquita (PV):

O vice-presidente da Comissão, deputado Roberto Mesquita (PV), pensa de forma parecida. Ele admite a utilização de “modernas tecnologias”, desde que não agridam o meio ambiente. Para ele, é necessário encontrar um modelo de pesca em larga escala, que seja também sustentável.

Será isso possível? Uma pesca em larga escala sustentável? Acho pouco provável. Essas políticas visam o aumento da produtividade e das exportações, como se essa fosse uma política de combate à pobreza e a miséria dos pescadores, mas os verdadeiros beneficiados são os empresários capitalistas, que tem seus lucros maximizados. Parece-me que, já que não podem abertamente incentivar a pesca industrial predatória, agem como os liberais agem com o mercado, se retirando ao máximo e deixando as coisas se resolverem por elas mesmas. De um mercado autorregulador para a pesca autorregulada, com a certeza que a pesca industrial ganhará cada vez mais espaço e a artesanal gradualmente vai desaparecendo. Com o fim da pesca artesanal bastaria o ordenamento, através do Estado, da pesca industrial.

---

<sup>12</sup> <http://www.al.ce.gov.br/index.php/destaques-do-site/item/6074-18-06-2012-da01>, Acesso em 10 jan. 2013.

## CAPÍTULO VI: CONFRONTO DE PERSPECTIVAS

Para poder confrontar a visão dos pescadores artesanais com a dos industriais, e ter uma análise mais clara do conflito, para assim possíveis soluções serem sugeridas, entender a situação atual econômica da pesca da lagosta se faz necessário.

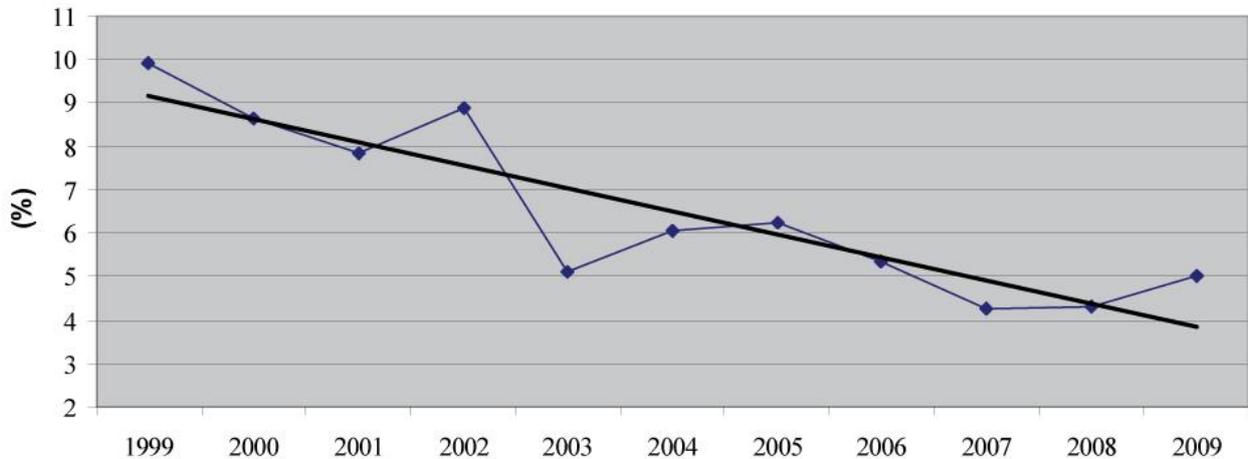
Segundo o informe rural do Escritório Técnico de Recursos Econômicos do Nordeste – ETENE – do Banco do Nordeste, sobre o setor produtivo da lagosta no nordeste de 2010, o Nordeste responde por quase 69% da produção nacional de lagostas, sendo a maioria dos pescadores vivendo em áreas litorâneas do Ceará e Rio Grande do Norte, tendo nessa atividade sua maior fonte de renda. E já no início do informe, mostra a crise no setor:

A despeito da sua grande importância sócio-econômica para a Região, o setor está passando por um momento de crise, pois, a lagosta encontra-se em elevado nível de sobrepesca. A produtividade atual representa cerca de 10,0% do volume pescado em relação à década de 1960 (MELLO, 2008), o que provocou queda na receita em todos os elos da cadeia produtiva e a saída do setor empresarial do segmento de captura que é o de maior risco, além disso, várias plantas de processamento e exportação encerraram suas atividades... Percebe-se que fortes interesses econômicos acabam por estimular a continuidade da pesca da lagosta “miúda” ou seja, de tamanho inferior ao mínimo permitido para captura, comprometendo a sustentabilidade da atividade. Por esse motivo, a tendência é de que a situação se agrave, o que deverá aumentar também os problemas sociais, visto que um grande número de famílias depende diretamente da atividade. Hoje, muitos pescadores têm como principal fonte de renda o seguro defeso, que é pago por cerca de cinco meses no ano.

Outro fator importante para a crise nesse setor, segundo o informe, são as más condições de armazenamento e o uso de produtos químicos para resolver esse problema, fazendo com que a qualidade seja inferior comparada com outros países.

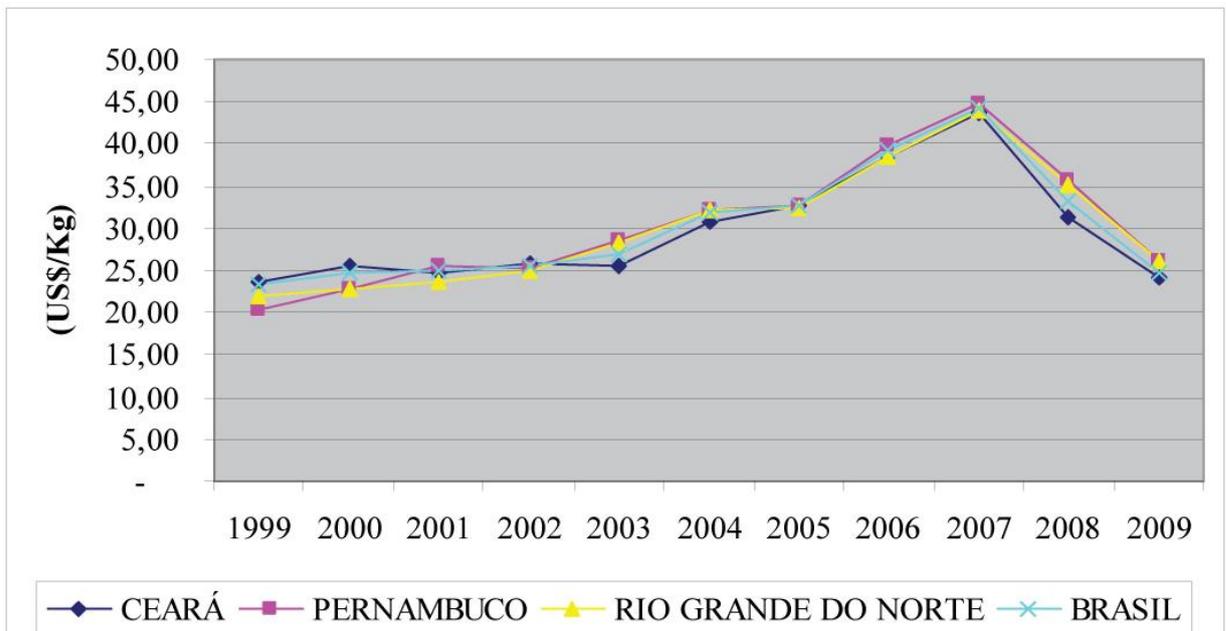
O armazenamento em condições inadequadas deprecia o produto, pois, provoca o aparecimento de manchas escuras no abdome do crustáceo conhecida como “barriga preta”. Muitas vezes, para tentar resolver o problema são utilizados produtos químicos que contaminam a lagosta. Além disso, é comercializado grande volume de lagosta “miúda”. Dessa forma, o produto brasileiro apresenta qualidade inferior ao de outros países, alguns chegam a comercializar a lagosta ainda viva, portanto com maior frescor e melhor cotação. Esses fatores têm levado a uma forte queda no preço de exportação do produto brasileiro, o que agrava as precárias condições de vida dos pescadores.

Os maiores produtores do Nordeste, ainda segundo o informe, são os estados do Ceará, responsável por 28,4%; Rio Grande do Norte, responsável por 14%; e Bahia, responsável por 12,7% da produção nacional. Até 2009, o Ceará ainda era o maior exportador de lagostas da região mesmo com a redução de 10% para 5% da pauta de exportação do agronegócio cearense, como mostra o gráfico abaixo.



**Gráfico 1. Fonte: ETENE**

Ainda com relação à exportação, o preço foi crescente entre os anos de 1999 e 2007, como mostra o gráfico 2, apresentando forte queda a partir de 2008, explicada pelo informe, pela queda do real frente ao dólar no ano de 2007, até o primeiro semestre de 2008, e posteriormente a crise econômica internacional provocando a redução no consumo, e por consequência queda no preço.



**Gráfico 2. Fonte: ETENE**

Nesse contexto, o informe mostra que, em 2009,

[...] a renda gerada com a exportação da lagosta no Nordeste teve uma variação negativa de 39,4% em relação a 2008. Para os Estados Unidos, que são o principal destino das exportações brasileiras de lagosta, a queda foi de US\$ 21,0 milhões, passou de US\$ 68,0 milhões para US\$ 47,0 milhões, menor valor observado no período analisado (entre 1999 e 2009). Esse fato está associado à baixa qualidade do produto brasileiro, dado que houve uma pequena redução no volume exportado, aliado à crise financeira internacional que afetou, de forma contundente, os EUA. Pernambuco e Rio Grande do Norte foram os estados que tiveram maior redução da receita da exportação do produto. No Ceará, o aumento no volume exportado compensou a queda no preço, por isso, a receita não sofreu forte variação.

Ainda no ano de 2009, o mostra que o rendimento das exportações totais de lagosta para os empresários brasileiros foi de US\$ 51 milhões, o que registra uma queda de 40% nas receitas geradas em comparação aos US\$ 86 milhões registrados em 2008, como mostra a tabela abaixo. As lagostas congeladas geraram receita de US\$ 50 milhões, ou seja, 97% dos rendimentos totais das categorias de lagostas, sendo 1,9 mil toneladas exportadas.

Tabela 22. Exportações brasileiras de lagostas nos anos de 2008 e 2009.

Produtos	2008		2009		Δ	
	Kg	US\$	Kg	US\$	Kg	US\$
Caudas Congeladas	2.336.809	81.462.240,00	1.986.648	50.438.254,00	-15%	-38%
Inteiras Congeladas	244.092	4.738.581,00	103.248	1.200.528,00	-58%	-75%
Lagostas Não congeladas	10.947	311.455,00	6.435	157.426,00	-41%	-49%
TOTAL	2.591.848	86.512.276,00	2.096.331	51.796.208,00	-24%	-40%

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC.

Ainda segundo o anuário, os Estados Unidos continuam sendo o principal destino da lagosta brasileira, apesar da redução de 7% nas compras em 2009. Em receita, a queda chegou a 31% por causa da queda internacional do preço desse crustáceo. Nesse mesmo ano, o segundo maior importador da lagosta brasileira foi o Japão, mostrando uma queda de 45% no volume importado e uma retração das receitas geradas de cerca de 57%, ganhando o posto que antes era da França, que mostrou retração de 65% em quilogramas e redução de faturamento de cerca de 81%, fato esse que fez com que o país fosse superado pelo Japão, que teve menor queda como mostra a tabela abaixo :

Países	2008		2009		Δ	
	Kg	US\$	Kg	US\$	Kg	US\$
Estados Unidos	1.992.094	68.040.836	1.850.301	47.015.906	-7%	-31%
Japão	114.402	3.269.826	62.678	1.407.904	-45%	-57%
França	176.761	6.773.908	61.875	1.258.919	-65%	-81%
Austrália	0	0	36.840	568.931		
Espanha	169.705	4.263.846	33.267	426.480	-80%	-90%

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC.

O anuário, como o informe do BNB, também destaca a crise financeira internacional como agente da queda de 2009.

A crise financeira mundial teve também forte impacto sobre o mercado internacional de lagosta em estabelecimentos comerciais, principalmente nos EUA. Em Nova York, diversos restaurantes chegaram a fechar suas portas, tendo como consequência a retração na demanda por produtos alimentícios de maior valor e a consequente queda de seus preços. No final de 2008, o preço médio da cauda de lagosta estava cotado em US\$ 34,86. Comparando-se os dois períodos verifica-se uma queda de 27% na cotação média anual, fechando o ano de 2009 com preço médio em torno de US\$ 25,39.

Houve entre 2008 e 2009 um recuo de 40%, segundo o anuário, no preço médio das lagostas inteiras congeladas, enquanto o de lagostas não congeladas teve uma menor queda, de 14%.

Produtos	US\$/Kg		
	2008	2009	Δ
Caudas de Lagostas Congeladas	34,86	25,39	-27%
Lagostas Inteiras Congeladas	19,41	11,63	-40%
Lagostas Não congeladas	28,45	24,46	-14%
Total	33,38	24,71	-26%

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC.

Entre os Estados da Federação, o Ceará foi o único que apresentou um crescimento no volume exportado, registrando 26% de aumento, fator este que não refletiu no incremento de suas receitas, que segundo o anuário tiveram uma queda de 2% do seu faturamento, como

mostra a tabela.

UF	2008		2009		Δ	
	Kg	US\$	Kg	US\$	Kg	US\$
Ceará	1.192.476	37.183.899	1.504.563	36.262.337	26%	-2%
Pernambuco	843.811	30.030.706	369.250	9.680.847	-56%	-68%
Rio Grande do Norte	389.986	13.676.853	151.852	3.954.415	-61%	-71%

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC.

Nas suas considerações finais, o informe sugere que os incentivos à captura na região Nordeste sejam evitados, a fim de que os estoques se recuperem, “pois, além de não trazer benefício social para a população que depende da atividade, tende a agravar o problema ambiental”. E ressalta também a necessidade de um esforço conjunto para melhorar a qualidade do produto, respeitando o tamanho mínimo da lagosta e acabando com a sua contaminação, levando em consideração a legislação ambiental vigente.

No ano de 2010, segundo o boletim estatístico do Ministério da Pesca e Aquicultura, as “lagostas congeladas-exceto inteiras” se destacam, correspondendo a 31% do valor total das exportações e a 6% das quantidades vendidas, como mostra a tabela abaixo.

Descrição NCM	Especificações	Principais Destinos	2009		2010	
			US\$	Kg	US\$	Kg
Lagostas	Congeladas – exceto inteiras	EUA	50.438.254	1.986.648	82.475.823	2.395.451
Outros Peixes	Congelados	EUA e Coréia do Sul	15.826.084	5.286.662	15.719.852	5.580.320
Pargos	Congelados	EUA	1.896.475	392.305	15.705.132	3.037.592
Outros Produtos	Ração	Hong Kong	13.167.313	916.611	14.688.098	729.224
Outros Peixes	Frescos	EUA e França	15.052.651	3.367.531	13.028.809	2.513.406
Conservas de Atum	Pedaços ou inteiros	Argentina	19.121.160	5.112.091	11.193.183	2.811.622
Extratos e Sucos	Extratos e Sucos	Países Baixos	37.358.178	1.362.242	20.040.135	1.353.687
<b>Total</b>			<b>152.860.115</b>	<b>18.424.090</b>	<b>172.851.032</b>	<b>18.421.302</b>

FONTE: MDIC (formulação própria)

Em relação à produção, o gráfico abaixo mostra que depois de atingir o ápice em 1995, uma forte queda se registra em 1998, ficando estável com uma alta em 2005, voltando a cair, dando sinais de elevação em 2008 e 2009.



**Fonte: IBAMA**

Os dados acima mostram como apesar da forte queda nas exportações, que na maioria são de caudas congeladas para os Estados Unidos, principalmente causada pela desvalorização do real frente ao dólar e pela crise financeira internacional, a produção e exportação de lagosta ainda é o setor de mercado mais lucrativo das exportações brasileiras, tomando um fôlego em 2010, tendo um aumento em mais de US\$3 milhões nas exportações de caudas congeladas em relação ao ano anterior. Por esse motivo, fica fácil detectar um forte interesse econômico capitalista, nacional e internacional, por trás desse conflito socioambiental em Icapuí, sendo seu motor de propulsão.

Ao confrontar a visão que os pescadores artesanais têm do conflito, com a visão dos pescadores industriais, percebemos primeiramente uma convergência nas falas. A pesca de compressor e marambaias continua crescendo.

- Icapuí hoje tem mais de 200 mergulhadores. Tem muito mais. Quase todo mundo lá mergulha. E fora os que já morreram (Entrevista com Seu Antônio, realizada em 10 ago. 2012).

- Tem mais marambaia que manzuá. Manzuá tem pouco, tem só esse setorzinho aqui (Redonda e Peroba), marambaia começa desde o Rio Grande até Fortaleza. Manzuá só tem nesse trecho de Redonda e Peroba, o resto é tudinho marambaia (Entrevista com Cássio, realizada em 16 ago. 2012).

Outra convergência que aparece nas narrativas, tanto de entrevistas, como de conversas informais durante a pesquisa, é de que a fiscalização não funciona.

- E as autoridades sabem, sabiam e sabem, e nunca tomaram nenhuma providência, nenhuma. Que era pra eles barrarem esse tipo de pesca. Fazer a lei e fazer ela vigorar, não fazer a lei e a lei não vigora não é? A fiscalização passa pela praia e volta, num carro e pronto. Aquilo engole bola e vai simhora (Entrevista com Seu Antônio, realizada em 10 abr. 2012).

- Aí foi passando tempo, começaram a se enganchar, a lei não tomava providência, porque sempre a pescaria de mergulho foi proibida (Entrevista com Cássio, realizada em 16 ago. 2012).

A baixa rentabilidade da pesca artesanal frente à pesca industrial também se mostra como uma convergência nos discursos, mas a partir daí surgem divergências. Para o pescador artesanal, como já foi posto antes, a pesca industrial propicia a falta de lagostas, a sua contaminação, e por consequência sua desvalorização frente ao mercado internacional, ocasionando a situação atual de miséria dos pescadores artesanais. Para os industriais, como já foi mostrado, a pesca de marambaia não acaba com as lagostas, o manzuá é que já se tornou obsoleto. O problema maior está na pesca no período de defeso e no baixo preço da lagosta no mercado.

- Eu tenho uma lancha de quatro cilindros, não tem condição de eu pescar de manzuá, manzuá só dá ali um mês de pesca, depois acaba (Entrevista com Cássio, realizada em 16 ago. 2012).

- Acaba não, na Redonda tem mais de 400 botes, na Peroba uns 30, antes se pegava de 8 a 10 sacos de lagosta, hoje não pega nem 5 kg. Lá em Recife se acabou a pesca, faliu, por conta de pesca de rede e o compressor é do mesmo jeito, aqui vai falir também (Entrevista com Marciano, realizada em 12 ago. 2012).

- Pior é a rede que acaba com tudo, o mergulho não acaba não (Entrevista com Diogo, realizada em 14 ago. 2012).

- Tem lagosta pra todos esses tambor? (Entrevista com Neguinho, realizada em 12 de ago. 2012).

- A pescaria aqui acabou porque nunca teve paradeiro. O paradeiro acabou, e o IBAMA só está no mar quando os pais de família tão no mar. Quando tá no paradeiro eles não vem fiscalizar (Entrevista com Dona Alice, realizada em 18 ago. 2012).

Em relação aos conflitos armados no mar e em terra, tive a oportunidade de em uma mesma entrevista poder confrontar três visões. A de Cássio, pescador industrial; a de Dona

Augusta, uma comerciante de Barrinha; e a de Marciano, pescador artesanal. Dona Alice por morar e trabalhar em Barrinha compartilhava mais opiniões com Cássio, mas um consenso não apareceu. Um trecho da conversa:

Dona Alice: O conflito começou no meio do mar, o cara era de Jaguaruana.

Marciano: Dona menina deixa eu te dizer, esse conflito da Redonda não começou com esse rapaz de Jaguaruana não.

Dona Alice: Começou depois da morte do finado.

Marciano: Você tá muito enganada.

Dona Alice: Tô nada meu amigo.

Marciano: Você tá. Eu aposto o que você quiser que esse conflito da redonda começou sabe com quem? Com a morte sabe de quem? Do finado Simião que foi esse negócio da machadinha que ele tá dizendo. Foi disso ai que começou o conflito. Os redondeiros chegaram no mar e deram de cara com o homem. Os redondeiros mataram porque eles mataram um redondeiro.

Cássio: Morreu nenhum redondeiro esse dia não.

Marciano: Morreu o finado Simião.

Dona Alice: Morreu não, ninguém da Redonda não.

Cássio: Naquele dia não morreu redondeiro não.

Marciano: Não morreu, mas foi baleado. Foi o menino, o Arlindo. Foi baleado nos peito.

Dona Alice: Foi baleado, mas não morreu.

Marciano: Morreu não, mas a primeira vez que ele atirou, esse rapaz que morreu, que você tá dizendo ai, foi ele que matou o cara, finado Simião que puxou a machadinha, e foram buscar ele, ai ele baleou o cara, ai mataram ele, ai trouxeram o barco dele pra terra. Trouxeram ele morto e os comparsa dele tudo baleado!

Cássio: Essa época era mais de 100 homens num barco. Agora a história do Simião eu acho que foi depois daquela história ali.

Marciano: Quem matou o finado Simião foi o cara de Jaguaruana!

Dona Alice: Foi não!

Cássio: A história do Simião foi que ele foi parar uma lancha do Aracati ai largaram bala em cima dele. Naquele dia não morreu redondeiro não. Morreu outra vez que foi passando, e na época dos conflitos os cara andava tudo armado, com medo, ai os mergulhadores só andava armado, ai eles foram passando, ai os cara puxaram não sei o que pra fazer medo ao barco, e mataram ele.

Marciano: Então! Foi esse o primeiro conflito da Redonda.

Cássio: Foi não, porque os barcos não andavam armado não. Os barcos de compressor só vieram andar armado depois que teve essa putaria aqui que meteram bala neles.

Marciano: Rapaz, o primeiro pescador que morreu na Redonda foi o finado Simião.

Cássio: O primeiro foi.

Marciano: E quem matou ele foi uma lancha de Aracati que os pescador era de Jaguaruana.

Cássio: Quando mataram o finado Simião deu uma parada. Parou a confusão, passou um bom tempo, ai vieram enganchar agora, há pouco tempo.

Marciano: Quando mataram o finado Simião, com duas semanas os redondeiros se revoltaram, pegaram os barco de Ambila, pegaram a lancha de Durval, que até quebraram o cadeado da lancha de Durval, e foram pro mar e pegaram esse cara e mataram ele lá, e teve um cara da Redonda que foi baleado nos peito, que foi Arlindo, e trouxeram ele pra terra morto e trouxeram bem uns quatro baleado, macho!

Cássio: Nesse dia não balearam nenhum redondeiro não macho!

Marciano: No dia que foi a lancha de Durval, os barcos de Ambila, nesse dia os redondeiro tava tão revoltado que foram lá no barco de Peroba, que era esse de Durval que eu tô dizendo, eles tavam tão revoltados que quebraram o cadeado do barco do cara porque o cara não queria da o barco, por isso eles quebraram, e foram, e quando chegaram lá, deram de cara com o cara, o mesmo cara que tinha matado o cara.

Cássio e Dona Alice: Foi não!

Cássio: Finado Simião morreu depois disso.

Dona Alice: Na época que mataram o menino de Jaguaruana nem marambaia tinha ainda (Entrevista realizada em 20 ago. 2012).

Nesta conversa fica claro que nenhuma das partes envolvidas quer ter a culpa pelo primeiro disparo que desencadeou tantos feridos e mortos. A discussão teve momentos calorosos onde eu tentei intervir, o que nada adiantou. Nesse dia pude perceber mais do que nunca como essas histórias mexem com as pessoas de Icapuí, e como o passado está sempre presente. Ao final da entrevista, estavam todos emocionados e se desculpando pelos momentos calorosos da discussão, como na fala de Dona Alice: “Não fique com raiva de mim não. Não vamos brigar por causa de pesca. Se tem algum culpado aqui é o governo que não toma providência”, seguido de uma concordância e de um abraço em Marciano.

Essa entrevista também mostra como a vida das pessoas mudou com os conflitos. De uma vida pacata de pescador para uma vida rodeada de medo. Pessoas andando armadas. Lugares que não podem ser visitados por determinadas pessoas. Um clima de desconfiança e injustiça. Apesar da troca de acusações entre artesanais e industriais, pude perceber que a revolta nunca é personificada. Salvo casos mais extremos de vingança, é raro as pessoas terem raiva umas das outras. O pescador artesanal culpa a pesca industrial, mas não o pescador. O industrial culpa a fiscalização feita pelos redondeiros, mas a compreende em algum grau e não culpa os pescadores, como na fala de Cássio: “Por uma parte os redondeiros tão certos porque a pesca de mergulho é proibida”.

O ponto que ambas as partes têm mais em comum é sobre os políticos e o governo. Todos são unânimes em denunciar a falta de vontade dos políticos e dos órgãos federais em buscar uma solução para o conflito. O IBAMA e o MPA são órgãos desacreditados. Dos políticos não esperam nenhuma iniciativa. A visita do Ministro da Pesca, Marcelo Crivella, ao município parece só ter reforçado esse sentimento de descrença, como mostra Segundo: “Ele chegou, discursou e rápido foi embora. Ninguém da comunidade conseguiu ter uma palavra” (Entrevista com Segundo, realizada em 09 ago. 2012).

- E o IBAMA lá serve pra nada. Só se for pra ganhar dinheiro (Entrevista com Marciano, realizada em 12 ago. 2012).

- O IBAMA e nenhum político nunca olhou pra nós aqui da comunidade. Aqui nós tamos por nós mesmo (Entrevista com Seu Antônio, realizada em 11 abr. 2012).

- Até hoje estamos esperando alguma solução do governo, e nada (Entrevista com Cássio, realizada em 16 ago. 2012).

- A apreensão foi uma surpresa pra nós, pois nunca acreditávamos que a Polícia

Federal iria fazer esse papel de apreender os barcos, porque até então a consciência do pescador achava que o que ele tava fazendo, a justiça federal ia ter a ideia totalmente diferente, ia agir através dos barcos que estavam pescando ilegal, não ia agir contra eles (artesanais), eles achavam isso, tinham plena certeza disso, mas foi uma surpresa a ação da Polícia Federal. Ai veio o efetivo de 117 policiais, sendo eles do Batalhão de Choque estadual, da Polícia Federal e da Polícia Especial do Estado do Ceará. Ai vieram e pegaram um dia que a maioria dos homens que pescam não estavam, só as mulheres, as crianças, e aconteceu o conflito com os policiais. Mas só que o aparato deles era muito maior e eficaz, e ai eles conseguiram apreender e levaram os dois barcos apreendidos, pra fortaleza. Jogaram bomba, bala de borracha, tiro pro alto. Crianças foram atingidas, mulheres grávidas (Entrevista com Segundo, realizada em 12 abr. 2012).

Com as eleições municipais do ano passado, muitos candidatos apareceram com suas promessas, mas como já mostrado anteriormente, isso só trouxe desarticulação para os movimentos em prol de alguma saída para o conflito.

O que se mostra óbvio nessa confrontação de visões, é que uma solução para o fim da miséria da pesca artesanal e para a saída da ilegalidade dos industriais, ainda está longe de ser encontrada. Nenhum debate sério junto à comunidade com sugestões criativas e efetivas aconteceu. O desejo é que alguma solução que beneficie ambas as partes venha, seja do governo ou não, mas a espera parece não ter fim.

## CAPÍTULO VII: APONTAMENTOS PARA POSSÍVEIS TARTAMENTOS DO CONFLITO

Um estudo dos pesquisadores Paulo Parente Lira Cavalcante e Manuel Antônio de Andrade Furtado-Neto, de 2012, publicado no Arquivo de Ciências do Mar, volume 45, disponível no site do Instituto de Ciências do Mar da Universidade Federal do Ceará, LABOMAR-UFC, aborda a implementação de cotas individuais transferíveis (QIT) como estratégia de ordenamento da pesca de lagosta. O QIT é descrito como

A quota individual (QI) sugerida corresponderia a uma fração da biomassa definida como quota total capturável (QTC), estimada com base nas informações disponíveis sobre o rendimento máximo sustentável (RMS) a ser distribuído entre os proprietários de barcos que têm a permissão para a pesca de lagostas. A produção máxima sustentável, não obstante os questionamentos históricos sobre sua validade como parâmetro da abundância ou do status da biomassa do recurso (Larkin, 1977), deverá ser o estimador utilizado pela ausência de outro mais preciso. A definição do total capturável, as quotas individuais e seu respectivo monitoramento serão atribuições do CGSL, apoiados por amplo programa de monitoramento da cadeia produtiva da lagosta, ao longo de todo o litoral dos estados produtores, do estado do Amapá ao estado do Espírito Santo (Fonteles-Filho, 1994), coordenado pelo Instituto de Ciências do Mar – LABOMAR/UFC e financiado pelo Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA. Na verdade, a QIT corresponderá a Quota Individual de Embarcação (QIE), como descrito por Hilborn (2012), cujo valor a ser pago corresponderá ao rendimento médio estimado com base no número de manzuás utilizados, valor que será dividido entre os pescadores registrados, anualmente, por proprietário cada embarcação, na Superintendência Federal de Pesca e Aquicultura, nos estados produtores de lagostas. Com relação à adoção do sistema de quotas de produção, há que se referir à experiência realizada pela SUDEPE, em 1982, quando adotou a quota total admissível – QTA, correspondendo a aproximadamente 90% (noventa por cento) da produção máxima sustentável - PMS (9.000 t).

Para a viabilidade desse projeto, os pesquisadores propõem que seja feita a aplicação de uma parcela dos recursos destinados ao pagamento do seguro defeso de um salário mínimo – que, segundo os autores, no ano de 2011 somou US\$ 17.827.831,57 – na aquisição pelo Governo de cotas individuais “como alternativa para a necessária redução do esforço de pesca, a partir da desativação dos barcos que transferirem sua quota ao Estado”. Então, o Ministério do Trabalho transferiria parte do orçamento destinado ao seguro defeso para o Ministério da Pesca e Aquicultura.

Esse sistema de cotas parece precisar de um grandioso monitoramento da pesca da lagosta, necessitando da força de um Estado cada vez mais centralizado, sem levar em consideração questões subjetivas, que Ramalho (2001) chamou do “sentido dos pescadores artesanais”.

A pesca para o pescador artesanal, como muitas vezes foi dito nesse trabalho, não é somente um emprego, mas está conectada com várias dimensões de suas vidas. O pescador

artesanal não somente trabalha com a pesca, ele a vive. Não existe a participação do pescador nesse sistema de cotas, como é colocado logo no início do estudo: “reconhecendo que, como afirmado por McKay (2004) ‘Na gestão das pescarias, QIT são muitas vezes vistas como diametralmente opostas à gestão comunitária’.”.

É exatamente da gestão comunitária que acredito vir alguma solução que busque uma solução efetiva para a pesca da lagosta em Icapuí, beneficiando tanto os artesanais, quanto os industriais, pois a maioria dos Estados, como conhecemos hoje, segundo Nandy (2000), se desenvolveu considerando o consenso contra a ideia de diversidade, e a favor do profissionalismo. Para esse autor, esse consenso, permite hoje que o Estado marginalize, democraticamente, em nome da unidade nacional, iniciativas de movimentos sociais, principalmente se não estiverem ligados a partidos políticos. Aqui, volto ao questionamento de Sachs no começo desse trabalho: “O verdadeiro desafio histórico, portanto, deve ser lançado em algo diferente dos termos ecocráticos: como é possível construir sociedades ecológicas com menos governo e menos predominância profissional?” (Sachs, 2000, p. 128).

Qualquer iniciativa de intervenção nesse conflito precisa ser amplamente debatida com os pescadores de Icapuí, tanto artesanais quanto industriais. E eles têm e querem ser agentes de sua própria transformação. A primeira e mais presente reivindicação feita pelos artesanais é a de uma área demarcada onde se possa a penas pescar de bote a vela e manzuá, como na fala de Segundo:

- E o que a comunidade que não é nada demais. Ela quer pescar artesanalmente, preservando o meio ambiente da maneira dela. Uma área que não tenha mergulho, que não tenha marambaia, e não tenha rede nessa área, e só tenha pesca legal e certa, que é a pesca de manzuá, que eles crê que só essa pesca, com manzuá, garanta a sustentabilidade da espécie (Entrevista com Segundo, realizada em 12 abr. 2012).

Antes de qualquer intervenção, acredito que uma pausa na pesca de lagostas em Icapuí precisa ser feita. O relatório da ETENE do Banco do Nordeste de 2010, já exposto aqui, mostra isso com clareza. Pescadores artesanais de Icapuí arriscam dizer no mínimo de dois anos. Alguma solução criativa precisa ser buscada junto com a comunidade para possíveis alternativas de renda na época dessa pausa. Debates com a comunidade mostrarão que sugestões não irão faltar.

A experiência de fiscalização do IBAMA junto com membros da comunidade embarcados se mostrou bastante eficaz, como foi mostrado nesse trabalho. Os membros da comunidade já conhecem os barcos e os locais de frequente pesca predatória, podendo atuar diretamente.

Então depois de uma pausa, da demarcação do território, e da fiscalização conjunta

com a comunidade, outras ações podem ser desenvolvidas, como um trabalho objetivo de conscientização do pescador para o respeito ao defeso, o tamanho mínimo da lagosta, e do risco da pesca predatória, para a partir daí verificar a viabilidade da pesca de mergulho consciente, com equipamento apropriado, regras de mergulho seguro, com o acompanhamento da comunidade para evitar a pesca predatória. E também debater a possibilidade de retirada de todas as marambais e também verificar a viabilidade do uso de corais artificiais, produzidos pela comunidade e monitorados por ela, sempre tendo como referência o combate à pesca predatória.

Um esforço em conjunto, com incentivos do Governo, Universidades, setores interessados na pesca da lagosta e comunidade se faz urgente e necessário. Sugestões a serem debatidas não faltam. Os artesanais na sua luta de resistência já fazem sua parte, como diz Marciano: “cada qual faz a sua parte, eu tô fazendo a minha parte”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já foi colocado anteriormente nesse trabalho, vivemos em uma era onde, segundo Camaroff (2001), o capitalismo está em sua fase triunfante e totalmente englobante, não oferecendo alternativa a nenhuma outra ideologia ou sistema econômico político. Nesse contexto, Escobar (2001), através dos estudos das geógrafas feministas Gibson e Graham (1996), nos mostra que o capitalismo também se situa no centro das narrativas sobre desenvolvimento, marginalizando e desvalorizando possibilidades de desenvolvimento não capitalista.

Their critique applies to most theories of globalization and even of postdevelopment, to the extent that the latter situate capitalism “at the center of development narratives, thus tending to devalue or marginalize possibilities of noncapitalist development (Gibson-Graham, 1996: 41)” (ESCOBAR, 2001, p. 154).

Então, ao criticar o capitalcentrismo, segundo Escobar (2001), libertamos nossa capacidade de enxergar desenvolvimentos não capitalistas e construir imaginários econômicos alternativos. A pesca artesanal, por não ser compatível com o desenvolvimento capitalista industrial, pode e deve ser situada na lógica desses imaginários econômicos alternativos.

Atribuo a não compatibilidade da pesca artesanal ao desenvolvimento capitalista industrial primeiramente com relação às regras socioculturais de organização do trabalho. Segundo Ramalho (2012), em diversas regiões brasileiras essas regras são pautadas no regime de *companha* ou regime de parceria. Esse autor define a *companha* como “um processo de organização do trabalho voluntário, sem assalariamento e vinculado, sobremaneira, aos laços familiares e de compadrio, inexistindo, assim, a oposição direta entre capital e trabalho” (Ramalho, 2012, p. 9).

A relação familiar é destacada por Ramalho como essencial para o sucesso da cooperação, “seja na gestão e ordenamento do território aquático, seja para um melhor funcionamento da tripulação, seja por se apresentar também nos laços de vizinhança junto com os de compadrio e de amizade existentes no continente” (Ramalho, 2012, p. 9). Em Icapuí, essa relação familiar fica bem evidente na pesca artesanal. Quase todas as tripulações são formadas por pais, filhos, primos, tios ou amigos próximos, na maioria das vezes de infância.

Já as relações de parentesco são bem mais abrangentes nas praias de Icapuí. Quase todo tem relações de parentesco em algum grau, ou se conhecem há tempos, o que acaba extrapolando também para a pesca industrial a inserção das relações de parentesco nas

trabalhistas, mas de uma maneira diferente da artesanal, pois apesar de muitas tripulações serem formadas por parentes ou amigos próximos, a relação de trabalho na pesca industrial continua sendo patronal, diferente da artesanal que tem o cooperativismo e a solidariedade como características.

Ramalho pontua essa relação de solidariedade na pesca artesanal, e mostra como o cooperativismo na pesca se difere das empresas capitalistas, para além das relações familiares.

A cooperação pesqueira é diversa da existente nas empresas capitalistas, pois, além da questão familiar, há pequeno parcelamento do trabalho, um não-empobrecimento da técnica com a especialização e uma não-subsunção do trabalho ao capital e/ou à máquina. Há, aqui, uma profunda subjetividade e a necessidade de domínio – por parte do pescador – do complexo produtivo de sua atividade, que se soma à necessidade de ter segurança para trabalhar no mar, através de um forte sistema de cooperação e, acima de tudo, de solidariedade (RAMALHO, 2012, p. 11).

Esse sistema de cooperação em Icapuí não se restringe somente a atividades relacionadas diretamente com a pesca, como “a qualidade de administrar melhor o uso das águas, dos recursos pesqueiros e dos homens, para que o trabalho de pescaria possa dar respostas mais seguras e precisas” (Ramalho 2012, p. 12), como o conflito entre os pescadores revelou. Quando a comunidade se junta pra arrecadar dinheiro suficiente para comprar barcos para a fiscalização da pesca, na organização da fiscalização, e na retirada, com muito esforço, dos barcos apreendidos do mar até o morro na praia, esse sistema de cooperação fica evidente.

Outro ponto importante a ser destacado em relação às regras socioculturais de organização do trabalho, seria o uso de instrumentos específicos na pesca artesanal. Ao contrário de Mussolini (1945), que via os instrumentos dos pescadores artesanais, chamados por ela de tradicionais, como rudimentares, Ramalho mostra como esses instrumentos estão a serviço do pescador, como inclusive uma extensão do seu próprio corpo.

Além disso, percebe-se que o emprego dos mais diversos instrumentos de pesca referenda a existência de uma aguda destreza e mostra que as “ferramentas” pesqueiras estão a serviço do trabalhador, como se fossem extensões do corpo e do saber-fazer dos embarcados. Na realidade, as “ferramentas” são apêndices dos atos produtivos e são concebidas pelas mãos dos pescadores, que as criam, para serem úteis a essa sociabilidade do trabalho, e as subordina à sua habilidade e à sua ação de artífice (RAMALHO, 2012, p. 14).

Como já foi mostrado anteriormente, mesmo que os instrumentos de trabalho do pescador industrial sejam confeccionados por eles próprios (marambaias e compressores), esses instrumentos não são úteis na sociabilidade do trabalho, pelo fato da relação de trabalho desses pescadores ser individualista, patronal e predatória nas suas raízes.

Ramalho mostra a relação da vida individual com a vida comunitária na pesca artesanal, e ainda destaca que apesar de se contrapor a lógica capitalista industrial, o mercado jamais é negado na lógica interna do seu fazer produtivo.

Entendo que todas essas questões existem por ser a pesca artesanal uma cultura do trabalho artesanal, em meio ao qual a vida individual e comunitária ganha forma, conteúdo e razão de ser. As sociabilidades aí gestadas e estruturadas têm por peso maior os valores de uso, valores existenciais, afetivos – sem negar, jamais, o mercado na lógica interna do seu fazer produtivo – e que, por isso, congregam dinâmicas materiais e representacionais, os costumes, que encontram no trabalho dos indivíduos e em suas capacidades criativas algo que lhes pertence e que nele se realiza; fatores avivados pelo sentimento de corporação que daí emerge (RAMALHO, 2012, p. 14).

A repartição do ganho monetário é outro elemento que coloca a pesca artesanal em oposição à pesca industrial capitalista, e que, segundo o autor, reforça o sentimento de autonomia nesses pescadores.

Outro elemento relevante acerca da cooperação na pesca, nas localidades pesquisadas, e que justifica o sentimento de autonomia, é a repartição do ganho monetário. O quinhão – forma de divisão do resultado do trabalho e da cooperação simples –, típico do regime de companhia/parceria na pesca, não permite a criação de um excedente que seja capaz de transformar o mestre, principalmente, e/ou outro pescador em capitalista, pois nenhum consegue acumular para além de possuir seu próprio barco, no máximo (RAMALHO, 2012, p. 15).

Nas oportunidades que tive de ir para o mar puxar os manzuás com os pescadores artesanais, pude perceber que essa partilha dos ganhos era feita no momento da pesca. Numa tripulação menor cada manzuá puxado pertencia a um pescador, o que formava uma sequência independente do que estava dentro do manzuá, que inclusive poderia estar vazio, quebrado ou sabotado. Nunca a disparidade de lagosta entre os pescadores era grande, pois se algum pescador tivesse o azar de puxar muitos manzuás vazios, acabava recebendo algumas lagostas a mais de quem tinha mais na partilha final. Em tripulações maiores, no final da pesca a partilha era feita da maneira mais igualitária possível, incluindo algum outro pescado, como o polvo, que por ventura tivesse entrado no manzuá.

Esse sentimento de corporação entre os pescadores artesanais de Icapuí possibilita mecanismos de resistência frente à pesca industrial, na sua busca por autonomia, pois como aponta Ramalho:

Esse sentimento de corporação, presente nos costumes possibilita, dentre outros aspectos, forte resistência à proletarização, que significaria a perda de autonomia e poria em xeque a força da cultura artesanal pesqueira, pois a ideia de liberdade dos pescadores nasce, em suas representações, vinculada à noção da arte da pesca e das suas objetivações (RAMALHO, 2012, p. 15).

Da cultura artesanal pesqueira que está em oposição à cultura capitalista industrial, surge o que o autor chama de conhecimento patrimonial pesqueiro. Entendo esse conhecimento como um tipo de conhecimento local citado por Escobar (2000). Ramalho o define como

Uma forma de produção e de reprodução social desenvolvida por pescadores artesanais ancestralmente (muitas vezes, ao longo dos séculos), com o claro objetivo de se apropriarem de um tipo específico de recurso natural [os pescados e, por isso, o mar, os rios e estuários] para fins de sobrevivência, de acordo com o uso de técnicas e de tecnologias (pescarias), e que sempre dialogaram com as novas necessidades do tempo presente (o ser pescador), para responderem a projetos existenciais da comunidade e, especialmente, ao mercado, renovando-se e se conservando ao mesmo instante (RAMALHO, 2012, p. 17).

Vale ressaltar que esse diálogo entre o uso de técnicas e necessidades do tempo presente é base do conflito entre pescadores em Icapuí. Para os industriais que abandonaram as técnicas artesanais, a incorporação de novas técnicas, mesmo que predatórias, respondem a realidades atuais, aumentando sua produção e por consequência seus lucros. Já os artesanais resistentes não enxergam a incorporação dessas técnicas como uma necessidade atual, nem em termos de produção, justamente por não dialogar com seus códigos e percepção de mundo, fato esse que não nega que outras técnicas e instrumentos contemporâneos sejam incorporados, como o caso do uso do GPS.

Através desse diálogo, os pescadores artesanais de Icapuí tentam resistir com seu conhecimento frente às demandas do capitalismo industrial, mesmo numa lógica de mercado, e assim conseguir preservar sua biodiversidade sócio-ecológica, criando códigos e linguagens para lidar com o ecossistema costeiro, como mostra Ramalho:

E é esse conhecimento patrimonial pesqueiro que teve a capacidade de resistir, em várias localidades [infelizmente em outras sucumbiu], às completas e autoritárias injunções do capital (poluição industrial, controle do mercado de pescados por grandes empresas, explosão urbana desordenada, investimentos públicos em grandes projetos – hidrelétricas, portos, fazendas de camarão, resorts) e, assim, conseguir preservar a biodiversidade sócio-ecológica em muitos municípios. Ao realizar isto, criou, simultaneamente, rico sistema de códigos e linguagens para lidar com os ecossistemas costeiros, no sentido de elaborar técnicas e tecnologias de pesca, de agir sobre territórios de pesca dentro de um sistema ancestral de saber-fazer e de posse capaz de permitir a permanência sócio-cultural dos pescadores, ao longo dos anos, oriundo de uma sociedade do trabalho que insiste em existir (RAMALHO, 2012, p. 22).

A luta dos pescadores artesanais de Icapuí é exatamente para seus conhecimentos e práticas não sucumbirem diante dessas injunções do capital.

É fato que o discurso de desenvolvimento dominante é o capitalista industrial. Diversas áreas e escolas teceram suas críticas a esse modelo de desenvolvimento dominante, e

nesse contexto aparece o pós-desenvolvimento. O cenário do surgimento do pós-desenvolvimento engloba novas tendências e campos em ascensão desde 1980, como o pós-estruturalismo, teorias feministas, estudos culturais, estudos étnicos e de meio ambiente, que segundo Escobar (2006), possibilitaram um entendimento diferente sobre como o desenvolvimento opera, tendo o pós-estruturalismo como nova ferramenta de análise.

Tendo como premissa que, através do discurso dominante do desenvolvimento capitalista industrial, elementos políticos e culturais da atualidade, com o suporte dos meios de comunicação em massa, influenciam o pescador artesanal a apelar para pesca industrial capitalista, transformando sua cosmologia, rituais, relações interpessoais e com a natureza, os uniformizando, enxergo no pós-desenvolvimento um campo fértil para uma análise crítica desse discurso dominante.

Nessa perspectiva, Sachs (2000) mostra como o desenvolvimento é muito mais do que um simples empreendimento socioeconômico.

Os autores desse livro abordam o desenvolvimento não em seu aspecto de proeza técnica, nem como uma forma de conflito de classes, e sim como um tipo específico de atitude mental. Pois o desenvolvimento é muito mais que um simples empreendimento socioeconômico; é uma percepção que molda a realidade, um mito que conforta sociedades, uma fantasia que desencadeia paixões (SACHS, 2000, p.12).

Para esse autor, o desenvolvimento uniformiza sociedades, buscando a padronização em nome de uma evolução linear que culminaria nos referenciais ditados pelo Ocidente. Uma das perigosas consequências que isso acarreta é a perda da diversidade e o desaparecimento do “outro”, como pontua Sachs:

O “outro” desapareceu com o desenvolvimento. Além disso, em sua expansão, a monocultura corroeu as alternativas viáveis à sociedade industrial, orientada unicamente para o crescimento, mutilando perigosamente a capacidade humana de encontrar respostas criativas para enfrentar um futuro que, cada vez mais, promete ser diferente. Os últimos quarenta anos empobreceram consideravelmente o potencial para uma evolução cultural. Seria apenas um pequeno exagero afirmar que o que resta desse potencial ainda existe apesar do desenvolvimento e não graças a ele (SACHS, 2000, p. 15).

É nesse sentido que a pesca artesanal e todo o imaginário que a acompanha corre o perigo de desaparecer. Em Icapuí, município que mais pesca lagosta do Ceará, maior produtor desse crustáceo, a pesca artesanal resiste bravamente apenas na praia de Redonda e das pequenas praias que a cercam (Retiro Grande, Ponta Grossa, Peroba e Picos), o restante do município já pesca industrialmente há alguns anos, como Seu Antônio pontuou anteriormente.

Um dos conceitos que dão suporte ao empreendimento desenvolvimentista capitalista industrial é o de igualdade. Como se todos tivessem igualdade de oportunidade, em mais uma tentativa de homogeneização, como coloca Lummis:

A igualdade de oportunidades tem realmente um efeito homogeneizante. Aceitar igualdade de oportunidades é aceitar o jogo, e aceitar o jogo é aceitar a identidade do jogador. Dessa forma, igualdade de oportunidades incorpora alguns elementos dos significados tradicionais de igualdade e elimina outros, produzindo um paradoxo considerável, um sistema que simultaneamente gera homogeneidade e desigualdade econômica, e que declara que as consequências desse processo são justas (LUMMIS, 2000, p. 105).

Mesmo se, do dia para noite, todos os pescadores artesanais resolvessem pescar industrialmente, ainda assim não teriam igualdade de oportunidade. A oportunidade de começar a pescar industrialmente existe, mas e a viabilidade? Como já foi colocado anteriormente, arriar marambaia no mar é caro. Nem todos possuem capital para iniciar esse processo. Muitos pescadores artesanais nessa pesquisa confessaram que se dispusesse de capital, arriariam marambaias no mar e abandonariam a pesca artesanal. Como mostra Lummis, a igualdade de oportunidades, nesse sentido, pode ser considerada como um artifício para legitimar a desigualdade econômica.

Enquanto a pesca industrial de lagosta em Icapuí continua a todo vapor, de maneira que os pescadores nem acreditam na possibilidade da falta desse crustáceo no oceano, como mostrado no capítulo V, a pesca artesanal está em estado de miséria. Esse estado de miséria da pesca artesanal remete a impossibilidade de ter condições materiais de estrutura para continuidade da pesca e de garantia de alimentação básica e produtos de higiene pessoal. Isso fica claro nos relatos dos pescadores artesanais entrevistados ao afirmarem a dificuldade de fazer a manutenção dos botes com o dinheiro que ganham com a pesca, e da dependência de um salário mínimo relativo ao seguro do defeso. O pescador que desiste da vida artesanal e apela para a pesca industrial está buscando a garantia desses produtos básicos. Então, se apesar da forte queda do preço da lagosta no mercado internacional, a pesca da lagosta continua sendo muito lucrativa, como foi mostrado no capítulo VI, não resta dúvidas que o grande beneficiado é o empresário capitalista, que comercializa o crustáceo em larga escala, mesmo que poluindo, contaminando e passando por cima dos pescadores artesanais.

Então, como mostra Lummis, o problema da desigualdade não tem que ver com a pobreza, e sim com excessos.

“O problema dos pobres do mundo”, se definido com maior precisão, transforma-se no “problema dos ricos do mundo”. O que isso significa é que a solução para esse problema não é uma mudança radical na cultura de pobreza a fim de forçá-la a

caminhar na estrada do desenvolvimento, e sim uma mudança radical na cultura de superfluidade a fim de colocá-la na estrada do contradesevolvimento. Essa solução não exige um sistema valorativo novo que force a maioria dos povos do mundo a se envergonharem de seus hábitos tradicionalmente moderados de consumo, e sim um novo sistema valorativo que obrigue os ricos do mundo a verem a vergonha e a vulgaridade de seus próprios hábitos consumistas, e a dupla vulgaridade de terem que montar em ombros alheios para satisfazer esses hábitos (LUMMIS, 2000, p. 114).

Nesta perspectiva, fica claro como processos econômicos mundiais estão diretamente ligados a produção da lagosta em Icapuí, com o suporte do Estado que incentiva essa produção em larga escala, como mostrado no capítulo V, através do discurso de desenvolvimento, principalmente através dos meios de comunicação em massa – pois como mostrou Baudrillard, a verdadeira mensagem não está situada no conteúdo e sim no modelo estrutural – modificam a experiência da localidade, influenciando pescadores artesanais a apelar para a pesca industrial, os uniformizando em nome de referenciais ocidentais capitalistas industriais, causando o conflito com os pescadores que apesar de toda essa influência, preferem resistir, ajudando no exercício de imaginar sistemas alternativos ao capitalista industrial.

## BIBLIOGRAFIA

- ASHIS, Nandy. Estado. In: Sachs, Wolfgang (ed.) *Dicionário do Desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- BACHELARD, Gaston. *A Terra e os Devaneios da Vontade: ensaio sobre a imaginação das forças*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- BAUDRILLARD, Jean. *A sociedade de consumo*. Lisboa: Edições 70, 1995.
- BRASIL. Ministério da Pesca e Aquicultura. Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura. Brasília, DF, 2008-2009.
- BRASIL. Ministério da Pesca e Aquicultura. Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura. Brasília, DF, 2010.
- CASCUDO, Luiz de Câmara. *Jangada – Uma pesquisa etnográfica*. São Paulo, Global Editora, 2002.
- CAVALCANTE, P. P. L.; FURTADO NETO, M. A. A. Implementação de quotas individuais transferíveis e do desembarque compulsório de lagosta viva como estratégia de ordenamento da pesca. *Arquivos de Ciências do Mar*, v. 45, n.2, p. 49-59, 2012.
- COMAROFF, J. Naturalizando a nação: estrangeiros, apocalipse e o estado pós-colonial. *Horizontes antropológicos*, Porto Alegre, v. 7, n. 15, 2001.
- DIEGUES, A.C. *A pesca construindo sociedades: leituras em antropologia marítima e pesqueira*. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras/USP, 2004.
- DIEGUES, A.C. A Sócio-Antropologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil. *Etnográfica*, v. 3 (2), p. 361-375, 1999.
- ESCOBAR, Arturo. Postdevelopment. In: D. Clark, ed. *The Elgar Companion to Development Studies*. p. 447-451, 2006.
- ESCOBAR, Arturo. Culture sits in places, reflections on globalism and subaltern strategies of localization. In: *Political Geography*, n. 20, p. 139-174, 2001.
- ESCOBAR, Arturo. O Lugar da Natureza e a Natureza do Lugar: globalização ou Pós-Desenvolvimento? In: Lander, Edgardo (org.). *A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- ESCOBAR, Arturo. Planejamento. In: SACHS, Wolfgang (ed.) *Dicionário do Desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang (ed.) *Dicionário do Desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- GEERTZ, Clifford. “Pessoa, Tempo e Conduta em Bali”. In: *A interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- LIMA, Maria do Céu de. *Comunidades pesqueiras marítimas no Ceará: território, Costumes e Conflitos*. São Paulo: Programa de Pós-graduação em Geografia/USP, 2002. (Tese de

Doutorado em Geografia).

LITTLE, Paul Elliot. Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico. *Horizontes antropológicos*, Porto Alegre, v. 12, n. 25, p. 85-103, jan./jun. 2006.

LITTLE, Paul Elliot. Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e ação política. In: *A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais*. Bursztyn, Marcel (org.). Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

LUMMIS, C. D. Igualdade. In: Sachs, Wolfgang (ed.) *Dicionário do Desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 2000.

MALDONADO, Simone Carneiro. *Pescadores do mar*. Ática. São Paulo, 1986.

MUNIZ, Túlio de Souza. *O ouro do Mar: do surgimento da indústria de pesca da lagosta no Brasil à condição do pescador artesanal na História do tempo presente (1955-2000)*. Fortaleza: Programa de Pós-Graduação em História/UFC, 2005. (Dissertação de Mestrado em História).

MUSSOLINI, Gioconda. *Ensaio de antropologia indígena e caiçara*. São Paulo: Paz e Terra, 1980.

PEIRANO, Mariza. Análise antropológica de rituais. In: *Série Antropologia*, número 270, Brasília, 2000.

PEIRANO, Mariza. Rituais como estratégia analítica e abordagem etnográfica. In: PEIRANO, Mariza (Org.) *O Dito e o Feito: ensaios de Antropologia dos Rituais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. A Arte de Fazer-se Pescador Artesanal. In: *II Encontro da Associação Nacional de Pesquisa em Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade (ANPPAS)*, Indaiatuba, SP, 2004.

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. O sentir dos sentidos dos pescadores artesanais. *Revista de Antropologia (USP. Impresso)*, v. 54, p. 315-352, 2001.

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. Sentimento de corporação, cultura do trabalho e conhecimento patrimonial pesqueiro: expressões socioculturais da pesca artesanal. *Revista de Ciências Sociais (UFC)*, v. 43, p. 08-27, 2012.

SACHS, Wolfgang. Meio ambiente. In: SACHS, Wolfgang (ed.) *Dicionário do Desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 2000.

SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter*. Record. Rio de Janeiro, 2009.

SHIVA, Vandana. Recursos naturais. In: SACHS, Wolfgang (ed.) *Dicionário do Desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 2000.

SILVA, Sonia Maria Martins de Castro e & CAVALCANTE, Paulo Parente Lira. Coleção Meio Ambiente, *Série Estudos Pesca: Perfil do Setor Lagosteiro Nacional*. Volume 12, Brasília, 1994.

TAMBIAH, Stanley J. Conflito etnonacionalista e violência coletiva no sul da Ásia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 12, n. 34, 1997.

TURNER, Victor. “Dewey, Dilthey e Drama: Um ensaio em Antropologia da Experiência”. *From Anthropology of Experience*. Tradução de Herbert Rodrigues. *Cadernos de Campo*, n. 13, 2005.

VEIGA, José Eli da. Prelúdio do desenvolvimento sustentável. In: **CAVC**, *Economia Brasileira: Perspectivas do Desenvolvimento*, 2005.

VEIGA, José Eli da. *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

VIDAL, Maria de Fátima. Situação do setor produtivo da lagosta no Nordeste. BNB/ETENE, ano IV, n. 2, 2010.